



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANDRÉ MICHEL DOS SANTOS

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E SERVIÇO SOCIAL:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE
SOCIAL NA ESCOLA PÚBLICA – LIMEIRA/SP**

CANOAS, 2012

ANDRÉ MICHEL DOS SANTOS

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E SERVIÇO SOCIAL:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE
SOCIAL NA ESCOLA PÚBLICA – LIMEIRA/SP**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Curso de Mestrado em Educação do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. Evaldo Luis Pauly
Co-orientador: Dr. Miguel Alfredo Orth

CANOAS, 2012

ANDRÉ MICHEL DOS SANTOS

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E SERVIÇO SOCIAL:
LIMITES E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE
SOCIAL NA ESCOLA PÚBLICA – LIMEIRA/SP**

Trabalho de Conclusão apresentado à banca examinadora do Curso de Mestrado em Educação do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado pela banca examinadora em 12 de janeiro de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Evaldo Luis Pauly (Orientador)
UNILASALLE

Prof. Dr. Miguel Alfredo Orth (Co-orientador)
UFPEL

Prof.^a Dr.^a Rosa M. C. Fernandes (Examinadora)
UNILASALLE

Prof.^a Dr.^a Sarita Amaro (Examinadora)
UNIT/SEDUC-RS

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os sujeitos que acreditam que a educação é o único meio de empoderamento social, e que, é a partir do conhecimento que ampliamos nossos horizontes e caminhamos para a emancipação e o exercício da cidadania.

AGRADECIMENTOS

A Deus, tudo que sou e tenho conquistado, devo a ele!

A família, minha base fundamental.

Aos colegas de mestrado, por propiciarem ricas discussões fora e em sala de aula.

Aos amigos, pela força e encorajamento nas horas difíceis enfrentadas durante a realização do mestrado. Não foi fácil custear o estudo!

Aos professores do Curso de Mestrado, pelas inesquecíveis aulas. Em especial ao orientador Prof. Evaldo e Co-orientador Prof. Miguel, por acreditarem e apostarem na minha pesquisa.

Aos profissionais de educação, assistentes sociais, professores, supervisores e coordenadores pedagógicos; diretores e vice-diretores com os quais convivi durante o período de uma semana em pesquisa nas escolas públicas municipais de Limeira – SP. Em especial o meu agradecimento as colegas assistentes sociais Paula e Thalita pela receptividade e confiança depositada na minha pesquisa de campo.

A todos que não pude citar nestas linhas por falta de espaço e que de alguma forma contribuíram para que eu tivesse chegado até aqui.

Enfim... A todos o meu muito obrigado!

A ESCOLA IDEAL

*Gestão democrática, sim!
Que nas escolas possamos observar
Onde diretores, professores, assistentes sociais e
funcionários
Decidam juntamente com a comunidade escolar...*

*Essa sim é a escola do futuro
Aquele que valoriza o coletivo e vá muito além de seus
muros
Uma escola sim, que vislumbra uma educação como um
bem público
Educação esta pautada em um direito universal
Que transforme a vida de nossas crianças, e que seja real
Uma escola, onde a gestão democrática não é parcial, mas
total...*

*Nesse contexto, o PPP tem o seu valor
Descentralizar, partilhar e acatar as sugestões
Pois a comunidade escolar tem as suas atribuições
De juntamente com a gestão colaborar
Para uma educação sintonizada com a realidade escolar...*

*E diante de tudo, é preciso lutar e lutar...
Por mais acesso, igualdade e justiça social
Porque a escola é um equipamento social
Um espaço também de participação, de envolvimento nas
decisões
De corações que necessitam o seu lugar...*

Autoria: André Michel dos Santos

“A participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para cidadania. A educação para cidadania dá-se na participação no processo de tomada de decisão”.

(GADOTTI, 1995, p.49)

RESUMO

Esta dissertação está atrelada a Linha de Pesquisa Gestão, Educação e Políticas Públicas e foi desenvolvida a partir das temáticas Gestão Democrática e Serviço Social, onde se buscou investigar os limites e possibilidades de atuação do assistente social e suas possíveis correlações no processo de gestão democrática em escolas públicas municipais. A pesquisa empírica de campo e exploratória teve como método orientador o dialético-crítico e foi realizada em escolas do município de Limeira - SP, as quais possuem assistentes sociais em atuação in loco. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados questionários abertos, entrevistas semi-estruturadas e observação direta. No referencial teórico procura-se discutir a escola e suas correlações na contemporaneidade, sinalizando-a no contexto da globalização, com interface no papel da Política Pública de Educação desenvolvida no país após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e o reordenamento da Política Pública de Assistência Social nas últimas duas décadas. Posteriormente, o estudo irá discorrer sobre a gestão democrática na educação pública, apontando os pressupostos legais que embasam essa premissa e discutindo sobre os instrumentos dispostos e atores a serem envolvidos neste processo, bem como sinalizando-se as possíveis contribuições do Serviço Social para com a democratização da educação. Em seguida, irá se explanar sobre a presença do Serviço Social no Brasil, sinalizando em um breve histórico suas transformações no que se referem a concepções, métodos adotados e direcionamento da práxis dos assistentes sociais, apontando-se o início da inserção do Serviço Social na Política Pública de Educação e se discutindo sobre as possibilidades de atuação do assistente social frente a emergente necessidade de enfrentamento às expressões da questão social presentes na educação. Neste capítulo também se irá apresentar o Serviço Social Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Limeira –SP, campo empírico do presente estudo e o processo de trabalho dos assistentes sociais neste contexto. Por fim, a partir da análise de dados concluí-se que, embora principiante, o Serviço Social Escolar na realidade de escolas públicas municipais têm-se apresentado como uma ferramenta empoderadora do processo de gestão democrática na educação. Ressalta-se que o assistente social na escola pública, torna-se o profissional referência no que tange à mobilização da comunidade escolar, a partir do desenvolvimento de inúmeras ações, serviços, projetos e programas que promovem o envolvimento da família na educação. E neste sentido, a formação do profissional de Serviço Social permite-lhe habilidade no trato das expressões da questão social que permeiam o cotidiano da família, apresentando instrumental técnico-operativo que atribuí ao assistente social o dever de fomentar o processo de engajamento da comunidade escolar na luta pela democratização da escola pública no Brasil. Sendo assim, considera-se as diversas possibilidades de atuação que o Serviço Social Escolar dispõe, a partir da perspectiva de Gestão Democrática e na sua significância para a ebulição da participação da comunidade escolar nas ações e decisões promovidas pela escola pública brasileira.

PALAVRAS – CHAVE: Gestão Escolar; Democratização da Escola; Serviço Social.

ABSTRACT

This thesis is part of the Management Education and Public Policy research line, and was developed within the topics of Democratic Management and Social Work, aiming to investigate the limits and possibilities of social workers and their possible correlation to democratic management processes within municipal public schools. The empirical field and exploratory research had as its base the dialectical-critical method and was conducted in public schools of Limeira, São Paulo, which has local, active social workers. Open questionnaires, semi-structured interviews and direct observation were used as data collection instruments. Within the theoretical framework, this paper aims to discuss the school and its correlations within contemporary society, how the school features in a context of globalization, interfaced with the role of public education policies developed in Brazil after the 1996 Law on Guidelines and Bases for National Education (LDB, for its portuguese initials) was approved and after the Brazilian social work public policies were reordered in the last two decades. The study will then discuss the democratic management of public education, highlighting the legal presuppositions that support this premise and debate over the willing instruments and the actors involved in the process, as well as point out the possible contributions of Social Work to the democratization of education. The paper will expound on the presence of Social Work in Brazil through a brief historic analysis, focusing on its transformations in respect to conceptions, applied methods and the directions taken by Social Workers' praxis, denoting the beginning of Social Work insertion in Public Education Policy, and debating the Social Worker's acting possibilities while faced with the emergent need to confront the expressions of social issues manifested in education. This chapter will also present the School Social Work program of the Municipal Secretary of Education in Limeira, São Paulo, empirical field of this study, and the social workers' labor process in such context. From the data analysis, it was concluded that, although it is still beginning, School Social Work has featured in municipal public schools as an empowering instrument for the democratic management of education. It was emphasized that that social workers in public schools become reference professionals in the mobilization of the school community, due to the development of several activities, services, projects and programs which can promote family involvement in education. So, the Social Work professional formation develops the ability to deal with the social issues that permeate the daily life of families, with the technical and operative tools that designate to the social worker its obligation to promote engagement of the school community in the struggle for public school democratization in Brazil. This being the case, the various possibilities of action that arise from School Social Work are considered, from the perspective of democratic management and its significance to the growing school community participation in actions and decisions promoted by Brazilian public schools.

KEY-WORD: School Management, School democratization, Social Services, Social Work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – A ESCOLA E SUAS CORRELAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE.....	21
1.1 A escola no contexto da globalização.....	21
1.2 A Política Pública de Educação no Brasil Pós LDB 96.....	23
1.3 A Política Pública de Assistência Social nas últimas duas décadas.....	27
CAPÍTULO 2 – GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	31
2.1 Pressupostos Legais.....	31
2.2 A Gestão Democrática no cotidiano escolar.....	33
2.2.1 Projeto Político Pedagógico – (PPP).....	35
2.2.2 Regimento Escolar – (RE).....	37
2.2.3 Conselho Escolar – (CE).....	38
2.2.3.1 Associação de Pais e Mestres – (APM).....	39
2.3 O papel dos diferentes atores na gestão democrática da escola.....	40
2.3.1 Equipe Diretiva - Plano de Gestão Escolar.....	41
2.3.2 Professores.....	42
2.3.3 Funcionários.....	43
2.3.4 Alunos.....	44
2.3.5 Pais.....	45
CAPÍTULO 3 – SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO.....	46
3.1 O Serviço Social no Brasil.....	46
3.1.1 Breve resgate histórico do Serviço Social no contexto brasileiro.....	46
3.1.2 O Serviço Social na Política Pública de Educação.....	49
3.1.3 Serviço Social Escolar: uma demanda emergente.....	52
3.1.4 Serviço Social e Gestão Democrática na escola pública.....	56

3.2 O Serviço Social Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Limeira – SP.....	58
3.2.1 Histórico do surgimento da Diretoria de Serviço Social Escolar.....	59
3.2.2 O processo de trabalho dos assistentes sociais inseridos nas escolas municipais de Limeira – SP.....	61
3.2.2.1 Programa Bolsa Creche.....	61
3.2.2.2 Projeto Familiando.....	62
3.2.2.3 Promoção da Saúde nas Escolas Municipais.....	63
3.2.2.4 Projeto Educação.....	64
3.2.2.5 Processo de Bolsas de Estudos municipal.....	65
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DA PESQUISA.....	67
4.1 Contexto e universo da pesquisa.....	67
4.2 Os sujeitos da pesquisa.....	72
4.3 O processo de efetivação da pesquisa.....	74
4.4 Análise e interpretação dos dados.....	76
CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DA PESQUISA.....	78
5.1 Categorias de Análise.....	78
5.1.1 Categoria: Gestão Democrática na escola.....	79
5.1.2 Categoria: Serviço Social Escolar e suas interfaces com as políticas públicas no contexto escolar.....	84
5.1.3 Categoria: Limites e possibilidades de atuação do assistente social na escola pública.....	91
5.1.4 Categoria: Desafios para a efetivação da gestão democrática na escola.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106

APÊNDICES.....	112
APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	113
APÊNDICE 2 – FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA: EQUIPE DIRETIVA E PROFESSORES.....	115
APÊNDICE 3 – FORMULÁRIO PARA A ENTREVISTA: ASSISTENTE SOCIAL....	117
APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO: EQUIPE DIRETIVA E PROFESSORES.....	119
APÊNDICE 5 – QUESTIONÁRIO: ASSISTENTE SOCIAL.....	121

INTRODUÇÃO

A proposição de realização deste estudo está relacionada a diversos fatores condicionantes que levaram o pesquisador em sua experiência profissional a desenvolver reflexões sobre a educação brasileira do presente século, mais precisamente quanto ao papel da escola neste novo contexto. Em especial, pensando-a como um espaço emergente para a atuação do profissional de Serviço Social, bem como na possível contribuição do assistente social para a democratização da educação e a garantia dos direitos sociais à criança e ao adolescente, como a sua família, ambas a serem atendidas pelas instituições escolares.

Como assistente social, com atuação profissional em três redes de Educação Básica, filantrópicas no Estado do Rio Grande do Sul, em escolas localizadas na cidade de Santa Maria - RS, dentre outras, adquiriu-se experiência e bagagem prática e teórica, a partir das indagações que foram se fazendo sobre questões do cotidiano escolar, no que tange à Gestão Democrática Escolar e ao Serviço Social, em especial, no intuito de vislumbrar processos democratizadores na relação entre os mesmos. Salienta-se ainda que o pesquisador enquanto profissional de Serviço Social, inserido nos Departamentos de Serviço Social Escolar das referidas instituições, acumulou experiência junto a funções de Gestão, como também desenvolveu trabalhos in loco nas realidades escolares atendidas. Neste sentido, cita-se a importância que a visão e a experiência dos processos em âmbito micro e posteriormente macro escolares, representam para a efetivação e consolidação de propostas de intervenção escolar, com vistas ao sucesso dos alunos atendidos.

Além disto, o pesquisador tem se dedicado ao estudo das temáticas do projeto, desde a sua iniciação acadêmica, no Curso de Bacharelado em Serviço Social¹, logo após na realização da Especialização em Gestão Educacional e atualmente no curso de Mestrado em Educação. Neste contexto, destaca-se igualmente a realização de inúmeros estágios curriculares e extracurriculares na área do Serviço Social na Educação. Aliado a sua experiência profissional na área, o

¹ Defesa do Trabalho Final de Graduação – TFG intitulado: “*A Escola como espaço de atuação para o Assistente Social: Trabalhando com Grupos*”. Centro Universitário Franciscano - UNIFRA, Dezembro de 2005.

pesquisador tem percebido a insuficiência de material teórico sobre Serviço Social e a Escola; Assistente Social Escolar; Serviço Social Escolar; e a inexistência de produção teórica no que diz respeito às correlações entre Gestão Democrática e Serviço Social, quando pesquisadas conjuntamente, como se propõe no presente estudo.

Sendo assim, no ano de 2009, o pesquisador fomentado pelos fatores apontados até o momento e pela disposição de uma amiga e ex-colega de trabalho, pedagoga e com habilidade na área de tecnologias educacionais, construiu um blog, com o objetivo de oferecer: *“Espaço destinado à discussão, socialização e troca de experiências profissionais sobre a inserção do assistente social na escola pública e/ou filantrópica no Brasil (SANTOS, 2009)”*. A partir da ativação do site, muitos contatos via e-mails, MSN, tem-se feito com o pesquisador, por meio de estudantes, profissionais, docentes, acadêmicos do país e exterior, interessados em discutir a temática e socializar suas experiências, como também buscar apoio teórico e prático para suas intervenções no seu cotidiano profissional em realidades educacionais.

Para a formulação da proposta deste estudo, usaram-se também recursos tecnológicos², no intuito de delimitar o campo empírico da pesquisa. Deste modo, pode-se realizar contato com duas (02) Secretarias Municipais de Educação e a Secretaria Estadual de Educação, ambas situadas no Estado do Rio Grande do Sul, das quais já se tinham notícias prévias sobre a atuação de assistentes sociais em escolas e ligados ao quadro de funcionários das respectivas secretarias. A partir do contato, observou-se que nestas, os profissionais de Serviço Social intervinham a partir de assessorias às escolas dos municípios, o que não contemplaria o objeto desta pesquisa. Desta forma, e por já conhecer via site, o trabalho realizado pela Coordenação da Diretoria de Serviço Social Escolar, vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Limeira, SP, fez-se um contato inicial com a mesma, vislumbrando a possibilidade de realização da presente pesquisa.

Sendo assim, justifica-se ainda a escolha do campo de pesquisa, pelo fato do município de Limeira, Estado de São Paulo, dispor de uma Diretoria de Serviço Social Escolar³ há mais de 13 anos, além de possuir atualmente em seu quadro de funcionários 39 assistentes sociais concursados, atuando diretamente em centros de

² Telefonemas, E-mails, MSN, Blog e Visita Institucional.

³ Disponível em: <http://www.servicosocialescolar.com.br>. Acesso em 10 de outubro de 2011.

educação infantil e escolas do município, realidade esta muito diferente da encontrada no Estado do Rio Grande do Sul, já brevemente mapeada em pesquisa bibliográfica⁴ pelo pesquisador.

Neste contexto, a ausência de conhecimentos científicos sobre as temáticas abordadas nesta pesquisa é comprovada mediante consultas realizadas ao Banco de Dissertações e Teses disponíveis pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a partir dos seguintes descritores: Educação e Serviço Social; e Gestão Democrática e Serviço Social.

Com os referidos descritores, as pesquisas foram realizadas junto ao Banco de Dissertações e Teses disponibilizadas pela CAPES⁵, no recorte temporal em anos de 2005 a 2010, e nos revelam os dados que seguem na tabela abaixo:

PESQUISA BANCO DE TESES CAPES - 2011						
Descritores	Ano de 2005	Ano de 2006	Ano de 2007	Ano de 2008	Ano de 2009	Ano de 2010
Educação e Serviço Social	M – 0	M – 06	M – 03	M – 04	M – 04	M – 01
	D – 0	D – 0	D – 02	D – 02	D – 0	D – 0
Gestão Democrática e Serviço Social	M – 0	M – 0	M – 0	M – 0	M – 0	M – 0
	D – 0	D – 0	D – 0	D – 0	D – 0	D – 0

M – Dissertações de Mestrado disponíveis no Banco de Teses CAPES
D – Teses de Doutorado disponíveis no Banco de Teses CAPES

Salienta-se ainda, que junto ao primeiro sinalizador “*Educação e Serviço Social*” foram considerados na consulta a CAPES, dissertações e teses que de alguma forma tivessem as palavras educação e serviço social relacionadas em seus resumos, como seguem os exemplos: dimensão educativa e serviço social; função educativa e serviço social; educação ambiental e serviço social; ensino e serviço social. Ainda, no que se refere à escolha do recorte temporal por um período de seis anos, justifica-se este, pela necessidade de busca das discussões contemporâneas sobre as temáticas de pesquisa.

Neste sentido, partindo da análise destes dados, salienta-se a emergente necessidade de se produzir conhecimento teórico, sobre as temáticas referidas nos

⁴ Disponível em: SANTOS, André Michel dos. “*As contribuições do Serviço Social para o fortalecimento da Gestão Escolar*”. Monografia do Curso de Especialização em Gestão Educacional. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Agosto de 2009.

⁵ Disponível em: www.capes.org.br. Acesso em 20 de dezembro de 2011.

sinalizadores de busca, principalmente no que tange a Gestão Democrática e Serviço Social, temas estes reiterados na presente pesquisa. Considera-se ainda a inexistência de produção intelectual no que diz respeito às possíveis correlações entre Gestão Democrática e Serviço Social, por pressupor de que, ao tratar destas temáticas conjuntamente, revela-se o desenvolvimento de um estudo pioneiro no país e na área.

Dentre os aspectos acima expostos e que justificam o presente estudo, o qual se vincula à linha de pesquisa “Gestão, Educação e Políticas Públicas”, deve-se destacar ainda as motivações do pesquisador na realização desta pesquisa, mediante indagações teóricas no que se refere às possíveis correlações entre Gestão Democrática e Serviço Social, como já apontado anteriormente.

Sendo assim, apresenta-se como problema de pesquisa: Quais as correlações que existem entre escolas e o Serviço Social da rede de educação básica pública municipal de Limeira, SP, pós reordenamento das Políticas Públicas de Educação e Assistência Social nas últimas duas décadas e como a presente pesquisa poderia contribuir para aprofundar as interfaces entre Serviço Social e escolas?

Em consonância, discorre-se sobre o objetivo geral da pesquisa, o qual foi o de “Investigar os limites e possibilidades de atuação do Serviço Social e suas possíveis correlações no processo de gestão democrática em escolas públicas municipais”. Desta forma, tem-se como objetivos específicos: identificar a existência de práticas de gestão democrática em escolas públicas municipais e como estas se concretizam; perceber as mediações que se estabelecem entre Serviço Social e as escolas, ao se privilegiar processos de gestão democrática envolvendo ambos os serviços; verificar como se constitui a atuação do assistente social no contexto das escolas públicas; analisar os impactos causados pela intervenção do assistente social na escola, ao participar da construção de processos de gestão democrática na mesma, bem como analisar possíveis correlações que se constituem com a interface do Serviço Social nas escolas.

Neste contexto, cabe salientar que se recorre ao trato na pesquisa das Políticas Públicas de Educação e Assistência Social, a partir do entendimento de que a Educação e Assistência Social estão intrinsecamente interligadas, quando

articuladas e acessadas pela atuação do profissional de Serviço Social nas realidades educacionais, em atendimento as expressões da questão social presentes na educação básica e pública do país.

Ressalta-se a relevância social que a pesquisa representa para a sociedade brasileira, em especial no cenário educacional brasileiro público e privado. No cenário público, tem-se em trâmite o Projeto de Lei Federal⁶ nº. 60/2007 que dispõe sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos em todas as escolas de educação básica do país, o qual poderá ser aprovado a qualquer momento pelo Senado brasileiro.

Já no panorama de redes de escolas privadas filantrópicas, incidem as recentes mudanças na legislação, em especial as introduzidas pela Lei Federal nº. 12.101/2009 e do Decreto nº. 7.237/2010⁷, que têm pressionado estas instituições a inserir o profissional de Serviço Social no seu quadro funcional, buscando qualificar o atendimento prestado ao alunado bolsista e atender a demanda relacionada à criação e desenvolvimento do “Plano de Atendimento ao Aluno Bolsista” como indicado nestas legislações, prevendo assim, inclusive a oferta de serviços, projetos e programas de acompanhamento ao aluno bolsista.

Deste modo, entende-se que esta pesquisa revela-se como inovadora, pois buscará contribuir com subsídios teóricos para os profissionais inseridos nas gestões das escolas, dentre eles o assistente social. Procura-se com o presente estudo, fomentar o conhecimento científico no que diz respeito à discussão, reflexão, sistematização e aplicação de processos democratizadores na educação, norteados pela Gestão Escolar Democrática em parceria com o Serviço Social.

Sendo assim, **o primeiro capítulo** deste estudo teoriza sobre a escola e suas relações na contemporaneidade, com enfoque na escola no contexto da globalização. Neste sentido, se discorrerá sobre os avanços da Política Pública de Educação no Brasil, pós edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

⁶ O Projeto de Lei Federal nº. 060/2007 é de autoria do Deputado Federal José Carlos Elias e encontra-se em avaliação junto as Comissões do Senado Federal. O PLC “*Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica*”. Ressalta-se que muitos municípios brasileiros já dispõem do assistente social nas escolas de educação básica, mediante aprovação de leis locais.

⁷ Recentemente ocorreram inúmeras mudanças quanto ao processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEAS, mediante Lei Federal nº. 12.101/2009 e Decreto nº. 7.237/2010.

de 1996, bem como sobre os parâmetros e diretrizes curriculares nacionais que norteiam o desenvolvimento destas políticas públicas no momento. Em interface a esta política pública, irá sinalizar-se como tem se constituído o processo de materialização da Política de Assistência Social no país. Vale reafirmar, como já apontado anteriormente, que o destaque de ambas as políticas nesta pesquisa, parte do entendimento que Educação e Assistência Social estão intrinsecamente interligadas, quando conjeturadas na perspectiva de garantia de direitos e atendimento integral ao aluno.

O **segundo capítulo** trará como pano de fundo a discussão sobre a gestão democrática na educação pública brasileira, inserindo-a, em especial no cotidiano escolar. Neste capítulo aponta-se para os dispositivos legais que fundamentam tal prática na escola, e disserta-se sobre os instrumentos como: Projeto Político Pedagógico (PPP); Regimento Escolar (RE); Conselho Escolar (CE) e Associação de Pais e Mestres (APM), os quais têm-se tornado essenciais para a descentralização e participação da comunidade escolar. Nesse contexto, apresenta-se os atores a serem envolvidos neste processo de democratização da educação, onde a equipe diretiva, professores, funcionários, alunos e pais devam possuir representatividade na participação e colaboração com as decisões acerca do futuro da escola.

Com o **terceiro capítulo** deste trabalho, elucidar-se-á as interfaces entre Serviço Social e Educação. Primeiramente apresenta-se um breve resgate histórico da profissão de Serviço Social no país, discutindo suas antigas práticas e sua relação com a igreja católica no Brasil. Em seguida, procura-se sinalizar a gênese de atuação do Serviço Social na Educação e como tal profissão vem intervindo na atualidade junto à Política Pública de Educação. Nesse sentido, irá-se refletir sobre as exequíveis contribuições da práxis do assistente social no atendimento das expressões da questão social⁸ no universo escolar, e sobre a demanda emergente de inserção deste profissional nesta realidade.

Neste contexto, sinaliza-se as temáticas de pesquisa, discorrendo sobre as correlações entre Serviço Social e Gestão Democrática, e quanto a significação e

⁸ Entendida pela autora Yamamoto (2004, p. 27) como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.”.

possibilidades de atuação profissional do assistente social na escola, pensada a partir de ações, serviços, projetos ou programas, dentre outras, que visem à democratização da educação e o engajamento da família nos processos participativos e decisórios escolares.

Ainda neste capítulo irá-se apresentar o histórico do surgimento da Diretoria de Serviço Social Escolar de Limeira, Estado de São Paulo, campo empírico de pesquisa a qual está ligada a Secretaria Municipal de Educação de Limeira. Neste, também irá se discorrer sobre o processo de trabalho dos assistentes sociais de Limeira, lotados especificamente na Política Municipal de Educação.

No **quarto capítulo** apresenta-se a metodologia de pesquisa utilizada para a realização do estudo. De início, irá-se discorrer sobre o contexto e universo da pesquisa, sinalizando os sujeitos envolvidos na pesquisa e o campo empírico do estudo. Por fim, irá-se tecer sobre o processo de efetivação da pesquisa e da análise e interpretação dos dados.

O último e **quinto capítulo** compõem a análise da pesquisa. A partir da categorização dos dados coletados, tendo como base as seguintes categorias explicativas: Gestão Democrática na escola; Serviço Social Escolar e suas interfaces com as políticas públicas no contexto escolar; Limites e possibilidades da atuação do assistente social na escola pública e desafios para a efetivação da gestão democrática na escola, discuti-se essas categorias a partir da realidade pesquisada e do material coletado dos sujeitos envolvidos na pesquisa, sendo estes vinculados às unidades escolares do município de Limeira, SP, que possuem o assistente social e o Serviço Social institucionalizado, a partir de um setor ou departamento.

Sendo assim, nas **considerações finais**, toma-se como base o problema, objetivos da pesquisa e categorias explicativas adotadas na análise das informações. Disserta-se sobre as descobertas realizadas com o estudo, bem como sinaliza-se para a realidade pesquisada, apontando caminhos a serem trilhados pela gestão democrática e suas correlações com o Serviço Social. Refleti-se sobre os limites e possibilidades de atuação do assistente social na educação pública de Limeira. Ao finalizar-se o trabalho, ainda aponta-se as significativas contribuições do Serviço Social Escolar para o processo de democratização da educação. Nesse sentido, concluí-se que o assistente social torna-se o profissional referência para a

escola, neste movimento de mobilização da comunidade escolar para a participação na gestão da educação.

1 A ESCOLA E SUAS CORRELAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE

1.1. A escola no contexto da globalização

Em pleno século XXI a escola é desafiada a atender as demandas inerentes ao conhecimento mínimo e necessário para o desenvolvimento do aluno, enquanto cidadão, levando-se em consideração as prerrogativas impostas pelo mercado de trabalho flexibilizado e mundializado. Este, por sua vez, exige trabalhadores polivalentes, capazes de se adaptarem imediatamente às novas exigências estabelecidas pela sociedade informacional, global e ou em redes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) reforça este papel do ensino, em seu artigo 1º, quando afirma que se faz necessário pensar a educação em sua plenitude.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A partir da citação pode-se perceber a complexidade que permeia o processo educacional e a responsabilidade que a escola assume nos dias de hoje, mediante propostas de ensino condizentes com as demandas contemporâneas de seus alunos e da sociedade da informação e comunicação (ORTH et al., 2005). Mas para tal, esta precisa contemplar o processo de formação em sua amplitude. Nesse contexto, discorrer sobre a condução da Política Educacional brasileira em um contexto de globalização implica reconhecer a crise do Estado, do próprio neoliberalismo, e suas propostas, inclusive da terceira via, e seus reflexos na educação.

Na educação, visualizamos o processo de retirada do Estado, passando suas atribuições para o público não-estatal via vários projetos e programas. Nesse caso, o governo repassa algum recurso para que a sociedade execute, como, por exemplo; o Programa Brasil Alfabetizado, as creches comunitárias, o Planfor (Plano de Educação Profissional) ou o embrião de formação de Organizações Sociais na escola, como é o caso do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) (PERONI, 2006, p.22).

É notório perceber que a educação vivencia a cada dia “o processo de retirada do Estado” como nos aponta a autora, ainda que se observem tímidas e

pontuais ações, mais que não possuem caráter de efetiva mudança, principalmente no que tange a garantia de acesso, permanência e qualidade do ensino público e gratuito.

Nesse contexto, parte-se da premissa de que a educação está mergulhada em um processo de globalização, conectada às diretrizes do sistema neoliberal. Para fazer frente a este processo é importante reiterar o que Sander afirma, quando pensa a globalização.

O grande desafio que enfrentamos hoje é o de fazer da globalização um instrumento efetivo de desenvolvimento humano sustentável para todos e uma oportunidade de desvendar e desenvolver as numerosas civilizações que enriquecem a comunidade (2005, p.73).

O autor nos remete a uma reflexão, no sentido de que as pessoas não devem se afixar nos pontos negativos da globalização, mas reflete sobre as maneiras possíveis de se utilizar estes processos, enquanto métodos de crescimento e desenvolvimento social. Beck afirma ainda que:

Diante da consciência das limitações do atual processo de globalização econômica, crescem os esforços nacionais e internacionais para construir um modelo de globalização economicamente mais eqüitativo e politicamente sustentável, para fazer frente às forças macroeconômicas da globalização, com a nova forma de “exploração do imperialismo, ou seja, a ditadura do mercado mundial” (2002, p.10).

Neste intento, pode-se considerar que a escola no contexto da globalização e da sociedade da informação e comunicação, se situa em um patamar de dualidades, ou seja, de ao mesmo tempo possuir o dever de atuar de tal forma que seus alunos possam se desenvolver enquanto cidadãos autônomos e participativos, não esquecendo assim de sua essência, mas também do seu papel enquanto agência de qualificação para o trabalho.

Acredita-se em um conceito de escola singular, a qual possa ser igualitária, equânime a todos que dela tem o direito de usufruir, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. O fundamental é saber como subtrair do modelo de globalização vigente, instrumentos os quais possam contribuir para melhoria da educação, como um processo transformador e democrático.

No próximo subtítulo, busca-se elucidar a Política Pública de Educação no Brasil, após aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996,

bem como suas principais transformações, impactos e conceitos introduzidos no direcionamento da Política Pública Educacional brasileira.

1.2 A Política Pública de Educação no Brasil Pós LDB 96

Ao iniciar o presente subtítulo não se pode deixar de sinalizar alguns conceitos que definem a política pública, partindo da teorização de Muller e Surel, quando definem uma política pública, como um constructo social e um constructo de pesquisa, ou seja, para os autores:

Perceber-se-á, então, que uma política é, ao mesmo tempo, um constructo social e um constructo de pesquisa, a qual, por isso coloca problemas difíceis de identificação e de interpretação, e que, enfim, o desafio atual da pesquisa é a constituição de um quadro de análise sistêmica da ação pública que possa ultrapassar os limites de abordagem seqüencial (2004, p. 14).

Conforme ainda Bucci (2002), as políticas públicas são programas de ação governamental que visam coordenar os meios, a disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinantes.

Já Viana (1996) escreve que o modo de operar do Estado se traduz no ato de fazer políticas públicas, valorizando o Estado em ação. Nessa relação Frischeisen (2000), aborda que essas políticas públicas são conceituadas como diretrizes, princípios, metas coletivas e conscientes que devem direcionar as atividades do Estado e que precisam ter como objetivo o interesse público.

Parte-se deste modo, do entendimento de que a Política Pública se constitui enquanto uma ação governamental, assim Chrispino sinaliza:

Voltemos ao meta-conceito de Políticas Públicas como sendo a ação de governo que vise atender à coletividade e, como hipótese de trabalho, vamos agregar a palavra “intencionalidade”, o que deixará a expressão com a seguinte construção: Política Pública é a intencionalidade de ação de governo (2005, p. 65).

Em uma perspectiva contextualizadora de política pública na América Latina, cita-se Neto, em especial, quando este discorre sobre o direcionamento da Política Pública de Educação na América Latina:

A influência das idéias neoliberais na definição da política educacional para a América Latina, na década de 1990, é reconhecida pelos estudos publicados na área. Essa influência vem se traduzindo, na prática, nas orientações formuladas pelas agências multilaterais de financiamento, especialmente o Banco Mundial (2004, p. 25).

Desde modo ao contextualizar-se a Política Pública de Educação no cenário brasileiro pós LDB⁹ (1996), não se pode esquecer, de situar a mesma, ainda que de forma breve e cronológica, nas décadas de 1930, 1940, 1960 a 1970 e 1990 até os nossos dias atuais, já que esta é referenciada de uma ou outra forma pelas inúmeras reformas dos sistemas educativos brasileiros e que tem configurado o modelo de educação contemporânea. Vale considerar ainda que, todas estas reformas, em suma, agregaram como objetivo primordial o atendimento às questões políticas, econômicas e sociais de um estado que vivenciou inúmeras transformações nas respectivas áreas.

Nesse sentido, em uma perspectiva histórica da educação nacional, destaca-se Ferreira e Aguiar quando afirmam que:

Este foi o contexto, enfim, em que a educação passou a ser problematizada como uma questão nacional. As iniciativas da Primeira República nessa área foram modestas. Criaram-se as universidades, mas a estrutura dual do sistema de ensino permaneceu. O princípio federalista, descentralizador, manteve o ensino primário público como de responsabilidade dos estados, mas não se registram ações estaduais significativas visando à escolarização em massa. A despeito da eloquência da retórica republicana em favor da universalização do ensino fundamental, as oportunidades educacionais não foram ampliadas (2001, p.24).

Nesse contexto, observa-se também algumas peculiaridades históricas de nosso sistema educacional e que ajudaram a permear inúmeros entraves no que diz respeito ao cumprimento de determinações legais que emanaram da legislação em vigor em cada época. Com a citação abaixo, reforça-se este discurso teórico e prático contraditório. Ainda, em consonância com isto, aponta-se que:

No Brasil, embora se empunhasse a bandeira da escola básica como bem público, o impulso para a universalização da cobertura escolar deu-se apenas de forma pontual, ou mediante arranjos que desqualificaram a oferta desses serviços, comprometendo a escolaridade da maior parte da população e, por conseguinte, o seu acesso ao pleno exercício desse direito de cidadania. O modo como evoluiu o sistema educacional articulou-se ao modelo imprimido à modernização capitalista e ao processo pelo qual se estabeleceu um tipo peculiar de cidadania (FERREIRA; AGUIAR, 2001, p.32).

⁹ Neste estudo, nos restringimos somente à análise do texto legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996).

Não obstante o passado, a Política Educacional presente está sendo condicionada por estratégias de desenvolvimento atreladas ao fator econômico do país. É neste patamar, que a partir da década de 90, ocorre o aprofundamento das principais transformações, rumo às atuais políticas públicas no país, sofrendo influências de políticas internacionais, como nos afirma Oliveira:

A partir dos anos 90, o Banco Mundial (BIRD) vem adquirindo expressiva importância no âmbito das políticas públicas brasileiras. Esta evolução pode ser explicada pelo papel que o Banco desempenha junto aos países mais pobres, como estrategista no modelo neoliberal de desenvolvimento e também como articulador da interação econômica entre as nações, inclusive, para a negociação de sua dívida externa (2005, p.46).

Deste modo, ao se falar das políticas públicas, salienta-se a interferência do Banco Mundial¹⁰, em todas as reformas ocorridas na Política de Educação nas últimas décadas. Balizadas nos princípios de privatização, publicização e terceirização, estas operacionalizaram mudanças consideráveis no que se refere ao rumo da Política Pública de Educação no país, e na sua concepção de educação, como Saviani discute no seu livro.

A educação, tenderia, sobre a base do desenvolvimento tecnológico propiciado a microeletrônica, à universalização de uma escola unitária capaz de propiciar o máximo do desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos e conduzi-los ao desabrochar pleno de suas faculdades espirituais, é colocada, inversamente, sob a determinação direta das condições de funcionamento do mercado capitalista. É, com efeito, aquilo que poderíamos chamar de “concepção produtivista da educação” que domina o panorama educativo da segunda metade do século XX (2005, p. 22).

Sendo assim, na contramão das reformas do Estado, a qual busca atender às exigências do capitalismo selvagem e às imposições que este faz ao sistema educacional brasileiro, movimentos organizados de intelectuais e trabalhadores da educação questionam aspectos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 que buscam reforçar as exigências deste capitalismo. Fazem isto por entenderem que a mesma apresenta uma concepção de educação neoliberal, ao mesmo tempo em que propunha enquanto papel do estado o de ser o provedor de uma educação escolar pública gratuita, de qualidade e descentralizada, por meio do desenvolvimento de processos inerentes à vida e à condução da escola, a partir da

¹⁰ O Banco Mundial é composto atualmente por um conjunto de instituições lideradas pelo BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), que abrange quatro agências: a IDA (Associação Internacional de Desenvolvimento), a IFC (Corporação Financeira Internacional), a ICSID (Centro Nacional para Resolução de Disputas sobre Investimento) e a MIGA (Agência de garantia de Investimentos Multilaterais), (TOMMASI, et al, 2009).

perspectiva de gestão democrática. Neste sentido, vale destacar o art. 2º da LDB de 1996:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O atendimento da LDB de 1996, no que se refere à qualidade da educação e dos seus processos de ensino e aprendizagem foi reforçado, inicialmente, pelo Plano Nacional de Educação do decênio 2001-2010 (Lei n. 10.172/2001). Para o decênio vigente, 2011-2020, as metas para tal serão definidas com a aprovação do Projeto de Lei nº 8.035/2010, ora em tramitação no Congresso Nacional. Cada Plano Nacional de Educação apresenta diversas medidas para o suprimento das necessidades sociais e conseqüentemente das demandas educacionais, no que tange à garantia da educação obrigatória, e amplia o atendimento educacional, bem como busca a valorização dos profissionais da educação além de garantir o desenvolvimento de sistemas de informação e avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2001).

Ainda, enquanto forma de assegurar a qualidade do ensino brasileiro, em especial na educação básica, em abril de 2007 foi lançado pelo Ministério da Educação – MEC, o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) sustentado por seis pilares, os quais são: visão sistêmica da educação; territorialidade; desenvolvimento; regime de colaboração; responsabilização e mobilização social.

Pode-se destacar também inúmeros Pareceres e Resoluções emitidos pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e homologados pelo MEC, os quais buscam delinear o modelo de educação adotado pelo país, orientando e definindo estratégias para o atendimento às demandas educacionais oriundas do sistema nacional de educação.

Cabe salientar que no presente estudo, não serão analisadas as profundas alterações que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério/FUNDEF (Lei Nº 9.424/1996.) e, posteriormente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação/FUNDEB (Lei Nº 11.494/2007) introduziram na educação básica oferecida pelos sistemas municipais e estaduais de ensino. Na avaliação de Sena:

A legislação do Fundeb beneficiou-se da experiência do Fundef. Manteve alguns de seus aspectos e inovou em outros. Entre os avanços concretos quanto à situação anterior podem-se destacar: um equacionamento razoável da questão da complementação da União (considerando-se que os valores são mínimos e podem e devem ser ampliados até, ao menos, o patamar de gastos praticado pela União em 1995) e a aposta num espaço federativo de negociação como a Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade. Além disso, impulsionou a definição de piso salarial para o magistério. (2008, p. 339)

Sendo assim, tem-se a necessidade de proporcionar ferramentas eficazes para a gestão da educação, em especial em sua Política Educacional, para melhorar a sua qualidade, por meio de condicionantes como acessibilidade, permanência, inclusão, valorização profissional da categoria, infraestrutura física e melhores condições de trabalho, como também processos de descentralização da educação, embasados na proposta de gestão democrática da educação.

1.3 A Política Pública de Assistência Social nas últimas duas décadas

Antes de iniciar a problematização deste subtítulo, se faz necessário clarear que a escolha de ambas as Políticas Públicas de Educação e Assistência Social a serem tratadas nesta pesquisa, decorre do entendimento de que Educação e Assistência Social¹¹ estão intrinsecamente interligadas, quando articuladas pela atuação do profissional de Serviço Social nas realidades escolares. Parte-se da defesa e do entendimento, de que o assistente social, bacharel em Serviço Social, possui ampla contribuição quando inserido na Política Pública de Educação, como irá se discorrer posteriormente no estudo.

Desta forma, ao situar a Política Pública de Assistência Social brasileira, tem-se que referendar o artigo 203 da Constituição Federal, onde se encontra a primeira definição de assistência social como direito de todos, uma política não contributiva e prestada pelo estado a quem dela necessitar, conforme a citação:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

¹¹ Afirma-se quanto à importância do Programa Bolsa Família como articulador das Políticas Públicas de Assistência Social, Educação e Saúde. Porém o estudo não se ateve em realizar esta análise.

- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes¹²;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência¹³ e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Sendo assim, deve-se considerar que a execução da Política de Assistência Social pelo estado, mesmo anteriormente à aprovação da Constituição Federal de 1988, era condicionada pelas transformações no cenário nacional, o que se verifica ainda nos dias atuais, como atendimentos clínicos, os quais individualizam as problemáticas e desresponsabilizam o estado pela execução e o financiamento da mesma como política pública, além de reforçar relações clientelistas, assistencialistas e do predomínio de ações paliativas e caritativas.

Em meados da década de 90, a Política de Assistência Social atravessa por um período de processo da sua constituição e início de sua materialização no contexto brasileiro, principalmente com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/93), que define a assistência social em seu artigo 1º.

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Em continuidade ao processo de materialização da Política de Assistência Social, tem-se no ano de 2004 a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), que estabelece os princípios, as diretrizes, os objetivos, os usuários e as proteções afiançadas pela mesma e que devem nortear a Política de Assistência Social no Brasil. Nela, encontra-se também o conceito e a base de organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o qual vem sendo implantado desde o ano de 2005, como normativa disciplinar e organizadora da gestão da assistência social no território brasileiro, e que estabelece atribuições e competências nos três níveis de governo na provisão das ações socioassistenciais.

Cabe ressaltar ainda que na data de 06 de julho de 2011, com a aprovação da Lei nº 12.345 foram alterados inúmeros artigos da Lei Orgânica de Assistência Social (1993), que institucionaliza o Sistema Único de Assistência Social, agora não mais como normativa mais como lei, conforme destaque:

¹² Conforme revisão das nomenclaturas presentes na Lei Orgânica de Assistência Social Anotada (2009) e em consonância ao disposto na Política Nacional de Assistência Social (2004) está em desuso a expressão “carentes” utilizando-se “em situação de vulnerabilidade e risco social”.

¹³ Da mesma forma encontra-se o desuso da expressão “pessoas portadoras de deficiência” utilizando – se “pessoas com deficiência”.

Art. 6º A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos:

I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;

II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º-C;

III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;

IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;

V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;

VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e

VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

Deste modo, pode-se afirmar que nos últimos anos ocorreu uma intensificação no processo de consolidação da Política Pública de Assistência Social no Brasil, enquanto direito e dever do estado, quer na definição de seu papel, ou no cumprimento e na execução de suas ações, bem como das formas de gestão e oferta de serviços, projetos e programas sociais.

É notório destacar, que a partir de todo o aparato legislativo, considera-se que a Política de Assistência Social, não comporta mais a sua execução de qualquer forma ou maneira, como aliás foi desenvolvida historicamente, com forte caráter caritativo, clientelista e paliativo. De fato, hoje existe o entendimento de que, assistência social constitui-se em uma Política Pública, como um direito do cidadão e dever do estado, organizada para garantir uma série de proteções. Conforme a Lei nº 8.742/93 com a nova redação que lhe deu a Lei 12.345/11:

Art. 6º-A. A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Ao localizar a Política Pública de Assistência Social neste estudo, objetiva-se sinalizar as principais transformações ocorridas no processo de conceituação e execução da referida política, ao longo da trajetória histórica brasileira, permeado por um contexto de mudanças sociais, econômicas e políticas. Destaca-se ainda, que como afirmado em momento anterior, é indubitável não conceber a atuação do

assistente social na escola com a interface prioritariamente na Política de Assistência Social.

Apesar de estar lotado na Política Pública de Educação, o assistente social na escola deve atender o aluno em sua integralidade, isso significa atender a sua família, a comunidade escolar, e as interfaces com as demais políticas públicas, sejam estas: saúde, habitação, assistência social, dentre outras, as quais se tornam essenciais como parte de um processo que possa garantir uma educação de qualidade. E em especial, a Política Pública de Assistência Social é extremamente acessada, quando sinaliza-se a situação socioeconômica em que se encontram muitas famílias brasileiras atendidas pela escola pública contemporânea.

Com o capítulo subsequente deste estudo procura-se sinalizar a gestão democrática, como uma ferramenta exequível na gestão da educação e no processo de democratização da escola, a partir dos inúmeros canais que esta pode disponibilizar para a participação da comunidade escolar e a representatividade que este envolvimento das famílias na escola, pode agregar como fator valorativo do processo educacional.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

2.1 Pressupostos legais

Ao ponderar-se sobre o processo de gestão no contexto da educação brasileira, é necessário dizer que a gestão na educação, tornou um novo conceito, que quando usado na referida área, busca a superação das limitações oriundas do conceito de administração na educação. Cabe aqui, destacar o conceito de gestão:

O conceito de gestão, portanto, parte do pressuposto de que o êxito de uma organização social depende da mobilização da ação construtiva conjunta de seus componentes pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva (LÜCK, 2009, p.21).

Em consonância ao acima exposto, a autora nos remete a refletir, sobre esta nova conceituação de gestão que, perpassa por um ideário de escola pensada no seu coletivo, prioritariamente no que se refere à execução de ações coletivas em prol do enfrentamento e resolutibilidade das necessidades cotidianas da educação.

No contexto da educação brasileira, tem-se dedicado muita atenção sobre a gestão do ensino que, como um conceito novo, supera o enfoque limitado de administração, a partir do entendimento de que os problemas educacionais são complexos, em vista do que demandam visão global e abrangente, assim como ação articulada, dinâmica e participativa (LÜCK, 2008, p.23).

Neste sentido, a utilização da nomenclatura gestão na educação, é permeada por um novo entendimento a respeito dos destinos das organizações e de seus processos. Deste modo, Lück afirma:

Atenção efetiva tem sido dedicada para a gestão, que como um conceito relativamente novo, superador do enfoque limitado de administração, se assenta sobre a mobilização dinâmica do elemento humano, sua energia e talento, coletivamente organizado, como condição básica e fundamental da qualidade do ensino e da transformação da própria identidade das escolas, dos sistemas de ensino e da educação brasileira (2010, p.27).

E é a partir desta prerrogativa de mobilização e organização coletiva que a educação pode galgar patamares até então não alçados, de comprometimento e engajamento social pela comunidade na gestão escolar. Sendo assim, segundo Paro (1996), a gestão escolar precisa ser entendida no âmbito da sociedade política comprometida com a própria transformação social.

Vale ressaltar, que para chegar-se ao atual conceito de gestão na educação, percorreu-se um longo caminho e o seu reflexo está presente no aparato legislativo e nas políticas educacionais, as quais iniciam a compreensão de gestão educacional, como gestão democrática no ensino público do país, como irá se destacar a seguir.

A Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 206, Inciso VI, afirma que, a gestão democrática no ensino público deve ser um dos princípios basilares do país. Já o Estado do Rio Grande do Sul cria a Lei nº. 10.576/1995, depois alterada pela Lei nº. 11.695/2001 que afirma em seu artigo 1º, em seus Incisos I ao VII, e estabelece os preceitos a serem seguidos no processo de gestão democrática do ensino das escolas públicas.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Lei nº. 9.394/1996 (LDB) explicita a gestão democrática do ensino público em seu artigo 3º, Inciso VIII. De acordo ao exposto, no que se refere à garantia de processos democratizadores na educação, cita-se os artigos 14 e 15 da LDB que reforçam a autonomia das escolas na promoção da gestão democrática.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Ainda para referendar as legislações que dispõem sobre a gestão democrática no ensino público e de sua aplicação obrigatória, dispõe-se da Lei nº. 10.172/2001 que aprova o Plano Nacional de Educação, em especial quando esta reafirma que:

A democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 2009, p.105).

A partir desta premissa, entende-se como gestão democrática na educação, todos os processos que visem à descentralização, pautada em ações democratizadoras da realidade e dos espaços escolares, propiciando que estes

sejam utilizados como canais de participação da comunidade escolar nos processos decisórios e de reformulação do projeto político pedagógico da escola, e no estabelecimento do regimento escolar em consonância com as realidades locais e as políticas públicas na área.

2.2 A Gestão Democrática no cotidiano escolar

A descentralização do ensino constitui um dos fatores essenciais para o movimento de democratização das escolas brasileiras e da construção de autonomia da gestão escolar. Desde modo, descentralização pressupõe participação, entendida por Lück como:

A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme (2009, p. 29).

De acordo ao afirmado, os autores Ferreira e Aguiar discorrem sobre o processo de participação na realidade educacional:

Tem-se falado muito em participação e compromisso, sem definir claramente seu sentido. E não raras vezes situa-se a participação como mero processo de colaboração, de mão única, de adesão, de obediência às decisões da direção. Subserviência jamais será participação e nunca gerará compromisso. Em primeiro lugar, a participação sem troca, como dádiva, ocorre por decisão pessoal movida pela afetividade, pelo desejo de servir a uma causa que se julgue nobre e relevante, seja religiosa, política ou social. No caso da escola e do município, a participação deve ocorrer por motivos profissionais. E nesse caso, constitui um processo de troca, que gera o compromisso (2001, p.170).

Sendo assim, entende-se que constitui um dos papéis da escola, o de propiciar espaços para a participação da comunidade escolar à dinâmica, atividades e decisões escolares. Pois, para integrar e possibilitar que os membros desta possam interagir com a mesma, tomando consciência do seu papel na gestão e no envolvimento, é necessário a abertura de espaços democráticos e de voz à comunidade.

Ainda, ao citar e definir o conceito de participação, considera-se a relevância da reflexão realizada pela Lück, quando afirma que:

Essa participação dá às pessoas a oportunidade de controlarem o próprio trabalho, assumirem autoria sobre o mesmo e sentirem-se responsáveis por seus resultados – portanto, construindo e conquistando a sua autonomia. Daí por que a participação competente é o caminho para a construção da autonomia. Ao mesmo tempo, sentem-se parte orgânica de uma realidade e não apenas um apêndice da mesma, ou um simples instrumento para realizar objetivos institucionais determinados por outros (2009, p. 23).

Em conformidade ao acima citado, agrega-se ainda que:

[...] a participação da comunidade na gestão da escola pública encontra um sem-número de obstáculos para concretizar-se, razão pela qual um dos requisitos básicos e preliminares para aquele que se disponha a promovê-la é estar convencido da relevância e da necessidade dessa participação, de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades (PARO 2002, p.16).

Desta maneira, pode-se apontar inúmeras possibilidades para a criação de canais de participação dos alunos, pais, famílias, professores, funcionários, assistentes sociais e equipe diretiva na gestão da escola. Quer por meio de conselhos deliberativos, como conselhos escolares e conselhos de pais, ou pela promoção de atividades não só festivas de aproximação da família à escola, proposições de participação, via representação¹⁴, em reuniões pedagógicas de planejamento de atividades e de discussões de assuntos inerentes às práticas cotidianas que permeiam não somente aspectos pedagógicos, mas também sociais, políticos e culturais, para a comunidade na qual a escola esteja inserida. Em consonância ao exposto, Lück destaca ainda que:

[...] a proposição de democratização da escola aponta para o estabelecimento de um sistema de relacionamento e de tomada de decisão em que todos tenham a possibilidade de participar e contribuir a partir de seu potencial que, por essa participação se expande, criando um empoderamento pessoal de todos em conjunto e da instituição (2008, p. 58).

Paro vai mais além, em especial na medida em que este entende que a participação da população nas decisões da escola, torna-se uma ferramenta para o exercício da cidadania desta população que, com a ausência desses espaços, passa a exercer seus direitos enquanto cidadãos apenas em momentos de eleições.

¹⁴ “A representação é considerada como uma forma significativa de participação: nossos ideais, nossas expectativas, nossos valores, nossos direitos são manifestados e levados em consideração por meio de um representante acolhido como uma pessoa capaz de traduzi-los em um contexto organizado para esse fim. Essa concepção é necessária em grupos sociais grandes que não permitem a participação direta de todos, e se efetiva pela instituição de organizações formais em que o caráter representativo é garantido pelo voto” (LÜCK, 2009, p.41).

A participação da população nas decisões que se tomam na escola ganha sentido diante da necessidade de que o caminho para uma sociedade verdadeiramente democrática não se restrinja ao voto periódico para ocupantes de cargos parlamentares e executivos do Estado (2002, p. 103).

Neste contexto urge a necessidade de buscar o fortalecimento dos processos democratizadores na educação. Desta maneira, salienta-se os inúmeros instrumentos dos quais a escola pode fazer uso em seu cotidiano para que esta participação da comunidade de fato possa ocorrer. São eles: Projeto Político Pedagógico (PPP); Regimento Escolar (RE); Conselho Escolar (CE); Associação de Pais e Mestres (APM) todos estes, espaços de participação de equipe diretiva – Plano de Gestão Escolar, professores, funcionários, alunos e pais.

A seguir irá se abordar cada um destes instrumentos e ou espaços acima citados, pois no entendimento do pesquisador, esses reafirmam os canais de participação os quais são fundamentais para o envolvimento de todos os atores da escola na gestão democrática da mesma, bem como para reforçar processos democratizadores no âmbito educacional. Cabe ressaltar que os referidos espaços de descentralização da educação, no que tange à gestão democrática da escola, encontram-se garantidos na legislação pela Lei nº. 9.394/1996 (LDB) e em específico no Estado do Rio Grande do Sul pela Lei nº. 11.695/2001 que alterou a Lei da Gestão Democrática, Lei nº. 10.576/1995.

2.2.1 Projeto Político Pedagógico – (PPP)

Como já sinalizado anteriormente, a escola contemporânea está sendo desafiada a refletir sobre o seu papel no contexto das novas exigências políticas, econômicas, culturais e societárias. Sendo assim, torna-se igualmente indispensável o desencadeamento de novos processos de gestão, de ensino e de aprendizagem. Ou então ações pedagógicas que qualificam constantemente os professores, agregando-os e valorizando os mesmos, por meio de trabalhos multidisciplinares e interdisciplinares, dentre outros.

Neste contexto, faz-se imprescindível a construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) a fim de atender às novas exigências do mundo de hoje, ao mesmo tempo em que este possa contemplar as demandas inerentes à realidade

local e regional de cada escola. Desta forma, entende-se que para a educação se efetivar como um bem público de direito universal, precisa-se engendrar um PPP capaz de desencadear um processo de construção coletiva e reflexiva, no âmbito de toda a comunidade escolar.

Deste modo, evoca-se a discussão de alguns teóricos sobre o Projeto Político Pedagógico ou simplesmente Projeto Pedagógico, como os mesmos o tem denominado.

O Projeto Pedagógico é a forma de organizar o trabalho pedagógico na escola, articulando saberes e espaços-tempos com base nas demandas apresentadas pela comunidade escolar. De certa forma, é um projeto que, embora de caráter burocrático, precisa ser construído a partir das vivências e deve ser motivo para as práticas cotidianas. De um lado há os interesses, as idéias da comunidade, dos estudantes, do sistema de ensino. De outro, há a estrutura, a organização, o currículo, as idéias e as práticas. Amalgamadas, essas potencialidades redundam em um Projeto Pedagógico em acordo com a realidade onde se insere a escola e com os ideais de quem ocupa o espaço escolar. O PP é, assim, o esboço, de forma coletiva, das competências esperadas do educador e das ações escolares. Daí porque é um processo contínuo, precisa ser renovado, repensado, revisto constantemente contribuindo para que se defina a identidade da escola (CASTANHO, 2008, p.07).

Segundo a citação, parte-se do entendimento que o planejamento educacional e a organização institucional estão intrinsecamente conectados à construção do PPP. Pois as ações pedagógicas no processo da educação, a maneira como a escola se organiza para atender as suas finalidades as quais devem estar relacionadas à realidade educacional, são usadas como as guias norteadoras na construção de qualquer Projeto Político Pedagógico (PPP).

Neste contexto, como um dos instrumentos essenciais para a construção de uma cultura na perspectiva da gestão democrática, a escola deve buscar por meio do Projeto Político Pedagógico articular interesses e ações coletivas no espaço escolar para criar mecanismos e ações que vão reforçar processos democráticos e participativos.

A construção de um Projeto Pedagógico, em contextos democratizantes e democráticos, relaciona-se à concepção que se tem de uma escola pública com efetiva gestão democrática. Por isto, o PP vai representar esta gestão democrática, evidenciando uma fundamentação que sustente e possibilite esta ação democrática, a preocupação com uma ação pedagógica qualificada e em acordo com as demandas do entorno (CASTANHO, 2008, p.08)

Neste sentido, cabe a escola propiciar espaços para que a comunidade escolar (equipe diretiva, professores, funcionários, alunos e pais) possam

participar da construção do Projeto Político Pedagógico. Esses espaços vão desde discussões realizadas com os próprios alunos, como encontros, reuniões, com o objetivo específico de tratar sobre a construção do PPP com as famílias, podendo estas serem escutadas e suas proposições inseridas e atendidas junto às demandas educacionais da escola.

Ainda, cabe sinalizar que além de possibilitar a participação da comunidade escolar de modo geral na construção do PPP, é extremamente importante que a escola crie formas de publicizar o Projeto Político Pedagógico, fomentando o envolvimento de todos os atores no cotidiano escolar.

2.2.2 Regimento Escolar – (RE)

Quando se discute sobre o planejamento educacional, bem como sobre a organização institucional, sinaliza-se que a eficiência do trabalho escolar depende de ambos os elementos, mas se esta não tiver seu próprio regimento estará a mercê dos interesses dos gestores públicos e de seus interesses político eleitoreiros, bem como fará com que a escola se distancie da realidade sociocultural na qual se encontra inserida. Mas ao propor seu Regimento Escolar esta necessitará de objetivos bem claros e uma estrutura organizacional e curricular adequada às demandas da comunidade, dos interesses dos gestores escolares e das possibilidades da escola.

Nesse sentido o regimento escolar é o documento legal e oficial que disciplina todos os aspectos concernentes à vida escolar. De acordo a Strehl e Réquia, destaca-se:

O regimento apresenta-se como um documento que normatiza os aspectos administrativos, didáticos e disciplinares da escola. É um instrumento legal que expressa a filosofia da escola, garante sua individualidade dentro do sistema de ensino, reflete sua estrutura e objetivos. Procura aplicar à realidade escolar os dispositivos presentes na Constituição Federal e Estadual, bem como na legislação educacional específica (2000, p.33).

Em consonância ao exposto na citação, pode-se entender melhor a significância e a importância do Regimento Escolar para o bom funcionamento da escola, pois na medida em que esse, enquanto instrumento legal que expressa a filosofia da escola e garante a aplicabilidade da legislação educacional, torna-se

inconcebível que a comunidade escolar não participe da construção do mesmo. De acordo ao citado, vale lembrar ainda que:

É importante que todo o pessoal envolvido na escola participe da elaboração do regimento. Aos professores é reservado um papel fundamental. Para que possam bem desempenhá-lo, necessitam conhecer toda a organização escolar com os respectivos fundamentos (STREHL; RÉQUIA, 2000, p.34).

Nesse contexto, como já sinalizado, reitera-se que para envolver pessoas na escola, ou seja, alunos, pais, funcionários, etc., faz-se necessário criar canais que, de fato, propiciem a participação dos mesmos na construção do regimento escolar.

E nesse sentido, entende-se as razões pelas quais os professores são fundamentais para que se desencadeie este processo no contexto escolar. E ao mesmo tempo mostra-se os possíveis estranhamentos e disputas de espaço que os assistentes sociais podem causar no ambiente escolar, já que estes necessariamente poderão redesenhar os papéis e as ações de cada um dos atores nesta nova reconfiguração escolar.

2.2.3 Conselho Escolar – (CE)

Em continuidade a teorização sobre os instrumentos presentes no espaço escolar para democratizar a educação, chega-se a constituição do Conselho Escolar. Em alguns municípios se tem a Associação de Pais e Mestres ou o Círculo de Pais e Mestres em substituição ao Conselho Escolar, mas ambos possuem funções idênticas ou semelhantes.

De imediato, sinaliza-se a seguinte definição de Conselho Escolar.

O Conselho de Escola é um colegiado formado por todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, direção e demais funcionários. Através dele, todas as pessoas ligadas à escola podem se fazer representar e decidir sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos. Assim, esse colegiado torna-se não só um canal de participação, mais também um instrumento de gestão própria da escola (ANTUNES, 2002, p.19).

Em conformidade ao acima discorrido, Castanho (2008), define o Conselho Escolar como:

O Conselho de Escola é a instituição que cotidianamente coordena a gestão escolar. Ou seja, é o Conselho o órgão responsável pelo estudo e planejamento, debate e deliberação, acompanhamento, controle e

avaliação das principais ações do dia-a-dia da escola tanto no campo pedagógico, como administrativo e financeiro. Assim como o Conselho Municipal, este Conselho é um órgão de democracia representativa e dele fazem parte representantes dos diversos segmentos da escola (professores e funcionários, alunos e seus familiares) diretamente eleitos (2008, p.27).

Segundo os autores citados, como instrumento de gestão da escola, o conselho escolar é composto por um colegiado que representa todos os segmentos presentes na escola. Cabe ressaltar que este tem função consultiva, deliberativa e fiscalizadora nas questões pedagógica, administrativa e financeira, como sinalizado.

Neste sentido, é de responsabilidade da instituição escolar garantir a funcionalidade dos conselhos escolares, mediante participação de um colegiado, o qual por sua vez possuirá papel fundamental no que tange à criação e garantia de mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar, na aprovação de aplicação dos recursos na escola, apreciação da alteração do regimento escolar e análise dos resultados de avaliação interna e externa realizada na escola. Também corresponde como um dos seus papéis, propor à direção, gestão escolar, alternativas de melhoria na qualidade e desempenho do ensino.

Sendo assim, considera-se que o Conselho Escolar representa um importante instrumento para a democratização da educação, na medida em que articula várias representações escolares, as quais tenham objetivos em comuns, no que se relaciona ao sucesso da finalidade principal da escola, quando efetivada a partir da perspectiva de gestão democrática na educação.

2.2.3.1 Associação de Pais e Mestres – (APM)

Muitas escolas e sistemas de ensino preferem recorrer à Associação de Pais e Mestres (APM) enquanto ferramenta para agregar pais, professores e funcionários na estrutura e processo decisório escolar, mesmo que, com função política e social distinta de um Conselho Escolar. Deste modo, define-se APM como:

[...] uma entidade jurídica de direito privado, criada com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência da unidade escolar e para a integração família-escola-comunidade (ARAÚJO et al, 2009, p.29).

A Associação de Pais e Mestres é composta por pais, professores e funcionários da escola que trabalham voluntariamente em prol da unidade escolar

visando o mais amplo desenvolvimento das atividades pedagógicas. Como associação, a instituição deve atender aos seguintes fins, conforme nos destaca Amaro ao denominar a APM como Círculo de Pais e Mestres (CMP).

- Proporcionar a participação da família na escola e a da escola na comunidade;
- Atuar no auxílio e complementação da administração escolar;
- Promover, mediante cobrança, taxa ou similares, atividades sociais destinadas à obtenção de recursos financeiros em apoio à manutenção do funcionamento da escola;
- Colaborar na conservação e recuperação de prédios e equipamentos da escola;
- Prestar serviços na escola em benefício dos alunos ou do processo educacional (2011, p.47).

Assim, mais do que servir como um elo de ligação entre pais, funcionários, professores e direção, a Associação de Pais e Mestres deve primar pela busca constante de soluções equilibradas para a resolutibilidade dos problemas do dia-a-dia no ambiente escolar. Com base na teorização de Amaro (2011) considera-se que também é atribuição da APM articular comunidade, poder público, escola e família, para o alcance dos resultados esperados no processo educativo com o todo.

Desta maneira, torna-se inquestionável reiterar a importância que o Conselho Escolar, a Associação de Pais e Mestres ou Círculo de Pais e Mestres representa para o processo de gestão democrática na educação.

2.3 O papel dos diferentes atores na gestão democrática da escola

Ao discorrer sobre a necessidade de processos que visem a gestão democrática nas escolas brasileiras, o objetivo dos próximos itens a serem sinalizados neste capítulo, será o de abordar o papel e a importância dos atores ligados à educação, na oferta e envolvimento na democratização da educação. Para tanto, considera-se a partir da estrutura atual disposta na escola de hoje, que tais atores são: a equipe diretiva; os professores; os funcionários; alunos e pais.

2.3.1 Equipe Diretiva – Plano de Gestão Escolar

É de responsabilidade prioritária da equipe diretiva a construção do Plano de Gestão Escolar ou Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), dentre outras nomenclaturas utilizadas. Este é um instrumento de trabalho flexível e dinâmico, capaz de operacionalizar as medidas previstas de forma genérica no Regimento; propor as ações cabíveis para a execução da Proposta Pedagógica da escola em um determinado período letivo. Cabe destacar, que o Plano de Gestão Escolar deve nortear o gerenciamento das ações escolares. Nesse sentido, Araújo et al define o PDE enquanto:

[...] uma ferramenta gerencial de planejamento utilizada com o propósito de auxiliar a escola a realizar melhor o seu trabalho: focalizar a sua energia; assegurar que sua equipe esteja trabalhando para atingir os mesmos objetivos, avaliar e adequar a da direção em resposta a um ambiente em constante mudança (2009, p.26).

De acordo com os autores, o PDE é um instrumento de planejamento, que deve atender às demandas da comunidade, bem como responder às necessidades locais e regionais da escola, com foco em objetivos comuns, os quais devem ser clarificados e definidos pela comunidade escolar e implementados sob a liderança da equipe diretiva.

Em consonância, Araújo e demais autores (2009, p.26) afirmam que “a liderança do Gestor consiste em mobilizar as vontades, a energia e o trabalho dos membros da comunidade escolar para atingir os objetivos e as metas definidas”. Ainda, nesse contexto:

O PDE indica as expectativas da comunidade em relação à escola e a resposta da escola a essas expectativas e cabe ao Gestor, como líder, a função de implementar as mudanças nele expressas (ARAÚJO et al, 2009, p.26).

Assim caracteriza-se o PDE como um instrumento e ou ferramenta de gestão democrática na educação, sendo que sua implementação e liderança deve partir da equipe diretiva da escola, estando este atrelado às especificidades e ou particularidades desta instituição e comunidade, no que se refere ao atendimento das demandas das mesmas, de acordo com a escuta e a participação da comunidade escolar, no que tange a proposição de melhorias e a implementação de ações, serviços, projetos ou programas que colaborem para o sucesso da gestão escolar.

2.3.2 Professores

Ao sinalizar sobre o papel dos professores e o espaço que estes ocupam na escola, quanto a sua participação nos processos que democratizam a educação, cabe destacar alguns incisos do artigo 13º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, quais sejam:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III – [...]
- IV – [...]
- V – [...]
- VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e comunidade.

Neste contexto, os professores possuem um papel fundamental, quando se trata de fomentar e desenvolver nos alunos e conseqüentemente na comunidade escolar, o senso de engajamento, de participação nos espaços que a escola disponibiliza para ouvir a comunidade. Mas para que isso aconteça é necessário que os professores também acreditem na proposta de gestão democrática e nos benefícios que esta possa trazer para o processo pedagógico de toda a comunidade escolar.

Em consonância ao acima disposto, Lück afirma que:

Os professores são profissionais que influem diretamente na formação dos alunos, a partir de seu desempenho baseado em conhecimentos, habilidades e atitudes e, sobretudo por seus horizontes pessoais, profissionais e culturais. De sua postura diante da vida, dos desafios, da educação e das dificuldades do dia-a-dia depende a qualidade de seu trabalho. Professores bem informados e bem formados são fundamentais para a orientação competente de seus alunos. Sua atuação junto de seus alunos deve ser aberta, com forte liderança e perspectivas positivas orientadas para o sucesso. Professores com elevadas expectativas no sentido de fazer diferença na aprendizagem de todos e cada aluno são aqueles que mais contribuem para a formação desses (2009, p.21).

Deste modo, a partir da citação da autora, é plausível afirmar que o professor contemporâneo dispõe de importantes elementos para o sucesso na aprendizagem do aluno, em especial quando este mobiliza o aprendiz para a participação em espaços oferecidos pela instituição educacional como, por exemplo, os Grêmios Estudantis. E no intuito de destacar alguns elementos intrínsecos à formação pessoal do professor em relação ao “fazer a diferença”, conforme nos aponta Lück

(2009) são eles que conduzirão o professor a uma prática pedagógica e a um manejo de questões cotidianas que permeiam a sala de aula e muitas vezes ultrapassam o fazer pedagógico escolar.

2.3.3 Funcionários

No processo de gestão democrática escolar, os funcionários também representam significativa contribuição para o sucesso da gestão. São esses os profissionais que estão cotidianamente no trato com as crianças, adolescentes, suas famílias e muitas vezes acabam tendo maiores oportunidades de conversar e ouvir os pais do que a própria escola por meio de seus professores, supervisores, coordenadores ou direção.

Nesse contexto, Lück discorre sobre a relevância que esses atores possuem na escola, em especial para agregar qualidade ao ambiente escolar:

Os funcionários são os colaboradores diretos da construção do ambiente educacional e na qualidade da efetivação de seus processos educacionais. Sua atuação contribui de forma significativa para o trabalho educativo, tendo em vista a infra-estrutura que oferecem e sua presença nos vários segmentos da escola. De seu entendimento sobre sua responsabilidade educacional depende a qualidade de seu trabalho e repercussão na formação dos alunos. Portanto, o seu envolvimento no processo de gestão escolar se torna fundamental, mediante a participação em processos de decisão e nas reflexões sobre o sentido da educação e o papel da escola (2009, p.22).

Sendo assim, envolver os funcionários nos processos decisórios da escola torna-se fundamental para a garantia da democratização da educação, pois como já sinalizado, esses colaboradores podem contribuir muito para a proposição de questões, além do seu fazer, para garantir e qualificar as demandas da comunidade escolar. De fato:

Escolas eficazes são aquelas que envolvem os funcionários na equipe geral da escola, desde o delineamento do seu projeto político-pedagógico, até a discussão de projetos especiais da escola utilizando suas leituras e idéias como fonte de referência, de modo a agregar valor a esses projetos e valorizar a sua contribuição à escola (LÜCK, 2009, p.22).

Neste sentido, afirma-se que a escola atual necessita envolver seus funcionários em todos os espaços de discussão e proposição em questões que dizem respeito à educação de forma geral. Compreende-se que funcionários participativos, esclarecidos e bem informados sobre os processos que permeiam a

escola, podem contribuir e agregar valor no que tange à gestão democrática na educação.

2.3.4 Alunos

Ao dissertar sobre o papel dos alunos na participação dos processos democratizadores da educação, considera-se que os mesmos devem compor os espaços disponíveis para o seu envolvimento na gestão escolar. Dentre estes, o mais conhecido é o Grêmio Estudantil, conceituado por Araújo et al como:

[...] uma forma de auto-organização dos estudantes, com autonomia e liberdade próprias, que deve se constituir num instrumento a mais de educação política da juventude, voltada para a cidadania plena (2009, p.30).

Desta forma, entende-se que o Grêmio Estudantil constitui-se em umas das formas de envolvimento dos alunos nas decisões escolares. Em consonância ao exposto, cita-se as atribuições deste, quanto a sua atuação.

O grêmio atua de forma independente do Colegiado Escolar e Associação de Pais e Mestres (APM), ou seja, tem autonomia para elaborar propostas, organizar e sugerir atividades para a escola. Para realizá-las, no entanto, deverá ter a autorização da direção e do Colegiado Escolar, pois as propostas de ações deverão ser discutidas e agendadas. (ARAÚJO et al, 2009, p.30).

Sendo assim, trata-se de um espaço promissor de proposição, discussão e, de fato, da busca pelo engajamento e participação dos alunos em atividades a serem promovidas pela escola. Pois,

Os alunos são as pessoas para quem a escola existe e para quem deve voltar as suas ações, de modo que todos tenham o máximo sucesso nos estudos que realizam para sua formação pessoal e social. Para tanto, devem ser envolvidos em ambiente e experiências educacionais estimulantes, motivadoras e de elevada qualidade. Alunos tendo sucesso na escola, pelo desenvolvimento de seu potencial e o gosto e hábito de aprender, são o foco principal da escola (LÜCK, 2009, p.22).

Em conformidade ao sinalizado pela autora, considera-se que a participação consciente e ativa compõe parte do processo de formação pessoal e social do aluno e porque não afirmar, que esta também contribui para a sua aprendizagem. Desta maneira, os alunos devem ser envolvidos nas ações escolares que promovam a mobilização social em prol da democratização do ensino público.

2.3.5 Pais

Tem-se presenciado há pouco tempo, que o Ministério da Educação do Brasil (MEC) vem veiculando na mídia televisiva apelos à família brasileira, no que se refere a sua participação no cotidiano escolar de seus filhos. Neste contexto, percebe-se um tímido movimento nas escolas a fim de atender a esse objetivo.

De acordo ao citado, os estudos de Lück (2010) que tratam sobre a participação dos pais na vida da escola, tem revelado a falta de integração entre escola e família, o que acaba contribuindo com a ausência dos pais na escola, reflexo do imobilismo e incapacidade desta em superar esta limitação.

Cabe salientar, a visão da autora sobre gestores e professores, acerca da participação da família na escola:

Sabe-se que, em geral, os pais pouca participação exercem na determinação do que acontece na escola. Algumas vezes teme-se a participação de certos pais, sendo muito eloqüentes e de temperamento forte, tentam impor sua vontade sobre procedimentos escolares e que muitas vezes funcionam mais para facilitar sua própria vida, ou de seus filhos, do que para melhorar a qualidade do ensino [...] (LÜCK, 2010, p. 84).

Neste sentido, a partir do afirmado, considera-se que a escola não possui percepção sobre a importância da família nos processos escolares. Pois é comum no meio educacional, ouvir de que as famílias só procuram a escola quando tendem a efetuar reclamações, sejam estas de âmbito pedagógico ou de caráter pessoal de algum professor.

A partir do explicitado, reitera-se neste estudo a necessidade da construção de uma cultura escolar de participação, onde os pais, também possam ser vistos neste processo como atores fundamentais, na colaboração contínua, no que diz respeito ao seu envolvimento nas ações e decisões promovidas pela escola.

Sendo assim, afirma-se que a educação contemporânea carece de iniciativas que, de fato, possam propiciar o engajamento desses pais e famílias em prol do atendimento da proposta de gestão democrática na educação e conseqüentemente resultando em sucesso escolar, no que se refere ao acesso, permanência, atendimento integral e qualidade do ensino oferecido pela escola pública brasileira.

3 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO

3.1 O Serviço Social no Brasil

No presente capítulo busca-se traçar alguns aspectos relevantes na história do surgimento do Serviço Social no país e de sua ligação a partir da década de 20, com a ação social e voluntária desenvolvida pela igreja católica. Em um segundo momento procura-se localizar o Serviço Social, mais precisamente, o assistente social, no contexto sócio-político-cultural da educação brasileira, onde se discute as contribuições do Serviço Social para a área da educação, na perspectiva de gestão democrática da escola pública.

Por fim, apresenta-se e relata-se a experiência do Serviço Social Escolar institucionalizado na Secretaria Municipal de Educação e nas escolas municipais de Limeira, Estado de São Paulo, a qual serviu de campo empírico para a realização da pesquisa, conforme será destacado posteriormente.

3.1.1 Breve resgate histórico do Serviço Social no contexto brasileiro

Ao discorrer ainda que de forma breve sobre a gênese do Serviço Social no contexto brasileiro, faz-se necessário localizar as suas interfaces com a ação social desenvolvida por parte da igreja católica. Nesse contexto, em meados da década de 1920, a igreja católica obteve como incumbência dotada pelo estado, a de tratar dos pobres e dos mais “necessitados” e que na maioria das vezes era desenvolvido por meio do voluntariado, cujas ações sociais eram fundamentadas nos princípios de benemerência e caridade ao próximo.

Nesta década, a igreja passou por várias transformações no que se refere à sua concepção de atendimento aos necessitados, estrutura e prática da ação social para dar respostas à situação da classe proletária, condicionada às lutas operárias dirigidas até então por anarquistas. Estas expressaram o descontentamento do proletário em relação à queda da expansão industrial no país, bem como a luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Entre as mudanças introduzidas pela igreja católica, como afirmado por Castro salienta-se:

[...] é ao longo dos anos vinte que a Igreja Católica revigorou a sua ação para responder aos efeitos de uma crescente perda de hegemonia na sociedade civil e no Estado, promovendo vasto movimento de cariz espiritual que procurava lançar profundas raízes na política e na economia. A estruturação de uma complexa política de ação para encaminhar esse propósito se deu num cenário histórico concreto em que a religião católica, através de sua hierarquia, seus intelectuais orgânicos e seus fiéis, operavam no jogo fluído de contradições de classe (2010, p. 100).

E foi na década de 30 que a igreja católica conquistou um novo espaço para a sua intervenção. Aliada ao momento político, econômico e social do país, esta conseguiu conquistas significativas, como o de garantir ensino religioso nas escolas, mesmo que de forma facultativa nas escolas públicas. E neste contexto, iniciou a montagem de aparatos próprios de caridade, bem como a promoção de formação para seus atendentes em nível universitário, em Instituto de Estudos Superiores, na formação em círculos operários, na Liga Eleitoral Católica e na Ação Católica, dentre outras (CASTRO, 2010).

De acordo ao sinalizado, Martinelli nos diz ainda que:

O surgimento Serviço Social no Brasil remonta aos primeiros anos da década de 30, como fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica, e tendo como referencial o Serviço Social europeu. Evidentemente não pode ser entendido como uma simples transposição de modelos mera importação de idéias, pois suas origens estavam profundamente relacionadas com o complexo quadro histórico-conjuntural que caracteriza o país naquele momento. [...] O processo revolucionário em curso no Brasil desde a segunda metade da década de 20 vinha exigindo uma rápida recomposição do quadro político, social e econômico nacional (2011, p.121).

Com o movimento de formação por meio de cursos intensivos, foi criado ainda na década de 30 o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) cujo objetivo era o de promover a formação dos membros por meio do estudo da doutrina social da igreja, fundamentado nos problemas sociais tornando mais eficiente o trabalho social, além de adotar uma orientação capaz de resolver problemas sociais crônicos, entre outras expressões da questão social.

Deste modo, pode-se citar que o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) foi considerado como o vestíbulo da profissionalização do Serviço Social no Brasil. Cabe destacar, que no ano de 1936, com forte inspiração e influência da ação católica e ação social, criou-se a Escola Paulista de Serviço Social, pioneira do país na formação de profissionais de Serviço Social. Em consonância ao disposto, Bulla

afirma que:

A profissionalização do voluntário da assistência se inseria no processo da divisão social do trabalho, numa fase do desenvolvimento capitalista, em que se tornavam necessárias medidas mais efetivas de preservação da ordem social e do próprio sistema. O Serviço Social surgia como uma dessas medidas, mas situado num complexo mais amplo de implementação de políticas sociais pelo “Estado capitalista” (2008, p.3-4).

Sendo assim, foi o momento da profissionalização do voluntariado, de compor a prática social atrelada a condicionantes teóricos no atendimento de uma parcela da população brasileira que se encontrava já neste momento histórico, excluída da sociedade. Cabe ainda, ressaltar as considerações de Bulla em relação à implantação do Serviço Social no país.

A institucionalização do Serviço Social no Brasil, como profissão, está ligada a circunstâncias históricas concretas: o contexto do desenvolvimento capitalista europeu e norte-americano, o agravamento da questão social em fins do século dezanove e os conseqüentes embates políticos, ideológicos e sociais. Os pioneiros do Serviço Social estavam ligados, em geral, às instituições assistenciais e a grupos cristãos (católicos ou protestantes), partidários da reforma social (2008, p.3).

Desta forma, em meio as profundas modificações no cenário brasileiro, pode-se considerar a profissionalização da ajuda, do voluntariado, onde nasceu uma profissão a qual evoluiu para a tecnificação da prática adotada e abordagem utilizada no atendimento aos excluídos socialmente. Neste contexto, foi apenas na década de 50, que a profissão de Serviço Social é regulamentada no Brasil por meio da Lei nº. 3.252/1957.

Cabe salientar, que ao considerar a realização deste estudo apresentado à área de ciências humanas, especificamente a um Programa de Pós-Graduação em Educação, faz-se necessário discorrer sobre as especificidades de atuação do assistente social. Sendo assim, esse profissional, titulado bacharel em Serviço Social pode atuar na esfera das mais variadas políticas sociais, podendo ser estas: Política Pública de Assistência Social, Previdência Social; Saúde; Habitação, Educação, dentre outras. A Política Pública de Educação será o foco da teorização no próximo subtítulo.

3.1.2 O Serviço Social na Política Pública de Educação

Ao situar o Serviço Social na Política Pública de Educação, objetiva-se discutir as formas como o assistente social tem se inserido nas políticas educacionais. Deste modo, ao reiterar essa política, enquanto política pública de responsabilidade estatal, irá se discorrer somente sobre a inserção do assistente social na escola pública brasileira, foco deste estudo.

Sendo assim, parece um pouco prematuro tecer considerações sobre a inserção do Serviço Social junto à educação. Primeiramente destaca-se que a profissão de assistente social foi regulamentada no Brasil pela Lei nº. 3.252/1957, como já citado, sendo posteriormente revogada pela Lei nº. 8.662/1993, mas inserida no contexto brasileiro desde a década de 1930.

Quanto ao surgimento do Serviço Social Educacional na esfera pública, Amaro (2011), aponta que um dos mais antigos registros de que se tem conhecimento remete-se ao do Decreto nº. 1394 de 25 de março de 1946, que implanta no Estado do Rio Grande do Sul o “Serviço de Assistência Escolar”, vinculado a Secretaria Estadual de Educação e composto por equipes multidisciplinares, dentre estas a inserção do profissional assistente social que as integrou, denominadas equipes de saúde escolar, com atuação voltada para “situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social” (AMARO, 2011, p.19). Conforme a autora, o Serviço de Assistência Escolar da época era:

Articulado ao programa geral de assistência ao escolar, suas atividades estavam voltadas à identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como a promoção de ações que permitissem “a adaptação” dos escolares ao seu meio e o “equilíbrio” social da comunidade escolar (AMARO, 2011, p.19).

Sendo assim, ao sinalizar a profissão já na década de 90, mais precisamente a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), pode-se afirmar que se inicia no Brasil, um movimento em prol da inserção do assistente social na realidade escolar. Em consonância ao exposto, percebe-se no campo das políticas sociais brasileiras um redirecionamento que pode colaborar para a inserção do assistente social na escola.

Também cabe destacar que é a partir da aprovação da LDB (1996) que impulsiona o movimento de inserção do Serviço Social na educação. Pois as

creches municipais mantidas até então com recursos da Política de Assistência Social, se transformam em escolas de educação infantil, passando para a responsabilidade financeira da Política de Educação, por meio do Ministério de Educação. Em consonância ao sinalizado, destaca-se os artigos 29 e 30 da LDB (1996), que afirmam:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidade equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

Foi neste contexto que os assistentes sociais que já trabalhavam nas creches municipais migraram para a educação, porém suas ações ainda continuam a ser balizadas na perspectiva e pelas diretrizes da Política Pública de Assistência Social. Deste modo, com esta reestruturação da Educação Infantil, os profissionais de Serviço Social passaram a ser lotados nas Secretarias Municipais de Educação, tendo atuação direta nas escolas de Educação Infantil. Considera-se este, um dos marcos referenciais, quando se trata da gênese e da legitimidade do Serviço Social na educação pública. Esta pelo menos é a imposição da legislação e não que a presente condição e este espaço estejam engendrados na cultura escolar.

Ainda, ao apontar a década de 90, apresenta-se no cenário brasileiro uma conjuntura favorável à criação de espaços de atuação do assistente social na educação, considerando as significativas mudanças no campo da legislação introduzidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, como já citado anteriormente, as quais nos remetem a uma nova concepção de educação e a um novo papel do estado enquanto provedor de uma escola de qualidade e da educação, enquanto “direito público subjetivo” de todos.

Essas discussões, aliadas ao momento sócio-político-cultural vivenciado pelo país, após a realização de inúmeras discussões e mobilizações nacionais pelos assistentes sociais em prol da inserção do Serviço Social na Educação, tendo estas o apoio do Conselho Federal de Serviço Social, culminaram em 22 de outubro de 2000, na cidade de São Paulo, na elaboração de um Parecer Jurídico pelo CFESS,

que atribui à categoria, uma direção quanto à atuação do Serviço Social na Política de Educação.

Neste contexto, em 2001, o Conselho Federal de Serviço Social cria o Grupo de Estudos em Serviço Social na Educação¹⁵ e lança uma cartilha/livro como subsídio teórico sobre a temática. Nesta, são sinalizados e problematizados a categoria de assistentes sociais, os problemas sociais e as expressões da questão social a serem enfrentadas no contexto educacional.

Deste modo, a partir da experiência profissional enquanto assistente social inserido em escolas, da realização de pesquisa bibliográfica e da interlocução¹⁶ com colegas assistentes sociais atuantes na Política de Educação, acadêmicos e pesquisadores da temática “Serviço Social na Educação”, pode-se constatar as seguintes formas de inserção na educação pública, que o profissional de Serviço Social vem conquistando: assistentes sociais que atuam em Gestão ou em Núcleos de apoio educacional, inseridos nas Secretarias Municipais de Educação e assistentes sociais atuantes nas escolas públicas municipais.

No que se refere à implantação do Serviço Social na educação pública, Santos destaca que:

Muitos municípios brasileiros estão implantando o Serviço Social junto às Secretarias de Educação. Alguns já possuem assistentes sociais in loco, ou seja, atuando nas escolas, por meio de Leis Municipais. Ainda, cita-se a existência de inúmeros Projetos de Lei, nas três esferas (Municipal, Estadual e Federal), que prevêm a inserção do assistente social nas escolas públicas do país (2011, s/p.).

No contexto da educação pública como citado, encontra-se a inserção de assistentes sociais concursados e lotados nas Secretarias Municipais de Educação, ou em Núcleos de Apoio Educacional, os quais atuam com assessoria às escolas, no desenvolvimento de ações pontuais. A atuação profissional neste espaço possui também como objetivo empoderar os gestores escolares, em relação ao uso dos serviços sociais disponíveis na localidade, ao atendimento das demandas sociais no contexto educacional. Em consonância ao sinalizado, Santos nos apresenta a perspectiva de intervenção do Serviço Social na Gestão da Educação:

¹⁵ Cabe ressaltar que atualmente os estados brasileiros contam com os GTs em Serviço Social na Educação, sendo coordenados pelos Conselhos Regionais da Profissão, com vinculação direta ao GT Nacional.

¹⁶ O pesquisador dispõe do Blog: www.servicosocialescolar.blogspot.com.

A proposta de atuação deste Serviço Social é fortalecer principalmente as direções e coordenações pedagógicas, no sentido de acesso aos serviços sociais, conhecimento da rede socioassistencial, palestras de sensibilização social, dentre outras. Todas estas ações devem convergir para que a escola esteja capacitada a encaminhar e dar resolubilidade às demandas sociais apresentadas. Sem dúvida, que em casos específicos, irá se contar com a intervenção direta do assistente social da Secretaria Municipal de Educação (2011, s/p.).

Nesse sentido, em algumas cidades brasileiras, por meio de legislação municipal própria, e através da realização de concurso público, o profissional de Serviço Social está presente e atuante nas unidades escolares. Quanto à atuação do assistente social vinculado a uma unidade escolar específica, Santos destaca que:

Nesta perspectiva, demanda-se pelo amadurecimento e reconhecimento da profissão junto a Secretaria, pois para dar conta do trabalho in loco em cada escola, a Secretaria deverá dispor de inúmeros assistentes sociais. Esses técnicos de Serviço Social poderão atuar nas escolas com plantão social; trabalho com grupos operativos; capacitação para professores em matéria que diz respeito ao Serviço Social; intervenção e monitoramento de famílias multiproblemáticas; articulação direta com a rede socioassistencial da comunidade ou do município em que a escola esteja inserida; encaminhamentos, etc (2011, s/p.).

Conforme Santos (2011) pode-se afirmar, portanto, que os municípios possuem e ou devem disponibilizar das equipes de assistentes sociais vinculados à Política Pública de Educação intervindo diretamente, ou seja, in loco, nas realidades escolares, o que possibilita a implantação de inúmeras ações, serviços, projetos e programas, de acordo com as necessidades da instituição educacional, como já abordado.

3.1.3 Serviço Social Escolar: uma demanda emergente

Ao discorrer sobre a necessidade de atuação do assistente social no espaço escolar, deve-se considerar as mudanças que vem ocorrendo nos arranjos familiares na contemporaneidade. Estes por sua vez, são perpassados por profundas modificações, sejam de âmbito social, cultural, econômico, político e que acabam fazendo parte do cotidiano da família.

É notável citar que mediante essas mudanças a escola assume um novo papel. É preciso preparar o aluno para uma sociedade capitalista, polivalente, proporcionar conhecimento, desenvolver habilidades, e formar cidadãos.

Aliado a estas exigências da sociedade atual, a escola também tem o dever de atender o aluno em sua integralidade e isto significa dar conta das expressões da questão social apresentadas no seu dia-a-dia. E para tal propósito, é fundamental considerar a presença do Serviço Social no ambiente escolar. Para Amaro, Barbiani e Oliveira,

[...] o assistente social pode assumir no bojo de suas atribuições, o papel do profissional que articula propostas de ação efetivas, a partir do resgate da visão da integralidade humana e do real significado histórico social do conhecimento (1997, p. 35).

Ao abordar sobre a proeminência da parceria entre Educação e Serviço Social, considerando as problemáticas vivenciadas na realidade escolar, Amaro afirma que:

A necessidade de complementação dos saberes disponíveis, na perspectiva de construir abordagens e respostas eficazes e efetivas às demandas sociais apresentadas, conjugada ao reconhecimento da qualificação técnica do assistente social para esse trabalho, trouxe esse profissional para o cenário da educação (2011, p. 17).

Neste contexto, o assistente social, profissional com formação generalista, habilitado para intervir nas relações sociais, e com habilidade no trato de questões tangíveis à realidade familiar, se constitui como um instrumento imprescindível na realidade da escola.

E na educação, professores e assistentes sociais possuem objetivos comuns, em garantir o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, preparando-os como cidadãos sujeitos de direitos. Nesta perspectiva,

Educadores e assistentes sociais são profissionais que compartilham desafios semelhantes: ambos têm na escola seu ponto de encontro. Podemos, assim, acenar para uma possível prática interdisciplinar se consideramos a Educação como práxis que se realiza concretamente na escola, e o Serviço Social como disciplina profissional que tem nas relações sociais seu objeto de atenção e faz da prática sócio-educativa o eixo básico de sua intervenção (AMARO et al, 1997, p.39).

Em conformidade ao disposto, Souza, a partir do entendimento que Educação e Serviço Social são áreas homogêneas, afirma que

Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificidade, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político-pedagógicos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade (2005, p.39).

Neste sentido, Abreu nos aponta que o Serviço Social possui uma dimensão pedagógica na sua práxis. Para a autora:

Entende-se que a função pedagógica da prática do assistente social, na sociedade capitalista, vinculada aos processos político-culturais na luta pela hegemonia, objetiva-se a partir de estratégias educativas, aqui identificadas como propostas subalternizantes envolvendo a pedagogia da “ajuda” e da “participação” e propostas de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas (2004, p.46).

Na concepção da autora, a função pedagógica do assistente social a partir da ótica capitalista propõe estratégias educativas, as quais tenham como pano de fundo, processos assistencialistas e clientelistas, denominado pela autora como pedagogia da “ajuda” e da “participação”. Porém, no decorrer do seu texto ao aprofundar o conceito de participação, Abreu vai constituindo as diferentes dimensões pedagógicas do Serviço Social. Assim, entende, por exemplo, que, a participação é um elemento estratégico na luta pela hegemonia, como também representa:

[...] o eixo central da constituição de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas, que se traduz, principalmente, em dois processos complementares: a politização das relações sociais e a intervenção crítica e consciente da sociedade, processos que constituem a referência material das relações pedagógicas na perspectiva da formação de uma nova superior cultura (2004, p. 55).

Desta maneira, é importante integrar a dimensão pedagógica no Serviço Social, em especial, nos valores que norteiam esta profissão, especificamente quando a mesma é tratada do ponto de vista dos diferentes canais de fomento, os quais possam servir de instrumentos para a democratização da educação. Assim, destaca-se o Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993), quando este dispõe dos princípios fundamentais a esta profissão, quais sejam:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Sendo assim, ao discorrer sobre a relevância da atuação do Serviço Social no contexto escolar, vale citar Almeida, ao reiterar que:

O trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais não se confunde com o dos educadores. Em que pese a dimensão sócio-educativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio-institucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais. Sua inscrição na organização do trabalho coletivo das instituições educacionais não tem sobreposto a de nenhum outro profissional, visto que o estreitamento da interface entre a política educacional com outras políticas sociais setoriais tem, historicamente, levado ao reconhecimento da necessidade de uma atuação teórica e tecnicamente diferenciada daquelas desempenhadas pelos professores e profissionais da educação de um modo em geral (2000, p. 06).

Neste contexto, destaca-se o aporte que o Serviço Social pode representar para a educação contemporânea, principalmente quando se dispõe de alternativas para construir processos educativos balizados em ações democratizadoras no ambiente escolar. Ainda, cita-se Martins quando elenca prerrogativas do assistente social no contexto escolar.

- Melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos;
- Favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe);
- Ampliar o acervo de informações e conhecimentos, acerca do social na comunidade escolar;
- Estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade;
- Fortalecer as ações coletivas;
- Efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias;
- Maximizar a utilização dos recursos da comunidade;
- Contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional (1999, p.70).

Entende-se, que o assistente social exerce, indiscutivelmente, funções educativo-organizativas com as classes trabalhadoras, sendo que na escola, o seu papel não se torna diferente, pois sua atuação incide sobre o modo de viver e de pensar da comunidade escolar, a partir das situações vivenciadas em seu cotidiano,

justamente por seu caráter político-educativo, trabalhando diretamente com ideologia, e dialogando com a consciência dos sujeitos.

Assim, a implantação do Serviço Social na educação constitui-se como a superação do trabalho isolado, fragmentado, partindo da premissa e entendimento do trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, onde na escola, o assistente social é o profissional habilitado para promover a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento em prol da resolução das demandas sociais escolares. Também, afirma-se que a presença do Serviço Social na escola pode representar, de fato, a integralidade no atendimento ao aluno, intervindo na família e trabalhando a partir da tríade aluno-família-escola.

3.1.4 Serviço Social e Gestão Democrática na escola pública

Ao abordar sobre o Serviço Social e a gestão democrática na escola pública, necessariamente se está discorrendo sobre os mecanismos que a escola dispõe para a participação da comunidade nos processos decisórios escolares, e qual é afinal o papel do Serviço Social nesse meio?

Conforme Martins,

O assistente social inserido neste contexto educacional pode contribuir para a efetivação da democratização da educação em vários sentidos, ou seja, desde a luta pela ampliação do acesso da população à escola pública; a participação de toda a comunidade escolar nas instâncias de poder decisório existentes no âmbito da escola, até na relação da escola com a família, a comunidade e a sociedade (2007, p.196).

Sendo assim, parte-se do entendimento que o Serviço Social na Educação representa a consolidação de canais que sirvam como instrumentos de participação, de inserção da família nos espaços escolares, de compartilhamento e acesso as informações e de valorização das realidades locais, as quais têm sua significativa relevância, inclusive para a construção do Projeto Político Pedagógico da escola.

Nesse sentido, pode-se citar que a atuação do Serviço Social é referenciada na família e deste modo, a escola, ou melhor, a família de hoje necessita ser ouvida e envolvida nestes espaços. Pois, sucesso escolar e educação de qualidade, só podem se concretizar mediante ao atendimento integral do aluno, e isso inclui obrigatoriamente o atendimento às famílias.

Em consonância ao recorrido, sobre a abordagem adotada pelo Serviço Social no atendimento as famílias, Santos ressalta que:

Vislumbra-se na família, sua emancipação, autonomia, cidadania, enfim suas potencialidades, as quais muitas vezes, em detrimento das problemáticas vivenciadas, estão adormecidas. Acredita-se sim, na transformação social, não aquela que acontece de um dia para o outro, porém tem se o papel de promover o conhecimento, o acesso às informações e a constante reflexão sobre as situações cotidianas (2011, s/p.).

Desta maneira, considera-se que o Serviço Social apresenta valorativa contribuição para o processo de democratização na educação. A partir da perspectiva de sua dimensão educativa em sua atuação, o assistente social na escola pode possibilitar a abertura destes mecanismos e canais de participação da comunidade, e nesse contexto, reafirmar a importância da participação dos alunos, pais, funcionários, professores e equipe diretiva na gestão escolar.

No entanto, para Amaro

[...] aceitar viver em uma perspectiva democrática envolve adesão consciente, participação ativa nos processos, engajamento. E fazê-lo refere-se uma série de ultrapassagens individuais a orquestrar, no aprendizado da tomada de posição, no exercício da autocrítica, na abertura à experiência coletiva e cooperativa, na promoção de relações igualitárias (2011, p. 110).

E, nesse sentido, faz-se necessário reiterar que um dos papéis desempenhados pelo assistente social na educação é:

Formar, ativar, apoiar a organização de redes ou grupos sociais que reflitam as diversidades sociais, étnicas, culturais e iniciativas de melhoria do ambiente escolar devem estar no horizonte do assistente social escolar (AMARO, 2011, p. 110).

A autora nos revela que o assistente social na escola deve ser um mobilizador social. Cabe a ele fomentar, incentivar e possibilitar para que os grupos ali presentes, sejam de alunos através dos Grêmios Estudantis, ou professores, funcionários e pais por meio de Conselhos Escolares ou Associação de Pais e Mestres (APM), sejam envolvidos na gama de espaços emergentes da participação ativa da comunidade escolar.

Nesse contexto, Santos destaca ainda que:

Em pleno século XXI, percebe-se que o assistente social na escola, como profissional referência em questões que perpassam as famílias, dispõe de competência teórica-metodológica-ética-política, no que se refere as suas habilidades, e no que diz respeito a promover a mobilização social escolar em torno de ações, atividades que possam contribuir para a democratização

da gestão escolar, e consolidar efetivamente a participação consciente das famílias na dinâmica escolar (2011, s/p.).

Sendo assim, pode-se sinalizar que o Serviço Social na Educação dispõe de inúmeras propostas de trabalho pautadas nos princípios da gestão democrática. Junto a disponibilização de espaços de participação da comunidade na gestão escolar, como já foi citado anteriormente, se tem a possibilidade do desenvolvimento de ações, serviços, projetos ou programas, os quais visem engajar o coletivo escolar nas ações e discussões propostas pela gestão ou comunidade escolar.

Deste modo, pode-se, por exemplo, disponibilizar trabalhos com grupos sejam estes, de crianças, adolescentes e suas famílias ou com a própria equipe da escola. São muitos os assuntos, as temáticas latentes a serem desenvolvidas no contexto escolar. Também pode-se sinalizar o trabalho intersetorial ligado às demais instituições da comunidade, como associações de bairro, entidades religiosas ou instituições filantrópicas, dentre outras.

Assim, compreende-se que o Serviço Social na Educação está intrinsecamente ligado à Gestão Democrática, a partir do pressuposto que a atuação do assistente social na escola é pautada por ações que visem à democratização da educação, sejam estas referentes à socialização de informações, garantia de direitos, trabalho articulado com instituições da comunidade, fomento e criação de mais espaços de participação e envolvimento das famílias no cotidiano da escola.

3.2 O Serviço Social Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Limeira – SP

No presente subtítulo irá se apresentar o Serviço Social Escolar institucionalizado na Secretaria Municipal de Educação de Limeira, Estado de São Paulo, campo de investigação empírica desta pesquisa. A partir da apresentação do seu histórico, citam-se as competências e atribuições prerrogativas do Serviço Social na Educação que tem formatado a práxis profissional dos assistentes sociais vinculados às escolas públicas do referido município.

3.2.1 Histórico do surgimento da Diretoria de Serviço Social Escolar

O Serviço Social Escolar de Limeira¹⁷ teve início com a atuação dos assistentes sociais os quais foram vinculados à Política de Assistência Social e lotados nas creches municipais.

A atuação do Serviço Social no campo da educação no município de Limeira/SP iniciou-se em Creches (0 a 6 anos) há mais de quatro décadas. As Creches eram vinculadas ao Centro de Promoção Social Municipal de Limeira (CEPROSOM) - órgão responsável pela gestão da Política de Assistência Social do Município (FORSTER, 2011, p.01).

Sendo assim, a partir da realização de estudos aprofundados sobre o comportamento infantil e de uma nova concepção de escola, mergulhada no cenário brasileiro que prevê a aprovação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ano de 1994, aboliu-se a nomenclatura “Creche” e toda a concepção de atendimento às crianças emanada por esta, passando as creches a se denominar em Centros Infantis.

Com base na Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, os assistentes sociais atuantes nas antigas creches, ainda nesta década foram transferidos e lotados na Política Municipal de Educação de Limeira.

Baseada nas legislações acima relacionadas, a Prefeitura Municipal de Limeira cria a Lei Complementar Municipal nº 189, de 17/12/1997 (Anexo1) que dispõe sobre a criação de cargos na Administração Pública Direta, em especial na Secretaria da Saúde; na Secretaria Municipal da Fazenda e da Administração; e na Secretaria Municipal da Educação, instituindo o cargo de Assistente Social junto à Secretaria Municipal da Educação (FORSTER, 2011, p.01).

Já no ano de 2000 conforme pesquisa realizada junto aos documentos da Diretoria de Serviço Social Escolar de Limeira observa-se no contexto, a necessidade da criação de uma nova escola, a qual possibilite, de fato, a implantação do Serviço Social não somente nas escolas de educação infantil, mas também nas escolas de ensino fundamental.

Em 2000, houve a necessidade do atendimento social dentro de uma Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental - EMEIEF “Aracy Nogueira Guimarães”, situada no Jardim Odécio Degan, periferia da cidade. A qual trabalhava com um projeto pedagógico diferenciado, que

¹⁷ A Diretoria de Serviço Social Escolar, ligada à Secretaria Municipal de Educação de Limeira – SP, dispõe do seguinte site: <http://www.servicosocialescolar.com.br/>.

enfaticava, sobretudo a conquista da cidadania do aluno e da família, para um desempenho satisfatório e coerente em seu resultado na unidade de ensino e na dinâmica familiar. Daí a oportunidade de se implantar este serviço na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, totalmente integrado a realidade do bairro e da escola. A Secretaria Municipal da Educação disponibilizou uma Assistente Social em tempo integral para trabalhar na escola. Posteriormente, com resultados claros e positivos, outras escolas solicitaram o atendimento (FORSTER, 2011, p.01).

No ano de 2003, tendo como perspectiva a expansão da cobertura pelo atendimento dos assistentes sociais nas escolas públicas municipais de Limeira, a Coordenação do Setor de Serviço Social Escolar criou um plano de ação, contando com atendimento do Serviço Social em 8 unidades escolares.

Já nos anos de 2000 e 2004 legitima-se a atuação do assistente social na Política de Educação de Limeira, através da realização de concurso público para provimento das vagas criadas. Cabe ressaltar, que estes profissionais de Serviço Social não são vinculados à Política Municipal de Assistência Social, como destaca a citação:

O município de Limeira já realizou dois Concursos Públicos (em 2000 e 2004), para provimento dos cargos de Assistente Social junto à Secretaria Municipal de Educação, por isso, a atuação do Serviço Social Escolar não se vincula à Política Municipal de Assistência Social desenvolvida por outro órgão municipal (FORSTER, 2011, p.03).

No ano de 2005 tem-se a aprovação do Plano Municipal de Educação (2005-2015) o qual se insere o assistente social no quadro, como profissional de apoio técnico.

Neste contexto, pode-se afirmar que no período de 2006 a 2009, houve um aumento significativo de funcionários - assistentes sociais - de carreira lotados nas escolas públicas de Limeira. Atualmente o Serviço Social Escolar de Limeira conta com 39 assistentes sociais, os quais atendem a crescente demanda social gerada pelos impactos das expressões da questão social na escola.

Vale destacar, que o Serviço Social Escolar de Limeira é coordenado pela Diretoria de Serviço Social Escolar, sediada na Secretaria Municipal de Educação de Limeira.

3.2.2 O processo de trabalho dos assistentes sociais inseridos nas escolas municipais de Limeira – SP

Tendo como embasamento teórico as afirmações presentes na dissertação de mestrado de Bull (2010) e disponibilizadas no site da Diretoria de Serviço Social Escolar de Limeira acerca do processo de trabalho do Serviço Social na Política Municipal de Educação de Limeira, discorre-se neste momento sobre os programas e projetos executados pelos assistentes sociais nas escolas do referido município.

3.2.2.1 Programa Bolsa Creche

Instituído pela Lei Municipal nº. 3.649/2003, regulamentada pelos Decretos 236/2007 e 06/2008, o programa visa oferecer vagas nas escolas particulares de Educação Infantil do município, as quais são subsidiadas pelo mesmo para crianças que estão fora da rede pública, no aguardo de vaga junto à escola municipal.

Neste contexto, na atualidade a Prefeitura Municipal de Limeira mantém 15 escolas cadastradas, para receberem esses alunos, com capacidade total de 766 crianças a serem atendidas pelo programa. Os pré-requisitos para que a família possa ter acesso ao programa são:

- Manter residência no município de Limeira;
- Estar empregada;
- Não possuir renda superior a 4 salários mínimos (BULL, 2010, p.138).

Cabe destacar que o programa ainda estabelece que tenha prioridade as crianças cujos responsáveis comprovem:

- Residirem em imóvel alugado ou em casas populares financiadas, cujos alugueres ou prestações por elas pagas sejam iguais ou superiores a um salário mínimo;
- Despender no mínimo 1 salário mínimo com doença crônica no grupo familiar;

- Aqueles que tiverem mais filhos em idade escolar (BULL, 2010, p.138).

Deste modo, o processo de trabalho do assistente social nesse programa perpassa todos os procedimentos concernentes às etapas: visitação das instituições educacionais para cadastramento no programa, orientações técnicas aos responsáveis pelas instituições, acompanhamento quando da inscrição, apresentação de documentação, seleção e atendimento das famílias a serem beneficiadas com o programa.

Vale ressaltar que se trata da atuação do assistente social na Política Pública de Educação, que de direito deveria ser universal. Neste sentido, como crítica reflexiva sobre o disposto, observa-se a adoção de pré-requisitos ou critérios socioeconômicos para realização de seleção na demanda expressiva gerada pela falta de vagas em escolas públicas de educação infantil do município. Sendo assim, considera-se que a própria condução da Política de Educação acaba adotando critérios seletivos importados da Política de Assistência Social e da prática do Serviço Social nesta política em detrimento ao atendimento universal que caracteriza a Política de Educação Básica.

3.2.2.2 Projeto Familiando

De acordo ao disposto na produção teórica de Bull o objetivo geral do Projeto Familiando é:

Oportunizar vivências e reflexões que contribuam para o estreitamento dos laços familiares, a superação das condições materiais e emocionais, favorecendo a emancipação dessas famílias e o autosustento, como o fortalecimento da sua identidade, resgate da autoestima e a integração da família na unidade escolar (2010, p.140).

Ainda como objetivos específicos apresentados pelo projeto vale considerar: Favorecer a reflexão sobre os diferentes papéis familiares, oportunizando sobre a condição e a história de vida, os princípios e os vínculos sociais e familiares; possibilitar o desenvolvimento do senso crítico a fim de reconhecer sua condição como sujeito de direitos; oportunizar atividades para a formação pessoal que visem ao fortalecimento da identidade e ao resgate da autoestima; desenvolver ações profissionalizantes para a autosustentabilidade e a inserção produtiva da família e viabilizar a integração da família, escola e comunidade (BULL, 2010).

O Projeto Familiando foi oferecido às famílias dos alunos da rede municipal de ensino de Limeira, SP. Neste contexto, compreendeu-se a noção ampliada de família como arranjo familiar extenso, ou seja, sendo inserido no mesmo, mãe, tias, avós, primas, dentre outras.

Em atendimento às mudanças em sua estrutura, o projeto era desenvolvido sob o ponto de vista de três eixos condutores: oferta de atividades profissionalizantes e inserção produtiva; realização de atividades socioeducativas e execução de grupos operativos com os envolvidos.

Nesse sentido a atuação do assistente social concentrava-se em trabalhar com as famílias atendidas o seu empoderamento social, a partir das atividades propostas pelo projeto, com vistas ao resgate da cidadania e intervenção voltada para a emancipação e autonomia dos sujeitos envolvidos.

3.2.2.3 Promoção da Saúde nas Escolas Municipais

A realização deste projeto pelo Serviço Social Escolar está atrelada à parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Limeira, e vem sendo desenvolvido nas escolas municipais e centros infantis do município. Segundo Bull este projeto parte

[...] de uma concepção educativa mais ampla, entende-se que a escola também é responsável pela promoção de uma melhor qualidade de vida da população, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento biopsicossocial das crianças e adolescentes atendidos (2010, p.148).

Cabe destacar, em consonância ao afirmado pela autora, que o trabalho educativo operacionalizado pelo Projeto de Saúde nas Escolas tem obtido êxito e alcançado um grande apoio da Secretaria Municipal de Educação, como um todo, e das unidades escolares, como dos educadores participantes do projeto e das famílias inseridas neste.

Deste modo, o processo de trabalho do Serviço Social Escolar neste projeto está centrado na promoção de atividades de capacitação junto às equipes escolares e de formação continuada aos monitores de saúde, os quais são funcionários das escolas designados pelas direções para acompanhar as famílias atendidas pelo

projeto, nos aspectos relacionados à verificação da carteira de vacinação, registros de formulários específicos dentre outros.

Assim, percebe-se que a atuação do assistente social na escola, a partir desta perspectiva de promoção da saúde, está permeada por processos que envolvem constante capacitação e qualificação dos envolvidos, a partir de temáticas como primeiro socorros, doenças infectocontagiosas, diabetes e hipertensão, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras, as quais são trabalhadas a partir da oferta de atividades socioeducativas, visando socialização de informações, prevenção e o monitoramento nos aspectos relacionados à saúde da família.

3.2.2.4 Projeto Educação

O Projeto Educação parte do entendimento sobre a importância do papel dos professores na formação dos alunos e busca favorecer espaços para a construção do conhecimento acerca do processo educativo na escola. Deste modo, o mesmo desdobra-se em dois eixos, sendo o primeiro o Processo de Aprendizagem Contínua (PAC) que acontece nos Centros Infantis e o Processo de Estudos Coletivos (PEC) realizado nas escolas municipais.

No PAC realiza-se um encontro mensal entre todos os funcionários de cada Centro Infantil, que tem previsão no calendário escolar e são desenvolvidas atividades de formação profissional e pessoal. Ressalta-se que este Processo de Aprendizagem Contínua é elaborado pelo Serviço Social Escolar e Centro Municipal de Estudos Pedagógicos (CEMEP), que responde pela formação continuada dos diretores, vice-diretores e professores da rede municipal de ensino. Ainda, cabe ressaltar que o PAC envolve uma ação a ser realizada pelo assistente social de cada unidade escolar, pela direção e professores, salientando-se que neste dia os alunos são dispensados.

Em relação ao material a ser utilizado pelos assistentes sociais nas reuniões do PAC, destaca-se que a sua produção é realizada por uma comissão de assistentes sociais lotados no Serviço Social Escolar, o que compõe o Processo de Estudos Coletivos (PEC).

Neste sentido, o material é composto por temáticas cujo objetivo é o de contribuir para o convívio social entre professores e demais atores do cotidiano escolar. Neste viés, busca-se proporcionar reflexões acerca das crianças e famílias atendidas pela unidade escolar, bem como a complexidade no manejo das expressões da questão social, latentes e refletidas na escola, ressaltando-se a concepção de educação como direito universal, contrapondo-se às visões conservadoras e preconceituosas acerca da antiga “creche” e de quem dela pode usufruir.

3.2.2.5 Processo de Bolsas de Estudos municipal

O Programa constitui-se no “Processo de concessão de bolsas de estudos (municipal) aos universitários residentes no município, conforme critérios estabelecidos pela Comissão de Bolsas de Estudos, compostas por assistentes sociais do setor e regulamentado por meio de Decreto Municipal (LIMEIRA, 2011)”.

Conforme Bull, os critérios para concessão do benefício são:

O Processo de Concessão de Bolsas de Estudos garante aos universitários residentes no município de Limeira desconto de 10% no valor das mensalidades no primeiro ano de requerimento do benefício e 30% quando o aluno já foi contemplado no ano anterior, desde que atendam aos critérios estipulados: não ultrapassar o valor máximo de renda familiar – em 2010 o valor máximo permitido para candidatos novos foi de R\$ 1.315,00 e para candidatos já contemplados no ano anterior R\$ 2.610,00 – e não ser beneficiário do Programa Escola da Família e Prouni (2010, p. 157).

Neste contexto, cabe à Diretoria de Serviço Social Escolar ligada a Secretaria Municipal de Educação de Limeira, a responsabilidade pela avaliação socioeconômica. Sendo assim, o processo de trabalho do assistente social no programa é constituído pela aferição das informações contidas no formulário, entre os candidatos, por equipe treinada pelo Serviço Social. Também compõe a operacionalidade de atuação do assistente social realizar a entrevista e a avaliação social, efetivando pareceres sociais a respeito do deferimento ou não das solicitações, atendendo os critérios de inserção dos alunos neste, normatizados em Decreto Municipal.

Novamente pode-se observar, em detrimento da universalização da Política Pública de Educação brasileira, a adoção de medidas paliativas e seletivas para a concessão ou não de um benefício, agora inserido e disponibilizado pela educação.

Deste modo, conforme apontado até o momento sobre os projetos e programas implantados pela Diretoria de Serviço Social Escolar na estrutura de atendimento das unidades escolares de Limeira, ressalva-se que é também de competência desta diretoria a central de vagas da cidade, onde a mesma é composta pelo atendimento dos assistentes sociais in loco nas realidades escolares, os quais por meio de sistema integrado, a secretaria e diretoria possuem acesso às informações referentes a solicitações de vagas nas escolas públicas de Limeira.

Além dos processos de trabalho do assistente social nas escolas já assinalados, constituem-se parte destes também, atendimento individual e grupal, entrevistas, visitas domiciliares, reuniões de pais, reuniões de equipe técnica, palestras socioeducativas, formação continuada oferecida pelos técnicos de Serviço Social e assessoria ao Programa Bolsa Família.

Ainda, destaca-se que o Serviço Social Escolar de Limeira tem se constituído como referência nacional no cenário brasileiro, no que tange à consolidação da atuação do assistente social na educação e em especial sua vinculação à Política Pública de Educação. Nesse sentido, reitera-se a constante reformulação da prática do assistente social nesta política, em virtude das transformações propiciadas pelas normatizações e pela ausência de parâmetros e diretrizes nacionais a serem formuladas e editadas pelo Conselho Federal de Serviço Social, as quais possam orientar a práxis do assistente social junto à política educacional.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1 Contexto e universo da pesquisa

O estudo se caracteriza como pesquisa qualitativa de campo e exploratória, versando sobre o tema Gestão Democrática e Serviço Social. Conforme Marconi e Lakatos, a pesquisa com esta abordagem “é a pesquisa utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (2009, p. 69).

No que tange ao seu caráter exploratório, os autores citados destacam que pesquisas exploratórias constituem-se como investigações de pesquisa empírica, e se têm como objetivo a formulação de questões ou problemas com tripla finalidade: desenvolver hipótese, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente ou fenômeno e clarificar ou modificar conceitos.

Ainda, para Triviños o estudo exploratório “[...] permite ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema [...]” (1987, p. 109), e o caráter explicativo está no esforço de explicá-lo reconstituindo o movimento da realidade social. Esta perspectiva objetiva qualificar a apreensão do objeto em estudo, produzir conhecimentos acerca da temática e do próprio contexto histórico e social que subsidiem a realização de mudanças que impactem na realidade onde se encontram inseridos os sujeitos do processo. A pesquisa qualitativa utiliza informações enquanto fenômenos que “[...] não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e de ocultamentos” (CHIZZOTTI, 1991, p. 84).

Neste sentido, as informações são passíveis de serem organizadas a partir da atribuição de significados, representações e valores em uma perspectiva de totalidade histórica constituindo elementos significativos e relevantes para esse tipo de abordagem de pesquisa. No entanto, conforme nos aponta Martinelli existem alguns pressupostos importantes para a utilização da pesquisa qualitativa:

[...] Um primeiro pressuposto é o do reconhecimento da singularidade do sujeito. [...] Como decorrência disso, o segundo pressuposto é que essas pesquisas partem do reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito e não apenas as suas circunstâncias de vida. [...] Isso nos remete ao terceiro pressuposto, que se expressa no reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social (1999, p. 22).

Sendo assim, através da abordagem qualitativa viabiliza-se a aproximação com a dimensão da realidade social concreta na sua totalidade histórica, nas expressões humanas constantes nas estruturas, processos, significados e representações (MINAYO, 1998). Neste contexto, o ser social é concebido como sujeito privilegiado do processo de construção da realidade social, cujos aspectos integrantes somente podem ser compreendidos partindo-se do significado que o próprio sujeito atribui às situações por ele vivenciadas.

O método orientador da pesquisa é o dialético-crítico, que em consonância a Frigotto (1987), destaca que a dialética situa-se no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de lei de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos. Para Gil, o método dialético “[...] é antes de tudo um método histórico que ressalta a necessidade de investigar como as esferas produtivas e as relações que elas condicionam determinam à história da sociedade humana” (1997, p.64). A dialética compreende o mundo como um complexo de processos, um devir, onde as coisas nunca são acabadas, mas sempre em vias de transformação. Por isso, dirige-se à gênese do fenômeno, buscando desvendar os processos que a constituem.

Segundo Martins, o método crítico-dialético “tem como referencial o materialismo dialético, apoiando-se na concepção dinâmica da realidade e nas relações dialéticas entre sujeito e objeto, entre conhecimento e ação, entre teoria e prática” (1994, p.3). Neste sentido, para Kosik, a dialética trata “[...] da ‘coisa em si’. Mas a coisa em si, não se manifesta imediatamente ao homem” (1989, p.9). Seu objetivo é apreender a essência dos fenômenos através da relação entre aparência e essência, entendendo que constituem objetos em movimento e que o fim de um processo é sempre o começo de outro.

As categorias do método a serem utilizadas para análise da pesquisa serão a historicidade, a totalidade e a contradição. Para Cury:

As categorias possuem simultaneamente a função de intérprete do real a de indicadores de uma estratégia política [...]. Por isso é importante considerar o contexto, porque é ele que possibilita que as categorias não se isolem em estruturas puras, mas se mesquem de realidade e movimento (2000, p.21).

Nesse sentido, a categoria historicidade exprime provisoriamente processual, situação de transição, processo inacabado e inacabável de construção de sujeitos, fenômenos e processos sociais, nos quais se permite sempre aperfeiçoamentos e superações. Para Prates, esta categoria reconhece “[...] que os fenômenos não são estáticos, estão em curso de desenvolvimento e, portanto, só podem ser apreendidos a partir do desvendamento deste movimento, por cortes históricos” (2005, p.142). Da mesma forma que tudo o que é natural deve ter sua origem, também o homem “[...] tem seu processo de gênese, a história que, no entanto para ele constitui um processo consciente e que assim, como ato de origem com consciência, se transcende a si próprio. A história é a verdadeira história natural do homem” (MARX, 2003, p. 183).

A categoria totalidade, de acordo com Kosik, significa a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual, um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido e refere ainda:

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na absorção situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (1989, p. 42).

A categoria contradição, como uma negação inclusiva, sendo mais que uma relação de exclusão, e sim de uma inclusão plena, concreta dos contrários como cita Lefebvre:

Não basta explicar as contradições, mas reconhecer que elas possuem um fundamento, um ponto de partida nas próprias coisas; uma base objetiva real; na verdade que a realidade possui não apenas múltiplos aspectos, mas também aspectos cambiantes e antagônicos. O próprio homem só se desenvolve através das contradições (1991, p.43).

Neste sentido, no presente estudo o fenômeno é pesquisado em sua dialeticidade a partir de categorias explicativas que emergiram da revisão de literatura e que foram organizados didaticamente para o leitor em: Conceito de Gestão Democrática; Conceito de Serviço Social Escolar; Políticas Públicas; Limites e possibilidades de atuação do Serviço Social na escola e limites e possibilidades da gestão democrática na educação. Mas, após a realização da pesquisa de campo - questionários, entrevistas e observações – transcritas as entrevistas, enfim,

realizada a leitura flutuante do material recolhido, bem como organizado o mesmo, observa-se que deste material emergiu outras categorias e ou reconfigurações das categorias trabalhadas a priori na revisão de literatura. Chegou-se assim a conclusão de que, para expressar as informações levantadas pela pesquisa de campo, fosse mais adequado reestruturar as categorias configurando-as como: Gestão Democrática na escola; Serviço Social Escolar e suas interfaces com as políticas públicas no contexto escolar; Limites e possibilidades da atuação do assistente social na escola pública e Desafios para a efetivação da gestão democrática na escola pública.

Na pesquisa ora apresentada nesta dissertação vale-se dos seguintes instrumentos para coleta de dados: Questionário Aberto; Entrevista Semi-Estruturada e Observação Direta.

No que se refere à aplicação dos questionários, de acordo com Marconi e Lakatos (2009), o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas sem a presença do entrevistador. Para Trivinõs (1987) o questionário aberto deve ser empregado nos momentos iniciais da pesquisa, ou seja, quando o pesquisador deseja colher informações amplas de um número considerável de sujeitos.

Sendo assim, entende-se que o uso do questionário como técnica para coleta de dados, representa um instrumento importante para a obtenção dos resultados no estudo, devendo o pesquisador maximizar sua reflexão na elaboração das perguntas, dada a complexidade do universo e da temática pesquisada.

O pesquisador também utilizou-se da entrevista semi-estruturada como técnica para coleta de dados. Para Triviños (1987) a entrevista semi-estruturada valoriza, ao mesmo tempo, a presença do investigador e oferece perspectivas possíveis para que o informante alcançasse liberdade, o que enriquece a investigação. Ainda quanto à entrevista, segundo a metodologia de pesquisa abordada pelos autores Marconi e Lakatos, na coleta dos dados se utiliza a entrevista despadronizada ou não estruturada, que conforme os autores, é aquela onde “o entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção sempre que considerar adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão” (2009, p. 82).

Quanto à realização da observação direta, pode-se afirmar que o pesquisador em suas visitas de campo criou inúmeras oportunidades para a realização das observações diretas. Estas partiram do princípio de que os fenômenos não são puramente de caráter histórico e encontram-se disponíveis para a observação de todos quantos assim o quiserem fazer. Deste modo, Chizzotti discorre sobre a observação direta, da seguinte maneira:

A observação direta pode visar uma descrição fina dos componentes de uma situação: os sujeitos em seus aspectos pessoais e particulares, o local e suas circunstâncias, o tempo e suas variações, as ações e suas significações, os conflitos e a sintonia das relações interpessoais e sociais, e as atitudes e os comportamentos diante da realidade (1991, p.90).

Em consonância ao exposto, encontra-se segundo a teoria de Marconi e Lakatos a seguinte definição de observação “é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos, fenômenos que se deseja estudar”. (2009, p.76). Para o referido autor a observação constitui-se no elemento básico para pesquisas de campo e para ele a definição de observação direta é modificada para observação assistemática.

Para a análise de dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. A análise de conteúdo segundo Marconi e Lakatos, configura-se “[...] numa técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo evidente da comunicação, utilizada para investigar o conteúdo das comunicações a partir da classificação dos elementos da comunicação” (2009, p. 114). A análise foi realizada com base nos conteúdos dos questionários respondidos e entrevistas realizadas com os profissionais das equipes diretivas, professores e assistentes sociais, atuantes em escolas municipais de Limeira, Estado de São Paulo.

Foi utilizada para análise dos dados a metodologia explorada por Bardin (1979), que descreve que para organizar a análise de conteúdo devem ser contemplados três pólos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados; a inferência e a interpretação. Cabe destacar que a pré-análise constitui na fase de organização propriamente dita e geralmente “[...] possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos a análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 1979, p. 95).

Sendo assim, a realização da análise de conteúdo contemplou os seguintes procedimentos metodológicos descritos pela autora, sendo eles: a leitura flutuante, a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e dos objetivos, a referenciação dos índices, a elaboração de indicadores e a preparação do material (BARDIN, 1979).

4.2 Os sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida com profissionais de equipes diretivas, professores e assistentes sociais, inseridos em escolas de educação pública, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Limeira, Estado de São Paulo. Entendeu-se para a aplicação deste estudo, que os seguintes profissionais contemplam as equipes diretivas, podendo ser entre eles: Diretores, Vice-Diretores, Coordenadores Pedagógicos ou Supervisores Pedagógicos e Professores, o que se estima aproximadamente a população total de 829 sujeitos.

POPULAÇÃO			
Escolas	Eq. Diret.	Prof.	Assist. Sociais
70	220	500	39

A escolha dos entrevistados, por sua vez, seguiu o método de pesquisa qualitativa, e não se preocupou com a quantificação, já que segundo a perspectiva de Triviños “não interessa, de maneira fundamental, quantificar os resultados; e se ela estabelece um tipo de medida dos fenômenos, essa quantificação do fenômeno é simplesmente considerada como auxiliar dos processos de descrição e de interpretação dos traços que apresenta a informação” (2001, p.83).

Porém essa metodologia exige o estabelecimento prévio de critérios para a seleção da população e escolha dos entrevistados. Sendo assim, os critérios para a seleção das escolas e sujeitos para esta pesquisa foram: a escolha de profissionais de equipes diretivas, e professores que demonstrassem livre interesse na participação do estudo. Da mesma forma, foi usado este critério para a escolha dos

assistentes sociais, levando-se também em consideração o tempo de atuação dos mesmos junto às escolas nas quais estes se encontram inseridos.

Quanto ao critério adotado para a escolha das escolas a serem contempladas com a pesquisa, considerou-se as experiências destas no desenvolvimento de ações pautadas em processos democratizadores de educação. Outro fator levado em consideração foi a acessibilidade por parte do pesquisador, bem como a disponibilidade dos sujeitos de pesquisa em participar do estudo na oportunidade da visita às unidades escolares.

Esses critérios além de colaborar na definição e delimitação do campo empírico da pesquisa se justificam na medida em que o presente estudo busca resultados que o auxiliem na defesa dos seus objetivos, ressaltando-se o processo livre e democrático dos sujeitos e das instituições participantes do estudo e do método de pesquisa adotado.

Sendo assim, os sujeitos envolvidos na pesquisa como já sinalizado, foram constituídos a priori por: um (1) membro da equipe diretiva de cada escola que foi selecionada, um (1) professor de cada uma das escolas e um (1) assistente social vinculado a cada escola. Desta forma, o grupo inicial partiu da aplicação dos questionários a dez (10) escolas, totalizando 30 sujeitos de pesquisa e no desenvolvimento de entrevista a (5) escolas, totalizando 15 sujeitos de pesquisa. Nesse sentido, tem-se o envolvimento de 45 sujeitos de pesquisa, seja no preenchimento do questionário ou na realização das entrevistas.

Destaca-se ainda, que para se evitar a vulnerabilidade dos sujeitos da pesquisa, não se trabalhou com crianças ou adolescentes, pessoas com deficiência e/ou portadores de necessidades especiais no desenvolvimento do estudo, considerando a inexistência de sujeitos da pesquisa nesta condição, observando-se as normas da Resolução CNS nº. 196/96 que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas que envolvam seres humanos.

A opção pelas escolas e pelos sujeitos escolhidos na realização da pesquisa levou em consideração a população deste estudo, que focou profissionais de equipes diretivas, professores e assistentes sociais de escolas do município de Limeira, SP.

Assim os entrevistados foram selecionados pela disponibilidade de horário e atendimento ao pesquisador, tempo de atuação na área de educação. Cabe ressaltar, que a identidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa foi preservada, pois as informações coletadas não serão divulgadas publicamente. Ou seja, terão acesso às mesmas somente o pesquisador, o orientador e co-orientador da pesquisa e a banca de defesa de dissertação, caso haja solicitação neste sentido, no momento da defesa da dissertação. Fora disto, os resultados desta pesquisa serão publicados e socializados, tendo-se o cuidado de preservar a identidade dos sujeitos pesquisados, bem como frisar que as informações obtidas nesta pesquisa de campo serão arquivadas pelo período de cinco (5) anos pelo pesquisador e depois destruídas.

4.3 O processo de efetivação da pesquisa

A partir da realização de pesquisa via internet, tomou-se como eixo norteador, “A atuação do assistente social na educação pública”, e chegou-se ao conhecimento da experiência do município de Limeira, onde por meio da Secretaria Municipal de Educação desta cidade, em específico a Diretoria de Serviço Social Escolar, dispôs-se de 39 profissionais de Serviço Social em atuação direta nas escolas do município, conforme já apontado.

Após a realização do primeiro contato via e-mail com a Coordenação da Diretoria de Serviço Social Escolar de Limeira, SP, e após ter recebido confirmação positiva sobre a disponibilidade do campo de estudo, realizou-se novamente contato por telefone com esta coordenação, posteriormente encaminhando-se carta de apresentação, cronograma de pesquisa e autorizações via e-mail para liberação da pesquisa de campo.

No que se refere ao cronograma enviado a Diretoria de Serviço Social Escolar de Limeira, ressalta-se que junto com a carta de apresentação enviou-se um cronograma de atividades da pesquisa de campo e que depois foi readequado para atender às necessidades e demandas do campo de pesquisa. Foi disponibilizado também no presente cronograma a data para o envio dos questionários a dez (10) membros de equipes diretivas, dez professores e dez assistentes sociais e que

foram respondidos por cinco membros de equipes diretivas, três professores e sete assistentes sociais vinculados as sete (7) escolas, das dez previstas para a aplicação do questionário aberto, totalizando 15 sujeitos de pesquisa participantes deste instrumento na coleta de dados. Na oportunidade, e via e-mail, também se fez o agendamento das datas junto as escolas para a realização das entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos envolvidos na pesquisa, bem como agendamento da realização das observações diretas nas escolas previamente selecionadas para a pesquisa.

Quanto às entrevistas, inicialmente a aplicação se concretizaria a partir de um profissional de equipe diretiva, um professor e um assistente social de cada uma das cinco escolas contempladas para o estudo. Destas, foram efetivamente aplicadas entrevistas a cinco membros de equipes diretivas, três professores e cinco assistentes sociais das cinco escolas previstas para a realização da entrevista semi-estruturada, totalizando 13 sujeitos envolvidos neste processo. Os sujeitos entrevistados não foram necessariamente os mesmos que responderam aos questionários abertos. Para a seleção dos sujeitos entrevistados, levou-se em consideração a leitura flutuante dos questionários, a disponibilidade de horário dos sujeitos envolvidos na data da viagem programada, bem como o atendimento ao convite feito pelo pesquisador na realização in loco da entrevista.

Ainda faz-se importante salientar que os questionários foram encaminhados via e-mail para a Coordenadora da Diretoria de Serviço Social Escolar, a qual, conforme combinação prévia enviou os mesmos para os sujeitos da pesquisa, observando-se os critérios de seleção dos participantes. A devolutiva destes questionários deu-se anteriormente à chegada do pesquisador no campo de estudo, conforme previu o cronograma de pesquisa.

Já quanto à realização das entrevistas semi-estruturadas e as observações diretas, estas foram realizadas nas realidades escolares visitadas pelo pesquisador. Vale ressaltar que o pesquisador também foi responsável pelo provimento dos recursos financeiros para o custeio e execução da pesquisa de campo.

4.4 Análise e interpretação dos dados

Na realização da análise e interpretações das informações coletadas optou-se pela abordagem dialética-crítica em consideração à complexidade dos processos, do inacabado, da constante transformação e do modo como a dialética se apresenta na realidade, sob a forma de relações contraditórias.

Nesse sentido, optou-se por trabalhar com as categorias historicidade, totalidade e contradição. Com a utilização da primeira categoria, a historicidade, se reconhece que o processo é inacabável, pois os fenômenos não são estáticos, estão sempre em constante transformação. Já no que se refere à categoria totalidade, a partir da apreensão das categorias explicativas, como será abordado posteriormente, percebeu-se a dialética da realidade, sua complexidade e a totalidade dos fenômenos apresentados. Sendo assim, a partir da utilização na análise das informações da categoria contradição, pode-se denotar as relações antagônicas existentes entre os processos sociais presentes na construção dos sujeitos e nas suas manifestações com os fenômenos.

Deste modo, para operacionalizar a análise e interpretação das informações coletadas na pesquisa foi proposto:

- 1) Organizar as informações provenientes dos questionários abertos, das entrevistas semi-estruturadas e das observações diretas, bem como dos diversos referenciais teóricos acerca da Gestão Democrática na Educação e do Serviço Social na escola. Essa etapa, entre outras, se constitui na: a) transcrição dos arquivos áudio mp3; b) releitura do material; c) organização das respostas dos questionários e dos relatos das entrevistas de acordo com a utilização de prévias categorias explicativas, tais como: Conceito de Gestão Democrática; Conceito de Serviço Social Escolar; Políticas Públicas e Limites e possibilidades de atuação do assistente social na escola e de efetivação da gestão democrática na educação, as quais colaboraram para a análise das informações.

A partir deste trabalho, em um primeiro momento procurou-se descrever os fenômenos presentes nos relatos, sendo que no momento posterior classificaram-se as informações de acordo com as temáticas e as questões teoricamente elaboradas, como problema, objetivo geral e objetivos específicos da pesquisa. Desta forma,

partiu-se para a reestruturação das categorias explicativas em atendimento à realização de uma leitura interrogativa acerca do material coletado, e no confronto desta com os marcos teóricos e os objetivos propostos pelo estudo.

Sendo assim, as categorias explicativas que balizaram a análise das informações foram definidas como: Gestão Democrática na escola; Serviço Social Escolar e suas interfaces com as políticas públicas no contexto escolar; Limites e possibilidades da atuação do assistente social na escola pública e Desafios para a efetivação da gestão democrática na escola.

Desta forma, a análise de conteúdo das informações coletadas para o estudo partiu da codificação e categorização das informações (BARDIN, 1979) seguindo as categorias explicativas formuladas e apresentadas anteriormente, as quais nortearam a análise de pesquisa.

5 ANÁLISE DA PESQUISA

5.1 Categorias de análise

Como já sinalizado na metodologia deste estudo, os dados a serem apresentados na análise de pesquisa são provenientes da aplicação de questionários abertos com cinco membros das equipes diretivas, três professores e sete assistentes sociais vinculados a cada escola, das sete contempladas na pesquisa. Nesse sentido, foram envolvidos 15 sujeitos na aplicação do questionário.

No que se refere ao desenvolvimento das entrevistas semi-estruturadas, participaram das mesmas, cinco membros de equipes diretivas, três professores e cinco assistentes sociais das cinco escolas previstas para a realização do estudo. Sendo assim, para a realização da entrevista envolveu-se 13 sujeitos. Cabe ressaltar que a realização de observação direta pelo pesquisador foi efetuada quando em campo de pesquisa. Deste modo, o universo desta pesquisa e da análise de dados a ser apresentada, parte das informações coletadas que correspondem a 28 sujeitos de pesquisa.

Tendo em vista ao atendimento da análise das informações contidas no material coletado após a releitura interrogativa deste, e o confronto do mesmo, com os marcos teóricos e os objetivos propostos pelo estudo, adotou-se a categorização proposta por Cury (2000), criando e recriando as categorias explicativas que expressaram os fenômenos do estudo. Deste modo, as categorias que balizam a pesquisa são: Gestão Democrática na escola; Serviço Social Escolar e suas interfaces com as políticas públicas no contexto escolar; Limites e possibilidades da atuação do assistente social na escola pública e Desafios para a efetivação da gestão democrática na escola.

Desta forma, tendo com embasamento teórico o método de análise de conteúdo proposto pela autora Bardin (1979), a seguir aponta-se as considerações sobre a análise dos dados coletados.

5.1.1 Categoria: Gestão democrática na escola

No que tange à gestão democrática escolar neste estudo, em suma, considera-se que nos questionários aplicados, a percepção que os envolvidos na pesquisa trouxeram sobre a gestão democrática na escola, resume-se em algumas palavras e ou frases centrais salientadas nas respostas, como: participação; decisões tomadas coletivamente por meio de representação; forma de gestão onde há participação da equipe escolar e comunidade; gestão participativa; participação ativa e efetiva da comunidade junto às unidades escolares, dentre outras.

Nesse sentido parte-se de algumas definições dos pesquisados em relação a concepção de gestão democrática na educação.

[...] a questão da gestão democrática é ...que através da participação da equipe nós podemos encontrar assim novas formas de melhoria, com a participação dos pais em reuniões da APM, no conselho de escola, e eles trazendo mesmo todo esse tipo de questão pra nós, né, e... eu acho que essa gestão democrática é isso, a gente poder com a equipe resolver o que a gente tem de...de problemas dentro da escola, pra melhorias, enfim (**E. EQ.03**)¹⁸

Sem dúvida, pode-se considerar que a participação é um dos elementos essenciais ao movimento de gestão democrática. É a partir dela, que a escola pode ouvir e inserir as demandas da comunidade escolar no seu planejamento conforme os espaços disponíveis para tal em acordo as diretrizes legais. Para Lück (2009) a participação faz com que as pessoas assumam a autoria e sintam-se responsáveis também pelos resultados alcançados. Ainda, sobre gestão democrática:

É promover ações que possibilitem a participação, a transparência e democracia (**Q. PROF. 01**).

[...] a minha concepção de gestão democrática é aquela em que o diretor de escola, né, o gestor, ele não centraliza o poder nele, por exemplo, as tomadas de decisões, né? É aquele que sabe dividir com o grupo e... como que eu posso falar? E delegar funções, né, eu acho que a partir do momento que o diretor, ele tem essa postura de saber delegar funções né, então eu acho que isso torna a gestão democrática. E também assim, saber ouvir as opiniões das pessoas, sabe? Não tomar uma decisão sozinho achando que a decisão dele é a certa, né? Eu acho assim, a partir

¹⁸ Utilizou-se esta forma de identificação dos sujeitos envolvidos na pesquisa, a fim de preservar e respeitar suas identidades, observando as normas da Resolução CNS nº. 196/96 que estabelecem as diretrizes e as regulamentações a serem adotadas pelos estudos que envolvam seres humanos. Nesse sentido a letra inicial em negrito corresponde ao instrumento utilizado para a coleta de dados (**Q**: Questionário e **E**: Entrevista, seguido do profissional envolvido no estudo; **AS**: assistente social; **PROF**: professor e **EQ**: representante de equipe diretiva, podendo ser estes: diretores, vice-diretores e coordenadores ou supervisores pedagógicos) e do número que representa a sequência de escolas contempladas para a pesquisa, a partir da utilização de cada instrumento referido.

do momento que você trabalha com a equipe todas as decisões a serem tomadas com a escola, aí eu considero isso uma gestão democrática (E. EQ. 02).

Deve-se considerar, que o processo de gestão democrática na escola perpassa pela construção permanente do trabalho multidisciplinar ou interdisciplinar. Mais do que descentralização das decisões, a gestão democrática constuí-se na gestão participativa, onde todos os atores envolvidos neste processo tem voz e vez. Em conformidade, Paro (2002) discorre que é a partir desta descentralização na participação da população em decisões da escola, que se possibilita a construção do caminho para uma sociedade que seja verdadeiramente democrática. E neste contexto, apontam as seguintes falas dos assistentes sociais:

Participação ativa e efetiva da comunidade junto as unidades escolares, tendo como uma das formas de legitimação os conselhos de escola e conselhos de direitos (Q. AS. 01).

Participação de todos no processo de construção de políticas públicas que visam à emancipação do cidadão (Q. AS. 02).

Entende-se que é essa participação descrita como “ativa” e “efetiva”, que de fato pode colaborar para a construção de uma cultura democrática, de envolvimento, não somente em questões que determinam a conjuntura escolar, mas de processos mais complexos e que demandam a fiscalização e o controle social da população acerca da efetivação das políticas sociais e da oferta dos serviços sociais públicos.

Ainda, deve-se considerar, que o processo de gestão democrática na escola perpassa pela construção permanente do trabalho multidisciplinar ou interdisciplinar, como já sinalizado anteriormente.

Gestão democrática é quando todo mundo trabalha bem, afinado, onde um respeita a posição do outro, e onde as partes se complementam. Isso pra mim é gestão democrática (E. AS. 02).

A partir das citações que denotam as falas encontradas na pesquisa sobre o conceito de gestão democrática na escola, percebe-se que a palavra “participação” incontestavelmente aparece em todas as narrativas, quando pensada a partir de gestão participativa e democracia na escola. Neste contexto, sinaliza-se para algumas dificuldades encontradas pelos sujeitos da pesquisa ao definir o seu conceito de “gestão democrática” o que revela que a temática não é devidamente tratada como assim deveria, no contexto escolar.

Ainda pode-se perceber a partir da análise que, de fato, os profissionais já tradicionalmente inseridos na educação, como diretores, vice-diretores,

coordenadores e supervisores pedagógicos, bem como os professores, demonstram maior facilidade e clareza conceitual ao definir a temática, o que não aconteceu com os profissionais de Serviço Social, como destacam as duas últimas citações, considerando gestão democrática como “participação de todos na construção de políticas públicas” e “trabalho de equipe sintonizado, respeito mútuo”.

Esta por sua vez nos mostra a falta de entendimento deste profissional sobre a concepção e o contexto da gestão democrática na escola e da necessidade que a área em questão demanda de conhecimento científico sobre o Serviço Social na Educação. Ainda, no que refere às concepções desta, percebe-se que nos questionários, as respostas obtidas foram muito sintetizadas e curtas, simbolizadas apenas por palavras ou uma frase.

Já na transcrição das entrevistas, nota-se que o conceito de gestão democrática é mais detalhado, ainda que em algumas vezes fora do contexto, onde em alguns relatos não aparece em nenhum momento a participação dos pais, das famílias ou comunidade escolar nos espaços dispostos para tal na escola. Esta discussão acaba girando em torno das flexibilizações de decisões escolares pela parte da direção e envolvimento dos professores, assistentes sociais e demais funcionários para tais definições, o que na opinião deste pesquisador não caracteriza gestão democrática na escola. Segue algumas citações que indicam a questão ora sinalizada:

[...] Quando a gente... no pedagógico, por exemplo. Então... vou tomar o exemplo da diretora, dessa escola. Então ela reúne as pessoas... por exemplo a gente tá tendo aqui o programa “ler e escrever”. Então ela reúne, ela conversa junto com a equipe, com os coordenadores, com os vices diretores, né, da escola, e com os professores, como a gente pode tá fazendo esse trabalho, como elas encaram esse trabalho, porque não é um trabalho fácil de ser começado dentro da escola, né, dentro da sala de aula, porque é um projeto novo que depende muito de leitura... Então ela deixa um espaço pra gente combinar com as professoras, ouvindo o que elas tem de dificuldade que a gente podia estar ajudando... (E. PROF. 02).

A gente senta-se... né, marca reunião, a assistente social... então vai a diretora, vice-diretora, eu, professora coordenadora, a monitora da saúde e um representante dos funcionários. Daí os assuntos são trazidos e juntos a gente escolhe as melhores situações... o que que vai dar mais certo na escola. E também a gente se reúne assim nas reuniões técnicas pra fazer o nosso PAC que é o... processo de aprendizagem contínua. Tem a minha parte pedagógica, o serviço social traz a parte deles, junto com a parte pedagógica. Ele é bem... é muito junto nosso trabalho (E. EQ. 05).

Contamos com a participação de todos os funcionários, representantes de setores. Com isso fazemos pequenas reuniões, e buscamos soluções mais rápidas e específicas. A direção da escola sempre esta aberta para ouvir os funcionários (Q. EQ. 02).

Ao questionar os sujeitos da pesquisa se estes acreditam que na sua escola existam práticas de gestão democrática, na sua maioria, obteve-se respostas positivas sobre a questão, relatando-se como acontece esta, em sua unidade escolar.

Reuniões de Conselho da escola (a cada dois meses) são tomadas as decisões referente ao uso do dinheiro de verbas e procedimentos em festa de escola. Reuniões setorizadas (uma vez por semana): como planejar ou melhor rever planejamentos necessários. Reunião toda semana com professores para avaliarmos decisões e resolvermos o que fazer na semana (Q. EQ. 01).

A comunidade tem sido chamada a participar das decisões tomadas pela Gestão Escolar, seja por meio de reuniões que englobam a totalidade ou por meio dos conselhos de escola e APM (Q. AS. 01).

Em suma, a partir da análise das informações disponíveis nos questionários e nas entrevistas transcritas, considera-se que as práticas de gestão democrática na escola estão atreladas aos espaços disponíveis existentes para que esta ocorra, como os referendados nos relatos, sendo estes: Conselho Escolar e Associação de Pais e Mestres, dentre outros.

Destaca-se no entanto que, ainda há falta de entendimento neste sentido, no que realmente constitui-se como processos democratizadores da educação rumo à gestão democrática na escola. Ou seja, a realização de reuniões da equipe escolar onde são chamados os pais com o único propósito de aprovação e aplicação de recursos, sem um contínuo controle social da comunidade escolar, não representa efetivação da gestão democrática. Nesse contexto, entende-se que para a concretização de tal, a escola necessita disponibilizar espaços sistemáticos e efetivos de descentralização e de participação dos atores envolvidos neste processo.

No que tange às informações coletadas sobre a existência de possíveis correlações entre Gestão Democrática e Serviço Social na escola, e na sua contribuição para o fortalecimento dos processos democratizadores na educação, destaca-se:

O Serviço Social Escolar tem estratégias e meios específicos para ajudar nas ações e levantamentos de elementos importantes que em parceria com a Gestão Escolar avancem no processo de democratização (Q. PROF. 01).

Então, eu acho que ele, dependendo do gestor ele concorda, né, eu acho que ele, assim... por que a partir do momento que você trabalha a emancipação dessa família, a emancipação dessa comunidade, você tá trazendo pessoas que vão questionar essa realidade, que vão querer saber o que tá acontecendo, né. Então se eu não to inserida numa gestão aberta a isso, eu vou incomodar, eu vou cair fora, certo? A gestão que a gente tem hoje ela é aberta. É claro que dentro das limitações de um gestor, que a gente já sabe que tem uma hora que ele fala “péra aí também, né, quem manda aqui sou eu” Então até que ele tenha toda aquela casca né, de “sou democrático”, vamos resolver juntos, na hora que você coloca na ‘cola’ dele ele fala “não, espera aí né”, não é assim... mas, o serviço social eu acho que é o principal papel da gente aqui dentro (E. AS. 04).

[...] em todas as ações desenvolvidas, procuramos defender a participação das famílias, dos funcionários, das crianças atendidas (Q. AS. 03).

De forma geral, percebe-se que os profissionais tradicionalmente inseridos na educação e também o assistente social, tiveram dificuldades em responder e refletir sobre as correlações de Gestão Democrática e Serviço Social, alguns optaram por não responder a questão no questionário ou na entrevista. Primeiramente esta informação nos revela certo descompasso entre as duas áreas do conhecimento no contexto escolar. Este descompasso é provocado pela falta de apropriação acerca das temáticas da pesquisa de ambos os profissionais, considerando que a atuação dos assistentes sociais predominantemente se consolida na Política de Assistência Social e que os profissionais conhecidos da escola, ainda não vêem o assistente social como profissional da Política de Educação. Em um segundo momento, reconhece-se a ausência de ações ou atividades ofertadas pela escola que permitam a reflexão de professores; coordenadores; direção; vice-direção e assistentes sociais sobre o processo de gestão democrática e suas contribuições para a educação, correlacionadas com a atuação do Serviço Social Escolar.

A leitura das informações permitiu perceber e sinalizar, para a imprecisão na definição de gestão democrática na escola por parte de todos os sujeitos envolvidos na pesquisa. Nota-se também que, em sua maioria, as respostas abordam mais o papel que o Serviço Social Escolar desenvolve na mediação das relações sociais e dos diferentes atores inseridos neste processo, do que a ação destes a partir da gestão democrática escolar.

Mesmo assim, torna-se relevante, no contexto da pesquisa citar a fala de uma diretora de unidade escolar de Limeira – SP. Em especial quando esta afirma que o assistente social “É o profissional que mais busca o trabalho de gestão democrática (Q. EQ. 03)”.

A análise das informações da pesquisa de campo que buscou suportar a discussão em torno da categoria “Gestão democrática na escola” permite considerar que a temática necessita ser compreendida pelos profissionais envolvidos no processo educacional contemporâneo, o que não raro exige grandes e profundas discussões em torno do tema.

É importante salientar igualmente que, a implantação de processos que visem à gestão democrática na escola, mesmo sendo afirmados por legislações pertinentes à educação, ainda precisam ser, de fato, abordados, trabalhados e apreendidos no cotidiano escolar e da comunidade. É preciso fazer mais do que disponibilizar espaços como Conselhos Escolares e Associação de Pais e Mestres, como referendados nas informações coletadas, pois o engajamento e envolvimento das famílias no processo de gestão democrática escolar, só pode se concretizar com mobilização social, conscientização acerca da importância da mesma em um processo contínuo de construção e de proposição de ações, serviços, projetos e programas escolares e que a comunidade possa fomentar essa proposta. E neste contexto, o Serviço Social Escolar dispõe de um arsenal teórico, político, ético e técnico-operativo para buscar a promoção da democratização da escola.

5.1.2 Categoria: Serviço Social Escolar e suas interfaces com as políticas públicas no contexto escolar

Começa-se a discussão desta categoria apresentando as concepções acerca do Serviço Social Escolar consideradas pelos profissionais tradicionalmente inseridos na educação, a partir das informações coletadas na pesquisa, assim:

O serviço social escolar é um pouco diferente na minha concepção do serviço social colocado no município como um todo. O serviço social escolar tem que necessariamente me ajudar a entender e incluir no sentido amplo da palavra. Porque nós estamos atuando numa comunidade onde a escolaridade é baixíssima [...]. E nós estamos numa área politicamente desinteressante e economicamente trágica. O serviço social escolar ajuda a gente a amadurecer algumas ideias, aqui por exemplo [...] Uma outra coisa que eu entendo, o serviço social escolar pra mim ele tem uma única, um único foco, que é fazer melhorar o IDEB do município. Ele tem que me fazer melhorar o IDEB, ponto. [...] o serviço social precisaria numa escola como a nossa, nós somos muito dependentes de uma política pública interessante, mais do que outras escolas. [...]. E o serviço social pra mim, ele só tem sentido se ele me faz melhorar a minha tarefa fim. É só isso. Agora, o serviço social tem um olhar que eu não tenho (E. EQ. 01).

Precisa-se discordar do relato, quando este anuncia que o único foco do Serviço Social Escolar é melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Compreende-se que a atuação e o foco prioritário do Serviço Social na escola é garantir o acesso, permanência, e sucesso da criança e do adolescente na aprendizagem, sabendo que para estes se concretizar, faz-se necessário o atendimento integral ao aluno e sua família, a promoção de ações que visem a garantia dos direitos sociais e a participação e mobilização com vistas ao exercício da cidadania. De acordo com o explicitado, concorda-se com a afirmação da autora Amaro (2011) quando esta ressalta que o papel do Serviço Social educacional é levar os indivíduos a escreverem a sua própria história.

Recorre-se ainda a relatos da pesquisa que definem o Serviço Social como:

O papel dele é nos auxiliar, né? Porque nós, na nossa realidade aqui, nós temos... nós não podemos só olhar pro aspecto pedagógico. Nós temos vários outros fatores que interferem, né, ou que estão ligados, ou são indissociáveis da nossa prática que acabam por intervir no nosso trabalho. Então a... a assistente social, o serviço social, ele nos auxilia mas ao mesmo tempo ele participa dessa gestão democrática. [...] A assistente social tá envolvida nas nossas decisões, nas nossas reuniões coletivas. E aí ela vai, quando a gente tem um encaminhamento, um apontamento, ela vai nos socorrer nesse sentido. É claro que a gente não espera milagre, mas... ajuda bastante (E. PROF. 01).

Nesse sentido, reitera-se a contribuição que o Serviço Social Escolar dispõe para com a gestão democrática na educação. O papel do assistente social na escola não é meramente auxiliar a resolver e atuar na efervescência dos problemas sociais. Este profissional tem competência teórico-metodológica para a proposição de serviços, projetos e programas que venham ao encontro das necessidades da escola e anseios da comunidade, observando o que discorre Amaro:

Se tivermos a consciência de que certas relações e aspectos da realidade escolar precisam ser mudados, é necessário que nos demos conta de que não se trata de enfrentar situações fornecendo respostas "prontas", sempre parciais, às queixas que nos trazem, mais sim organizar um processo de criação coletiva, de idéias que servem ao coletivo (2011, p.109).

Desta forma, apresenta-se a seguir fala de um profissional da equipe diretiva das escolas de Limeira, que conceitua o Serviço Social Escolar a partir de sua perspectiva e do público de atuação.

[...] eu acho que o serviço social ele trabalha, né, de forma educativa com os pais, com a equipe, acompanhando os casos, né, que a escola tem, com toda a participação da equipe, ele é essencial dentro da escola... e eu vejo assim, que nem, no caso a profissional que nós temos [...], ela é uma menina excelente (E. EQ. 03).

Eu acho que o serviço social dentro da escola é imprescindível, não tem como trabalhar sem ele. Porque nós temos muita... as crianças fazem parte de uma família. Ninguém tem mais tato pra lidar com as famílias do que um assistente social. E todos os problemas de aprendizagem... o que eu faço, a primeira coisa, eu vou ver primeiro se a sala de aula tá em ordem, se a aula tá bacana, tá interessando, tá tudo em ordem, tá. Daí o que a gente faz, a aula tá tudo em ordem, a criança continua apresentando problema? É o serviço social que tem que entrar em ação. Porque eu falo, o problema tá na família. Se não tá na escola, tá na família. Então daí ela vai fazer visitas, entrevistas, ela já tem todo histórico da criança...(E. EQ.05).

Conforme já sinalizado na pesquisa, ressalta-se que a contribuição mais significativa do assistente social para a educação, se concretiza no âmbito de constituir-se o profissional referência na família. Ou seja, é na família que perpassam as situações sejam estas, sociais, culturais, políticas, manifestadas muitas vezes pela negligência, omissão, violência, dentre outras, todas essas expressões da questão social que influenciam diretamente o processo de ensino-aprendizagem do aluno. Neste contexto, o Serviço Social, por meio de sua mobilidade e transitoriedade nas áreas do conhecimento, levando-se em consideração sua formação complexa e generalista, consegue por meio de estratégias coletivas, conforme sinalizado por Amaro (2011), articular saberes, movimentar redes sociais e propor alternativas para a resolução das problemáticas vivenciadas pelas famílias da comunidade escolar.

Sendo assim, a partir do exposto e da exemplificação proferida nas citações, observa-se que os profissionais de equipes diretivas e professores, os quais convivem diariamente com o assistente social na escola, ainda possuem certa dificuldade em definir e conceituar o Serviço Social Escolar.

Compreende-se ainda, que o assistente social na escola, como apoio técnico, complementa o atendimento oferecido ao aluno e a sua família, e neste sentido se considera que cabe ao Serviço Social Escolar promover: o encontro da escola com a realidade social na qual ela esteja inserida; a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade da equipe escolar; a formação contínua dos profissionais acerca das expressões da questão social e suas complexidades nas relações sociais; a garantia do atendimento integral e o acesso aos serviços sociais pelos alunos e suas famílias, dentre outros.

Ainda quanto às repostas obtidas na coleta de dados, observa-se que a conceituação de Serviço Social Escolar acaba ocorrendo a partir de exemplos práticos e cotidianos de intervenção do assistente social na escola, vivenciados por

ambos os profissionais nestas realidades. Neste contexto, encontra-se como definição de Serviço Social Escolar palavras como: parceiro da gestão; aproxima a família da escola; aproxima a escola da comunidade; acompanha as crianças no seu processo pedagógico; faz a leitura da realidade da comunidade, da dinâmica familiar dos alunos para que as decisões da gestão sejam balizadas na realidade concreta e para que possam desenvolver trabalho interdisciplinar junto à equipe técnica da escola.

Neste momento, a fim de perceber qual a concepção que os assistentes sociais atuantes em realidades escolares possuem sobre o Serviço Social Escolar, destaca-se algumas considerações realizadas pelos mesmos a esse respeito.

Na verdade a gente tem um regimento na secretaria de educação, né, que ele vem com as atribuições, né, legais, do serviço social na educação. Eu acho assim que o principal papel do serviço social na educação seria o processo socioeducativo mesmo. Porém não é tudo que a gente faz, ainda a gente atende casos que não é específico da área do serviço social... (E. AS. 01).

O serviço social escolar ele, ele se encontra dentro da escola pra ajudar a resolver os problemas da família. Muita coisa que... como posso colocar, muitos profissionais, eles não tem essa percepção da família em si. [...] Eu acho assim, que é o único profissional que consegue ver o todo, identificar o problema e conseguir passar pro professor, pra uma direção, o que é que tá acontecendo. Eles podem estar juntos, mas eles não tem a mesma abertura. Nós já somos treinados pra isso (E. AS. 02).

Minha concepção do serviço social escolar é assim... que o assistente social deve fazer parte da equipe, contribuindo com a sua visão mesmo, com a sua... com o respaldo teórico né, que o serviço social recebe aí na sua formação profissional, na sua prática, é... e assim, traz um olhar totalmente diferente, né, pra equipe. Porque mostra a realidade das famílias, socioeconômica, cultural, então ajuda com que a escola trabalhe mais a realidade das crianças que são atendidas, dos alunos, né, dos educandos, né. Então o serviço social dentro da educação ele contribui intervindo também nas questões sociais, [...] que interferem no processo de desenvolvimento da criança, no nosso caso que é a educação infantil, e no processo de ensino e de aprendizagem que é no caso a educação fundamental, né (E. AS.05).

De forma geral, verifica-se a partir dos relatos dos assistentes sociais que o Serviço Social Escolar tem como foco primordial de atuação na escola a centralidade no trabalho de atendimento da família das crianças e adolescentes, como já citado anteriormente. Destaca-se também, a ênfase dada pelos assistentes sociais na sua formação teórica, o que acaba lhes permitindo uma compreensão acurada sobre o contexto familiar, mediando essas relações, no processo de desenvolvimento e de ensino aprendizagem em atendimento às demandas sociais apresentadas pelos alunos.

Neste sentido, a partir do afirmado e da análise das informações coletadas na pesquisa sinaliza-se as premissas de atuação mais citadas nos questionários e entrevistas, as quais têm configurado a intervenção do Serviço Social no espaço escolar de Limeira, tais como: atendimento às famílias e funcionários; mediador na relação comunidade, escola e família; realização de cadastro de demanda de vagas; monitoramento e acompanhamento de faltas dos alunos; realização de encaminhamentos à rede socioassistencial e desenvolvimento de ações e atividades com vistas à promoção da saúde na escola, e garantia de direitos sociais, dentre outras.

Nesta realidade, a atuação do assistente social na escola pública de Limeira é pautada no Parecer Jurídico 23/2000 de 22 de outubro de 2000, do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, que dispõe sobre as funções do Serviço Social Escolar:

- Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do educando e a formação para o exercício da cidadania;
- Participação em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto contagiosas e demais questões de saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais.
- Pesquisa de natureza contribuição do Serviço Social na educação consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais atingem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos e de risco, etc.
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93, não especificadas acima (2001, p.13).

No que se refere à atuação do Serviço Social Escolar de Limeira, Forster discorre sobre as competências do assistente social, além das já previstas na legislação vigente, conforme o disposto a seguir:

- Zelar pela garantia do direito ao acesso, à permanência, à qualidade e à gestão democrática da Unidade Escolar, visando o sucesso do aluno;
- Contribuir com os processos de formação continuada da equipe escolar, planejando, elaborando e executando atividades que visem a

ampliação do conhecimento acerca dos assuntos pertinentes à realidade escolar, possibilitando o aprimoramento das habilidades profissionais e o crescimento pessoal;

- Promover a integração entre família, Unidade Escolar e comunidade, visando contribuir em todo processo educativo do aluno;
- Integrar comissões interdisciplinares, intersetoriais, Conselhos representativos e de direitos, Associação de Pais e Mestres e Conselhos de Escola, favorecendo a interdisciplinaridade na Unidade Escolar, incentivando a reflexão sobre o pensar, agir, executar e discutir diferentes concepções para uma gestão escolar participativa;
- Incentivar a formação de agremiações, quando for o caso, como forma de participação do aluno e exercício da cidadania;
- Atuar, de forma ética, junto aos sujeitos que participam do processo educativo do aluno;
- Propor estudos aos profissionais envolvidos no processo educativo que viabilizem amplo conhecimento da realidade concreta da família dos alunos, a partir da percepção contraditória das relações sociais;
- Favorecer a valorização da Unidade Escolar, por meio do planejamento de ações que fortaleçam os vínculos sociais e o comprometimento da comunidade local (FORSTER, 2011, p.05).

Ainda, em consonância ao descrito, e conforme a supracitada autora, cita-se as atribuições privativas do assistente social vinculado a Diretoria de Serviço Social Escolar de Limeira – SP.

- Conhecer e participar da elaboração, da implementação e avaliação do Plano de Gestão Escolar;
- Acompanhar, juntamente com a Direção, os procedimentos e funcionários que atuam na promoção da saúde na Unidade Escolar, promovendo ações para garantia do direito à vida e à saúde dos alunos, em sua área de competência;
- Manter atualizado o registro da demanda e matrículas do Ensino Infantil, particularmente em CI e CEIEF, através de sistema informatizado, bem como demais documentos referente aos alunos e suas famílias, em seu âmbito de atuação;
- Participar de reuniões multidisciplinares, interdisciplinares e intersetoriais sempre que necessário, seja no âmbito da Unidade Escolar, com seus pares ou demais áreas, conforme a necessidade;
- Colaborar para uma gestão democrática e participativa das famílias e da comunidade, elaborando, coordenando, executando e avaliando estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social, viabilizando a participação dos envolvidos na Unidade Escolar;
- Participar, acompanhar e subsidiar a Direção da Unidade Escolar na tomada de decisões que envolvam sua área de competência, no tocante a gestão escolar;
- Produzir material técnico de sua área de competência, planejando, organizando e elaborando pesquisas que possibilitem obter informações sobre a população atendida, bem como elaborar análises da realidade social e do contexto em que se insere a Unidade Escolar, oferecendo subsídios à construção do Plano de Gestão Escolar e outros instrumentos de planejamento;
- Assessorar a Direção da Unidade Escolar em casos de matrículas, quando for o caso, ou de famílias e alunos acompanhados por autoridades judiciárias, realizando acompanhamento social, produzindo relatórios e emitindo pareceres técnicos sobre o assunto, garantindo a inviolabilidade dos direitos sociais;

- Promover ações integradas aos recursos existentes na comunidade local, criando um canal facilitador para o atendimento aos alunos e familiares;
- Desenvolver e participar de demais atividades relacionadas à sua área de atuação, dentro e fora do ambiente escolar, sempre que necessário ou solicitado pelos órgãos competentes (2011, p.05).

Diante do sinalizado, percebe-se as inúmeras funções, competências e atribuições do Serviço Social Escolar. E neste contexto, nota-se que a atuação do assistente social na escola é mediada pela interface das diversas políticas públicas, com vistas ao atendimento das demandas sociais apresentadas pelos alunos e suas famílias no contexto educacional. Articulação com a rede socioassistencial e intersetorialidade são ferramentas essenciais na intervenção do Serviço Social em prol da garantia de direitos ao público atendido.

E neste sentido ao abordar sobre a interface do Serviço Social Escolar no contexto das políticas públicas, verifica-se que os assistentes sociais inseridos na educação, participam de muitos espaços, os quais têm por objetivo articular a rede de atendimento no suprimento de serviços sociais em suas políticas públicas. Essa intersetorialidade, como já apontada, faz-se imprescindível na atuação do assistente social, sendo este na realidade escolar, o profissional incumbido de movimentar as políticas sociais em torno da comunidade na qual a escola esteja inserida, para dar respostas coletivas às demandas oriundas das expressões da questão social presentes no cotidiano da escola pública brasileira.

Sendo assim concluí-se a discussão sobre esta categoria, sinalizando a citação, que reitera a atuação do assistente social na escola, a partir da perspectiva apresentada.

[...] o trabalho basicamente é com articulação, sim, porque não tem como atuar sem a rede, porque você não consegue trabalhar de outra maneira. Se você não implantar parcerias você não trabalha dentro da escola, é fundamental. O centro comunitário, o posto de saúde, com o PSF, saúde da família, isso é importantíssimo. Porque a mesma família que eu atendo dentro da escola o posto de saúde atende e o centro comunitário do bairro atende (E. AS. 02).

5.1.3 Categoria: Limites e possibilidades de atuação do assistente social na escola pública

Ao questionar os profissionais que compõem a equipe diretiva e professores sobre os limites de atuação do Serviço Social, quase que em unanimidade obteve-se respostas no sentido de que o assistente social dispõe de autonomia para o exercício de sua profissão no contexto escolar. Alguns depoimentos sinalizam que muitas das demandas dependem da decisão do diretor, sendo que o assistente social fica atrelado a essa situação.

[..] limites quando alguns casos não depende do profissional que acaba por precisar de decisões da direção, né, porém um profissional que trabalha de forma interativa com a direção e seu posicionamento, essas possibilidades também, o profissional tem carta livre pra trabalhar e posicionar em relação aos assuntos da unidade e que precisa dessa intervenção, que na verdade assim, a gente sempre comenta né, que de repente se uma não está porque tá em reunião então ela tem essa autoridade, essa autonomia pra poder tomar as decisões e aqui é muito bacana porque a gente como todo mundo sabe qual é a cabeça e a ideia central da equipe gestora, então a posição, a decisão que a, que o profissional tomou, depois quando tá todo mundo é colocado em.... né, em reunião, e sempre deu muito certo, né, nunca ninguém foi além daquilo (E. EQ. 03).

Limite... então, sabe, porque aqui a gente trabalha assim, não existe um limite. Eu não tô na escola, eu sou coordenadora. Deu um problema na sala de aula com um aluno, a minha assistente social tá aqui, a minha, né? [...], ela vai lá ela pode não entender muito do assunto e não resolver, mas ela ajeita (E. EQ. 05).

A assistente social tem total liberdade para tomar decisões que lhe sejam pertinentes e que for para o bem comum, sempre estamos em reuniões, em questionamentos de como fazer o melhor para as crianças (Q. EQ. 01).

De acordo a última citação apresentada, percebe-se a contradição entre os relatos sobre a autonomia do assistente social no exercício de sua profissão. Neste contexto, lamamoto (2004) nos aponta que o assistente social dispõe de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho e depende dos condicionantes internos e externos para a efetivação de sua prática.

Nesse sentido, em contraponto ao apresentado nas citações, muitos foram os apontamentos dos assistentes sociais em relação aos limites de sua ação profissional na escola, reiterados a partir de relatos sobre: falta de estrutura física para o exercício da profissão, sendo que em vários casos o Serviço Social não possui sala específica de atendimento na escola e faz uso de sala coletiva, a qual é dividida em horários alternados de uso para atendimento dos outros profissionais;

atuação engessada onde se depende muitas vezes de decisões da direção; escassez de recursos materiais; morosidade no atendimento intersetorial; questões ideológicas pela falta de entendimento de alguns profissionais da educação no que diz respeito ao tratamento disponibilizado à criança, onde esta não é vista em condição peculiar de desenvolvimento; falta de consenso dos profissionais envolvidos na escola sobre os conhecimentos mínimos na área social e pedagógica, que perpassam o cotidiano do aluno, onde cada uma destas é supervalorizada de acordo com a formação do profissional, não havendo opinião em comum sobre a importância de ambos no desenvolvimento da criança e do adolescente. Ainda, no que se refere aos limites impostos à atuação do assistente social na escola, destaca-se:

Os limites é... não depende só de nós. Infelizmente a gente é, vamos dizer, um suporte técnico mesmo, você tem as idéias, você consegue mostrar muitas coisas, você acaba mesmo assim até tirando, porque eles acabam procurando você, a parte direção, né, a gestão, pra querer executar alguma coisa, mas assim, não depende de mim. Depende deles lá. Por mais que a gente tenha projeto, tem algo legal, muitas vezes acaba de um certo modo... ou para aqui, ou para na própria secretaria de educação, então a gente acaba tendo isso como limite. Você não tem o que fazer (E. AS. 03).

A partir da citação, nota-se que a prática profissional do assistente social na escola, esta atrelada a condicionantes que perpassam a estrutura pública das instituições no país, como sucateamento; falta de recursos materiais, ausência de recursos humanos; dentre outros. Ainda no que se refere aos limites da atuação Serviço Social, destaca-se o seguinte relato:

Eu acho que os limites tão até dentro da questão cultural da escola, que a escola é um espaço só pra educadores no sentido formal, né? Qualquer pessoa que não seja professora não pode dar muita pitaca na educação, né? Então acho que isso é um grande limitador que a gente tem, entendeu? Porque na hora que você vai questionar aquela situação daquela criança, porque ela não tá aprendendo, né, que você sabe disso? Não é professora, né? Aí você tem que ver, ela não tá aprendendo porque? Tem várias outras questões além do cognitivo, né? Ela tá comendo, ela tá dormindo adequadamente? Tá com uma relação familiar tranqüila, né? Ela tá com os outros atributos físicos tranqüilo pra ela aprender? Emocionais, pra ela aprender? Então não é simplesmente ela não consegue aprender. Eu brinco com elas que antigamente o filho ou dava pro estudo ou dava pro trabalho, né, esse meu filho dá pro estudo, vai pra escola, esse não dá vai pra roça comigo. Hoje não tem mais isso. Hoje se dá pro estudo ou se não dá, tá na escola. Então mudou, não é, não adianta querer traçar um paralelo com o que era a educação há 20 anos atrás que você não vai conseguir chegar lá, né. Eu acho que isso é um grande limitador nosso. Essa questão cultural mesmo. Então toda vez que você tem que trabalhar algum assunto nessas reuniões pedagógicas, nesses processos pedagógicos é aquela coisa de formiguinha mesmo [...], entendeu, é na base da sedução (E. AS. 04).

Neste contexto percebe-se conflitos inerentes à prática do assistente social na escola, onde este profissional não é visualizado no mesmo patamar dos demais profissionais já tradicionalmente inseridos na educação, como professores, direção e coordenação pedagógica. Há uma relativa ideologia em que o assistente social está apto a tratar e entender somente questões da área social, não podendo opinar sobre os aspectos pedagógicos que permeiam a sua atuação junto a realidade educacional. Este configura-se como um dos desafios enfrentados pelo Serviço Social Escolar, o de mostrar que a sua contribuição também se pode concretizar no aspecto pedagógico, podendo salientar alguns fatores condicionantes e que determinam as realidades sociais das crianças, adolescentes e suas famílias, os quais possam estar interferindo na aprendizagem desses alunos.

Na ótica da gestão democrática, que visa processos de democratização da escola, percebe-se que educação e demais áreas do conhecimento como a de Serviço Social, discutido neste estudo, se complementam e colaboram para a criação de uma cultura escolar acerca da dialogicidade, participação, empoderamento e emancipação, agregado ao exercício da cidadania. Ainda no que se refere aos limites de atuação profissional, cita-se a significância da resposta de uma assistente social inserida em escola pública de Limeira, onde esta faz uma análise da conjuntura dos limites impostos à intervenção do Serviço Social Escolar:

- Parcos recursos e investimentos nas políticas sociais – comprometendo todo o atendimento às famílias, seja na educação ou em outra área (exemplo: família em situação eminente de despejo e não havia nenhuma política pública que pudesse atender àquela família, pois a mesma não se encaixava nos critérios – então, como garantir que a criança freqüente regularmente a escola, se desconhece onde dormirá no dia seguinte?);
- Casos de dificuldades ou transtornos de aprendizagem, entre outros casos que demandem o atendimento do Ambulatório de Saúde Mental do município, aguardam em listas de espera mais de 6 meses – o que para a educação escolarizada significa um grande prejuízo no trabalho com a criança;
- O próprio modelo educacional falido e gerador de analfabetos funcionais;
- Pesada herança histórica do funcionamento da escola dificulta os trabalhos para a efetivação de uma gestão democrática e participativa e da presença/participação dos pais no planejamento pedagógico [...];
- Persistência de confusão no processo de trabalho do assistente social entre a assistência social na educação e do Serviço Social na educação – o qual este último defendemos;
- Inexistência de recursos municipais que potencializem a atuação do Setor de Serviço Social Escolar em toda a rede municipal e, poucos profissionais para o atendimento qualificado de toda a rede (atinge-se a metade das escolas de toda a rede, com foco maior na educação

infantil; no ensino fundamental não atingimos nem metade da demanda e, não há atuação deste setor no ensino supletivo. No ensino superior desenvolve-se o Programa de Bolsa de Estudos (concessão de bolsas de 10% e 30%);

- Necessário avanço nas condições de trabalho dos assistentes sociais na educação (profissionais atendem duas unidades escolares; não há auxílio transporte, entre outros);
- Existência de limites institucionais e na compreensão de outros profissionais do papel deste profissional na educação (Q. AS. 04).

Sendo assim, mediante os limites impostos ao Serviço Social na escola, vislumbra-se diversas possibilidades de atuação profissional do assistente social neste contexto, conforme o citado “[...] existem inúmeras possibilidades quando focamos nossa atuação, visando a promoção do indivíduo e o sucesso no processo educativo (Q. AS.02)”. Destaca-se a seguinte afirmação:

As possibilidades desta atuação se dão muito em função do perfil dos profissionais e da coordenação do setor e, claro das contribuições históricas deste trabalho na rede municipal de educação que permitem avançar mais e continuar o compromisso por mais qualidade na educação. Outra possibilidade aberta foi a participação da Secretaria Municipal da Educação na Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, através do SSE, que possibilitou efetiva interlocução com outras políticas públicas e, o desenvolvimento do papel da Educação para o enfrentamento desta problemática, a qual compromete a aprendizagem de muitos (Q. AS. 04).

A partir do exposto considera-se que as possibilidades de atuação do assistente social na escola estão intimamente ligadas à disposição da gestão escolar na implantação de serviços, projetos e programas que possam tornar-se fator agregador da qualidade da educação. Mas para tal, faz-se necessário que a equipe diretiva e demais atores envolvidos nesse universo, desenvolvam uma real compreensão das contribuições, competências e atribuições do assistente social na realidade escolar.

Possibilidade é, acho que é a conscientização da direção ver o serviço social como um apoio, como uma parceria e não como um inimigo. Porque não tem como a gente disputar cargo, poder. A população automaticamente procura o serviço social porque ela sabe que o serviço social tá lá pra resolver. Não é porque você é mais querida, mais simpática, é isso (E. AS. 02).

Ressalta-se o parecer de uma coordenadora pedagógica quanto as possibilidades de atuação do Serviço Social Escolar, inclusive apontando as suas contribuições no aspecto pedagógico, conforme discorrido anteriormente no estudo.

Todas. Todas as possibilidades. Eu acho que se a gente trabalhar em equipe não pode ter limite. Não tem assim “seu serviço termina aqui, o meu começa ali.” Entendeu? Porque às vezes a gente tá... tem lá um aluno lá com um baita de um problemão, comportamento terrível, aprendizagem caindo, você tem que ouvir o serviço social, ele vem, te explica, então tem

todas as possibilidades, até de dar sugestão de aula, por que não? (E. EQ. 05).

Sendo assim, afirma-se que são muitos os limites e ao mesmo tempo as possibilidades de atuação do Serviço Social na escola. Cada realidade em específico dispõe de características que podem formatar o limite e a possibilidade de atuação do assistente social na educação pública, podendo ser estas: demandas sociais apresentadas; perfil profissional do assistente social; abertura da gestão escolar; estrutura física oferecida; participação dos demais profissionais da educação; dentre outras.

Cabe ao assistente social trabalhar em prol da desmistificação da profissão nesta política pública, por meio da constante dialogicidade e disponibilização de subsídio teórico e prático acerca das exequíveis possibilidades de intervenção do Serviço Social Escolar. Em suma, estas devem contribuir para com o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos, não esquecendo o atendimento integral, incluindo-se neste processo as suas famílias.

5.1.4 Categoria: Desafios para a efetivação da gestão democrática na escola

Chega-se ao ponto nevrálgico de pesquisa ao sinalizar-se desafios permeados pela instituição educacional para a efetivação da gestão democrática na escola pública, ou seja, será que, de fato, essa gestão participativa acontece na prática cotidiana escolar? Os atores deste processo sendo estes os profissionais e envolvidos na educação possuem clareza sobre o significado e a representatividade para a melhoria dos processos educacionais na ótica de descentralização e democratização da educação? A família está atenta a esse movimento? Como tem se concretizado sua participação nos processos decisórios escolares? Qual o papel do assistente social escolar neste contexto?

Enfim, todos estes são questionamentos para os quais se procura apontar respostas a partir da análise de conteúdo das informações coletadas, usando como subsídio a categoria explicativa “Desafios para a efetivação da gestão democrática na escola pública”.

A análise das informações nos revelou que a gestão democrática tem acontecido nas escolas municipais de Limeira-SP, a partir da participação representativa de equipe diretiva, professores, assistentes sociais e famílias em espaços como Conselhos Escolares e Associação de Pais e Mestres. Estes têm sido os dois principais canais de democratização da educação nestas realidades onde foi desenvolvida a pesquisa. Neste sentido, cita-se o relato de uma professora ao apontar a importância do assistente social para o fomento da família nos canais democráticos da escola.

Porque ela [assistente social], quando ela vai fazer a matrícula já, ela já comenta sabe, sobre APM, o Conselho, a importância das reuniões de pais, que no... não muito tempo atrás, a gente, tu marcava as reuniões e de 20 alunos você tinha 7, 6 mães que compareciam. Porque elas também não sabiam, até assim do direito delas que a mãe vindo pra reunião ela tem um atestado da escola e que o trabalho ele... ele é obrigado a aceitar essa declaração que a mãe esteve aqui na escola por esse período da reunião do filho. E elas não sabiam disso. A partir do momento que a assistente social foi atrás e trouxe... sabe, assim, documentado, então elas passaram a frequentar mais. Hoje com 20 crianças às vezes você tem 17, 18 pais na sala de aula [...] (E. PROF. 03).

Nesta fala, nota-se uma das atribuições do Serviço Social, a de socializar informações, esclarecer as pessoas quanto aos seus direitos sociais, e nesta situação em especial, discorrer que é um direito destes pais participarem dos espaços democráticos da escola e que cabe ao empregador aceitar o atestado, que comprova a presença dos pais. Desta forma, percebe-se nos depoimentos que o Serviço Social Escolar tem

Parceria com a família. O serviço social trabalha muito isso, trazendo muito a família pra escola, e enquanto eles fazem isso a escola pode tá preocupada com outras coisas. Né. Além de tá preocupada com isso, a gente sabe que tem lá o serviço social que traz os pais pra escola, fala da importância, nas reuniões de pais e mestres, questões de saúde, sabe, são muitas questões, do trabalho infantil... que o serviço social traz pras famílias e ajuda a escola no trabalho pedagógico, no trabalho de formação da criança (E. EQ. 05).

Neste sentido, observa-se que o Serviço Social Escolar tem muito a contribuir, quando tratado do ponto de vista de possibilitar e mobilizar a família para se inserir nos espaços de gestão democrática da escola. E como concretude de tais ações com vista à gestão democrática, aponta-se os relatos:

A começar pelo conselho de escola, né? Então tudo que é decidido fazer na escola passa pelo conselho. O Conselho tem já na sua formação uma participação efetiva de funcionários, professores, pais, de alunos né? E tudo que vai ser feito quando chega uma verba, o que é prioridade fazer, como vai ser o processo pedagógico da escola, qual vai ser a nossa linha

pedagógica, tudo é discutido no coletivo. Tudo passa pelo coletivo, é discutido, é votado e é posto em prática (E. PROF. 01).

[...] eu já vejo como muita força essas reuniões que nós fazemos da APM que hoje eu tenho assim, 100% de frequência, né... as nossas festas, a comunidade também é muito participativa, a própria [...] (E. EQ. 03).

As decisões sempre são consultivas aos Conselhos Escolares, ou em reuniões técnicas e setoriais. São realizadas pesquisas para saber opiniões e a realidade da comunidade (Q. AS. 03).

Eu acho que as próprias reuniões do conselho, por exemplo, a decisão de onde nós vamos colocar verba, a decisão da utilização do material pedagógico, nós já fizemos dois ou três fóruns de planejamento participativo [...] (E. EQ. 01).

Ao sinalizar os desafios na prática de gestão democrática nas escolas de Limeira, destaca-se:

Tendo em vista, a formação sócio-histórica deste país, no qual a constituição de um Estado Democrático de Direito é muito recente, entende-se que a democracia vem se dando de forma processual, o que nos apresenta cotidianamente desafios enormes. Verifica-se ainda muitas dificuldades e limites na relação e no diálogo com a comunidade; no funcionamento efetivo dos espaços decisórios na escola e, principalmente, na participação do projeto político-pedagógico. Entretanto, a equipe escolar sabe destas dificuldades e limites, e, vem enfrentando-as com bastante sucesso [...] (Q. AS. 04).

De fato, remete-se aos desafios imbricados na rotina escolar quanto a efetivação de espaços rumo a processos que busquem a gestão democrática. Dentre estes já sinalizados, como a questão cultural que não permite que as pessoas façam parte dos processos, ainda pode-se destacar as relações que permeiam o nosso sistema de educação. O objetivo aqui é frisar que as relações sociais contemporâneas estão mergulhadas em questões que perpassam a individualidade, competitividade, a descrença na organização de grupos ou movimentos sociais, todos estes processos engendrados pelo sistema capitalista e que acabam interferindo no cotidiano da escola.

É por isso que se afirma na atualidade sobre a dificuldade de reunir pessoas, grupos que tenham objetivos comuns e que voluntariamente participam destes espaços. Entende-se que para mobilizar a família, a comunidade escolar como um todo em prol dos processos democratizadores da educação, faz-se necessário envolvê-las deste o primeiro momento, em que matriculam o seu filho na escola. É preciso trabalhar a partir da ótica de pertencimento, de se sentirem parte do contexto para que de fato, a partir destas premissas possa se desenvolver outros trabalhos, que direcionam as famílias ao exercício da cidadania, da participação ativa e consciente e do engajamento em torno da causa.

Considera-se assim, que como um dos desafios para a efetivação da gestão democrática na escola, está a proposição de estratégias cujo objetivo seja o de mobilizar a família no contexto da educação e cabe também ao Serviço Social, quando inserido neste espaço, fomentar cotidianamente este processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora apresentada suscitou na possibilidade de investigar-se em um contexto de educação pública, as correlações existentes entre Gestão Democrática e Serviço Social, observando os limites e possibilidades de atuação do assistente social na escola pública, na ótica de processos democratizadores na educação.

Neste contexto, procurou-se identificar as práticas de gestão democrática sinalizadas nestas realidades escolares, como denotar a forma como estas se concretizam. Também buscou-se perceber as mediações estabelecidas entre Serviço Social e Gestão Democrática na realidade educacional e verificar como tem se constituído o processo de trabalho do assistente social na educação pública.

Deste modo, em atendimento a busca pelas respostas ao problema de pesquisa - “Que correlações existem entre escolas e Serviço Social da rede de educação básica pública municipal de Limeira, SP, pós reordenamento das Políticas Públicas de Educação e Assistência Social nas últimas duas décadas e como a presente pesquisa poderia contribuir para aprofundar as interfaces entre Serviço Social e escolas” - e a partir da utilização de referencial teórico com a análise das informações coletadas no estudo, chegou-se as seguintes considerações finais.

Verificou-se a imprecisão do conceito de Gestão Democrática a partir dos relatos dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Percebeu-se ainda, que todos estes acenaram para processos que envolvam participação na escola mas, de fato, não demonstraram clareza ao sinalizar quais são os atores e seus papéis nesta participação, com vistas a gestão democrática na educação.

Neste sentido, cita-se alguns aportes teóricos como Lück e Paro que foram utilizados para a fundamentação teórica sobre gestão democrática na escola pública. Ressalta-se que a percepção destes autores emanam da possibilidade e das ferramentas disponíveis em que a escola pública dispõe para fomentar esses processos de participação, os quais contribuem significativamente para a democratização da educação e a melhoria da qualidade do ensino.

Sendo assim, sugere-se neste contexto, que a escola pública possa propiciar espaços de formação ou atividades afins, com equipe diretiva, professores,

assistentes sociais, demais funcionários, alunos e pais, as quais tenham como objetivo tratar sobre o conceito, importância, ferramentas e espaços disponibilizados para a efetivação da gestão democrática na escola.

Ao discorrer sobre o Serviço Social Escolar na educação pública, pode-se sinalizar na pesquisa realizada, que são inúmeros os limites, desafios e porque não afirmar, possibilidades que o Serviço Social dispõe com a sua atuação no contexto educacional. A análise das informações coletadas nos revelou o desconhecimento por parte dos profissionais tradicionalmente inseridos na educação, sobre as reais possibilidades e contribuições do assistente social para a realidade escolar.

Em suma, pode-se perceber nos relatos destes profissionais, a importância que o Serviço Social Escolar representa, na medida em que este atende uma demanda que a escola não está preparada para enfrentar, atuando diretamente com a intersectorialidade das políticas públicas. Sinaliza-se também, a partir da análise dos relatos dos assistentes sociais, a atuação do Serviço Social nestas realidades voltada para o atendimento clínico, a individualização das problemáticas sociais, como o desenvolvimento de ações paliativas e pontuais e a ausência de propostas de intervenção contínuas, a médio e longo prazo. Nota-se ainda, que o Serviço Social acaba se constituindo como uma assessoria à direção, manifestado nos relatos das equipes diretivas, onde estas solicitavam em tempo integral o assistente social na escola. Cabe ressaltar que, no campo de pesquisa, os assistentes sociais cumprem carga horária semanal de 30 horas, divididas em 06 horas corridas e diárias de trabalho.

Neste contexto, a partir das teorizações de autores citados no estudo como Amaro, Almeida, Martins, dentre outros, sinaliza-se na perspectiva destes, que o Serviço Social na Educação ou precisamente na escola deve se preocupar em promover o encontro da realidade com a educação, de buscar estratégias coletivas no enfrentamento as expressões da questão social, de garantir direitos e fomentar o exercício da cidadania e de trabalhar a partir da ótica preventiva, não dispendendo o seu tempo meramente com a resolução de problemáticas sociais, mais propondo ações, serviços, projetos e programas sistemáticos na educação sintonizados com a PNE, os quais possam de fato colaborar para a autonomia e empoderamento dos sujeitos envolvidos.

Deste modo, como já se pode presenciar em reunião técnica dos assistentes sociais das escolas de Limeira, percebeu-se um movimento composto de ações concretas com vistas a reconstrução do modelo de atuação do Serviço Social institucionalizado pela Diretoria de Serviço Social Escolar de Limeira na Política Municipal de Educação, o qual deve tomar como guia norteador o Plano Nacional de Educação e reestruturar a atuação do assistente social, bem como a disponibilização de serviços, projetos e programas escolares, tomando-se como base os eixos: acesso, permanência e qualidade; inclusão e gestão democrática previstos pelo PNE.

Em consonância ao disposto, considera-se que o Serviço Social Escolar de Limeira, tem-se destacado no cenário brasileiro, pela sua consolidação na educação, ou seja, são mais de 13 anos atuando nesta realidade; pelo número expressivo de assistentes sociais lotados nas escolas públicas o que é raro no panorama da educação no Brasil e pela coragem da equipe, do constante movimento de readequação da atuação profissional, em prol do atendimento das demandas emergentes na educação e melhoria da qualidade da escola como um todo.

Neste sentido, como parte do processo de aprendizagem e crescimento do Serviço Social Escolar, pode-se sinalizar limites e possibilidades de atuação do assistente social na escola pública e suas interfaces com as políticas públicas no contexto escolar. Deste modo, a partir da análise das informações coletadas percebeu-se que os limites de atuação do Serviço Social, estão atrelados à estrutura pública e atual do país: como falta de recursos físicos e materiais; morosidade no atendimento dos serviços sociais públicos, dentre outros.

Esses fatores, classificados pela autora Yamamoto (2004) como condicionantes internos e externos, tem permeado o exercício profissional do assistente social, aqui em específico na Política de Educação. Entende-se, que cabe ao poder público o provimento dos instrumentos essenciais ao exercício da profissão no contexto da política social e aos profissionais da educação, dentre eles o assistente social, cabe o dever e direito na reivindicação por melhores condições de trabalho, tendo em vista a garantia de uma educação de qualidade.

No que tange às possibilidades de atuação do assistente social no contexto das escolas públicas municipais de Limeira, verificou-se que sua intervenção está

condicionada às competências e atribuições normatizadas, que dispõem sobre os caminhos norteadores da prática do assistente social nas escolas públicas de Limeira. Com a análise dos relatos da pesquisa, vislumbra-se que são diversas as possibilidades que o Serviço Social possui em sua atuação, porém estas na maioria das vezes e considerando a visão da equipe diretiva, acabam ficando atreladas a decisões, as quais envolvem questões políticas e de recursos financeiros, e que não são de responsabilidade do assistente social, e tão somente da direção destas unidades escolares, bem como do Poder Judiciário, Legislativo e Executivo.

Neste sentido, a partir da teorização de Amaro, salienta-se que na prática profissional do Serviço Social educacional, deve-se constar elementos como dialogicidade; interdisciplinaridade; embasamento teórico e competência técnica. Todos estes, acompanhados da disponibilidade de subsídio teórico aos demais profissionais da educação, constituem-se atributos necessários à atuação do assistente social na escola e colaboram para a desmistificação da profissão na área, consolidando o espaço de atuação do Serviço Social Escolar.

A esse respeito ainda, considera-se que é dever do assistente social inserido na Política Pública de Educação, a produção de conhecimento teórico e apropriação das normatizações legais, que perpassam a área educacional, como procedimentos sobre os processos no cotidiano da escola e concepções acerca do desenvolvimento da criança e adolescente, no que diz respeito aos aspectos inerentes a sua aprendizagem. Cabe ao Serviço Social Escolar em sintonia com a gestão escolar, propor estratégias coletivas de atendimento as expressões da questão social, como disponibilizar serviços, projetos ou programas que visem o suprimento das demandas da comunidade escolar.

Nesse intento, pode-se considerar os desafios impostos à efetivação da gestão democrática na escola. De acordo com a realidade investigada, os processos que visam a gestão democrática na escola pública de Limeira estão representados, nos relatos, por reuniões do Conselho Escolar; reuniões da APM e reuniões diversas, que envolvem os profissionais da educação, em torno da discussão de assuntos específicos das unidades escolares.

De acordo e como respaldo teórico das afirmações citadas, ressalta-se alguns autores como Araújo et al; Lück, Castanho, que discorrem sobre os espaços,

instrumentos e atores a serem envolvidos no processo de gestão democrática na escola. Desta maneira, percebe-se que a escola dispõe de tais, para que de fato possa acontecer a gestão participativa. Porém a fundamentação teórica também nos aponta para as dificuldades de participação destes atores nos processos democráticos na educação, e na limitação em que a escola possui ao fomento da equipe diretiva, professores, assistentes sociais, funcionários, alunos e pais ao engajamento nas questões que compõem a pauta de democratização da escola.

Em consonância ao explicitado, a autora Amaro (2011) discute sobre o acentuamento das individualidades emergentes do nosso sistema econômico e que interferem diretamente nas relações sociais presentes no sistema educativo. Considera-se que estas também se constituem elementos para a dissociação do coletivo no contexto escolar.

Como fator agregador ao movimento de gestão democrática na educação, reitera-se que a atuação do assistente social na escola representa significativo avanço nesse sentido. O profissional de Serviço Social tendo como referência o trabalho com as famílias, como afirmado anteriormente, está capacitado para operacionalizar serviços, projetos ou programas que envolvam todos os segmentos da comunidade escolar, sejam estes: equipe diretiva; professores; funcionários, alunos e seus pais. Sua atuação é pautada na dimensão socioeducativa e colabora para a construção do conhecimento, do exercício da cidadania e da participação da comunidade na gestão escolar.

Neste momento, cabe citar que tradicionalmente na educação, o orientador educacional desempenha a tarefa de atender as famílias. O objetivo nesta pesquisa não é estar tecendo considerações sobre as relações de poder, que podem vir a existir na relação profissional entre assistente social e orientador educacional na escola. Teve-se como indicativo neste trabalho, afirmar as contribuições do Serviço Social Escolar para o atendimento as expressões da questão social vivenciadas na escola e de sua possibilidade nas correlações existentes com a gestão democrática na educação.

Acredita-se e sinaliza-se nesta pesquisa que o assistente social na escola é o profissional com maior capacidade técnica e operacional para a mobilização da comunidade escolar em prol do seu envolvimento na educação. Para tal, considera-

se a sua formação teórica e os princípios que norteiam a atuação do assistente social, já apresentados neste estudo. Pois desde o momento da realização de um atendimento individual, de uma entrevista, de uma visita domiciliar, ou desenvolvimento de grupos aliados à formação continuada dos professores, pode se efetivar o fomento a participação e a criação do vínculo do profissional de Serviço Social com a comunidade e o entorno da escola.

Estes são condicionantes fundamentais que podem contribuir no fortalecimento da gestão democrática escolar, bem como colaborar para a construção coletiva de uma cultura de pertencimento, de engajamento das famílias em todas as ações propostas pela escola, auxiliadas pelo Serviço Social Escolar a guisa de sua ação na democratização na educação, enquanto ferramenta eficaz para a garantia de uma educação de qualidade, conectada à realidade e ao acesso das políticas públicas no atendimento integral ao aluno e sua família.

De fato, visualiza-se no cenário brasileiro que ainda são incipientes os caminhos percorridos pelo Serviço Social na escola, tendo em vista a falta de clareza quanto a função do assistente social neste espaço e a ausência de normatizações do Conselho da profissão, que possam direcionar e apontar um norte para a atuação profissional na Política de Educação.

A título de conhecimento, faz-se necessário apontar que na atualidade, vivencia-se um movimento, no qual este pesquisador se inclui, onde o Conselho Federal de Serviço Social juntamente com os Conselhos Regionais, estão se mobilizando em prol da organização e realização de eventos na área de Serviço Social na Educação, os quais podem agregar conhecimento e ampliar a discussão da práxis profissional do assistente social na Política de Educação brasileira, prevendo como deliberações a criação de parâmetros e diretrizes nacionais de atuação do assistente social nesta política pública.

Sendo assim, finaliza-se as seguintes considerações no intento de ter contribuído para a discussão acerca dos limites e possibilidades de atuação do assistente social na escola pública, a partir da perspectiva de correlação entre Gestão Democrática e Serviço Social. Nesse sentido, ciente da grandeza que a discussão ainda merece por parte de novas pesquisas, sendo prudente deixá-la inconclusa neste momento.

Assim, conclui-se as considerações ao afirmar que a educação só pode alcançar a qualidade almejada e atender integralmente o seu aluno, como preconizado nas legislações e teorizações pertinentes, quando dedicar-se atenção às famílias destas crianças e adolescentes atendidas pela escola e para isso pode-se contar com o profissional de Serviço Social, como apoio técnico ao atendimento as demandas provenientes das expressões da questão social refletidas na educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v.25, n.79, p. 43-71, 2004.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação. In: **Revista Inscrita**, Brasília, n. 6, p.19-24, 2000.

AMARO, Sarita Alves; BARBIANI, Rosangela; OLIVEIRA, Maristela Costa de. **Serviço Social na Escola**. O encontro da realidade com a educação. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação**. Bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho**. Como organizar um colegiado escolar. Instituto Paulo Freire: São Paulo; Cortez: São Paulo, 2002.

ARAÚJO, Karina Baricelli Martinez; NETO, Carlos Pedrosa; SOUZA, Tânia Soares de. **Gestão Escolar em foco 2009**. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. Governo de Roraima. Boa Vista, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo**. São Paulo: Unesp, 2002.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. 1988. São Paulo, 2003.

BRASIL. **Lei nº. 10.576, de 14 de novembro de 1995**. Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público. Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995.

BRASIL. **Lei nº. 11.695, de 10 de dezembro novembro de 2001**. Altera a Lei 10.576/1995 e dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público. Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

BRASIL. **Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Coletânea de Leis. CRESS, Porto Alegre, 2000.

BRASIL. **Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social. LOAS Anotada. Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome. Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº. 12.101, de 27 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, 2010.

BRASIL. **Lei nº. 3.252 de 27 de agosto de 1957.** Regulamenta a profissão de Assistente Social.

BRASIL. **Lei nº. 8.662 de 07 de junho de 1993.** Regulamenta a profissão de Serviço Social. Coletânea de Leis. CRESS, Porto Alegre, 2000.

BRASIL. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Educação Legislação Federal. Comissão de Educação e Cultura. Edições Câmara. Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº. 10.172 de 09 de janeiro de 2001.** Estabelece o Plano Nacional de Educação. Educação Legislação Federal. Comissão de Educação e Cultura. Edições Câmara. Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº. 12.345 de 06 de julho de 2011.** Dispõe sobre a organização da assistência social. Brasília, 2011.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 60 de 23 de agosto de 2007.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas escolas públicas de educação básica do Brasil. Senado Federal, Brasília, 2010.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 8.035 de 20 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE – 2011/2020). Brasília, 2011.

BRASIL. **Decreto nº. 7.237 de 20 de julho de 2010.** Regulamenta a Lei nº. 12.101, de 27 de novembro de 2009. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, 2010.

BRASIL. **Resolução CFESS, nº. 273, de 13 de março de 1993.** Código de ética dos Assistentes Sociais. Porto Alegre, 2000.

BRASIL. **Resolução Conselho Nacional de Saúde.** CNS, nº. 196, de 10 de outubro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. **Sistema Único de Assistência Social – SUAS.** Brasília, 2005.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.** Brasília, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, 2004.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2002.

BULLA, Leonia Capaverde. O contexto histórico da implantação Do Serviço Social no Rio Grande do Sul. In: **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n.1, p.3-22, jan/jun. 2008.

BULL, Thalita Giovana. **Trajetória do Serviço Social Escolar de Limeira: Construção de uma “Educação para além do capital”.** 2010. 182 p. Dissertação

(Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUCSP, São Paulo, 2010.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CASTANHO, Denise Molon. **Construção do Projeto Político Pedagógico**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.

Conselho Federal de Serviço Social. **O Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CHRISPINO, Álvaro. Binóculo ou luneta: Os conceitos de política pública e ideologia e seus impactos na educação. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 21. n. ½, p. 61-90, jan/dez, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para teoria crítica do fenômeno educativo. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. (Orgs). **Gestão da Educação**: Impasses, perspectivas e compromissos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional In: FAZENDA, Ivani (Org). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1987.

FRISCHEISEN, L. C. F. **Políticas Públicas**: a responsabilidade do administrador e o Ministério Público. São Paulo: Max Limonad, 2000.

FORSTER, Paula Bortolan Bocaiúva. **O Setor de Serviço Social Escolar na Secretaria Municipal de Educação do Município de Limeira – SP**. Diretoria de Serviço Social Escolar: Limeira, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia de pesquisa em Serviço Social**. Caderno Técnico SESI, Brasília, n. 23, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: Uma Questão Paradigmática**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social. Identidade e alienação**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na área da Educação. In: **Revista Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 8 n. 1, p. 57-72, 1999.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: Elo para a construção da cidadania**. 2007. 263 p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUCRS, São Paulo, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Metodologias convencionais e não convencionais e a pesquisa em administração. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, n. 1, p. 2-6, 1994.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5 ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora HUCITEC/ABRASCO, 1998.

MULLER, Pierre. SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. 2 ed. Pelotas: EDUCAT, 2004.

NETO, Antônio Cabral. Reforma educacional e cidadania. In: (org). **Política Educacional: desafios e tendências**. Porto Alegre: Sulina, p.17-34, 2004

ORTH, Miguel. A sociedade informatizada e as políticas públicas do Banco Mundial para a educação. In: ORTH, Miguel et al. **Políticas Educacionais: Aspectos Legais**. Canoas: Unilasalle, Salles, 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. O Banco Mundial e a gestão da educação brasileira. In: (org). **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 1996.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática na escola pública**. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

PERONI, Vera Maria Vidal; BAZZO, Vera Lúcia; PEGARO, Ludimar. **Dilemas da Educação Brasileira em tempos de Globalização Neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2006.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. **Revista Temporalis**. Recife, Ano 5, n. 9, jan/jun, 2005.

SANDER, Benno. **Políticas Públicas e a Gestão Democrática da Educação**. Brasília, Líber Livro Editora, 2005.

SANTOS, André Michel dos. **A Escola como espaço de atuação para o Assistente Social: Trabalhando com grupos**. 2005. 82 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Centro Universitário Franciscano, UNIFRA, Santa Maria, 2005.

SANTOS, André Michel dos. **As contribuições do Serviço Social para o fortalecimento da Gestão Escolar**. 2009. 56 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Educacional). Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Santa Maria, 2009.

SANTOS, André Michel dos. **Serviço Social Escolar**. Disponível em: www.servicosocialescolar.blospot.com. Acesso em 10 de outubro de 2011.

SANTOS, André Michel dos. **A atuação do Serviço Social nas Secretarias Municipais de Educação**. Disponível em: www.servicosocialescolar.blospot.com. Acesso em 05 de agosto de 2011 a.

SANTOS, André Michel dos. **O Serviço Social Escolar**. Disponível em: www.servicosocialescolar.blospot.com. Acesso em 10 de setembro de 2011 b.

SANTOS, André Michel dos. **O assistente social na política pública de educação**. Disponível em: www.servicosocialescolar.blospot.com. Acesso em 15 de outubro de 2011 c.

SAVIANI, Dermeval. **Transformações do capitalismo**. Do mundo de trabalho e da educação. In: LOMARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis (org). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3 ed. São Paulo: Autores associados, 2005, p.13-24.

SENA, Paulo. A Legislação do Fundeb. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n.134, p. 319-340, mai./ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0438134.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2012.

SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR. Secretaria Municipal de Educação de Limeira, São Paulo. Disponível em: www.servicosocialescolar.com.br. Acesso em 10 de outubro de 2011.

SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social e Educação: uma questão em debate. In: **Revista Interface**, Natal, v. 2, n. 1, p. 27-41, jan/jun. 2005.

STREHL, Afonso; RÉQUIA, Ivony da Rocha. **Estrutura e funcionamento da educação básica**: subsídios para professores, alunos e candidatos aos concursos de magistério. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio. (Org). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Bases teórico-metodológicas preliminares da pesquisa qualitativa em ciências sociais. **Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis**, Porto Alegre, v.. 4, 2001.

VIANA, Ana Luiza D'avila. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **RAP. Revista Brasileira de Administração Pública**. v. 30, n 2 .Rio de Janeiro, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Gestão Democrática e Serviço Social: Limites e Possibilidades de atuação do Assistente Social na Escola Pública – Limeira/SP.

Justificativa

Este estudo tem o objetivo investigar os limites e as possibilidades de atuação do Serviço Social e suas possíveis correlações com o processo de gestão democrática em escolas públicas municipais de Limeira-SP.

Procedimentos

A coleta de dados será feita através de entrevistas semi-estruturadas, questionários e observação in loco.

Desconfortos

É importante ressaltar que não existem riscos na realização da pesquisa, pois a identificação dos sujeitos será preservada, ciente de que o estudo não envolverá crianças ou adolescentes, ou alunos com deficiência/necessidades especiais e os instrumentos utilizados no estudo, serão arquivados pelo período de cinco (5) anos.

Benefícios

Entre os benefícios, destacam-se: possibilidade de participar de um estudo que possa contribuir na qualificação do trabalho dos Assistentes Sociais e demais profissionais das Equipes Diretivas escolares rumo à consolidação de propostas de trabalho em comum, capazes de fomentar processos de Gestão Democrática em contexto escolar; produção de conhecimento científico acerca do Serviço Social Escolar e suas correlações com a Gestão Democrática, levando-se em consideração a inexistência de teorização a respeito; socialização de experiências, entre outros.

Garantias

- Da garantia de requerer a qualquer pergunta ou dúvida acerca de qualquer questão referente ao estudo;
- Da liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que me traga qualquer prejuízo;
- Da segurança de que não serei identificado (a) e que se manterá caráter confidencial das informações relacionadas a minha privacidade, podendo eu inclusive, escolher um nome fictício como identificação;
- Que serão mantidos os preceitos éticos e legais durante e após o término do estudo;
- Do compromisso de acesso às informações em todas as etapas do trabalho, bem como dos resultados deste;
- De permitir o uso de gravador, com garantia de sigilo e anonimato.

Eu,.....
, RG nºfui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. Recebi informações a respeito do estudo e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim eu o desejar. O Mestrando **André Michel dos Santos**, portador do RG nº. 4074939151, orientado pelo Prof. Dr. Miguel Alfredo Orth, certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e terei liberdade de retirar meu consentimento de participação a qualquer momento.

Fui informado (a) que não existem danos à minha integridade física e emocional provocados pela pesquisa.

Quaisquer dúvidas em relação à pesquisa podem ser esclarecidas pelos pesquisadores pelos fones (51) 3562-1294/9307-5606 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da UNILASALLE pelo fone (51) 3476-8452, e-mail cep.unilasalle@unilasalle.edu.br.

Canoas-RS, de de 2011.

Entrevistado(a)

Pesquisador Mestrando

Pesquisadores responsáveis
 Prof. Dr. Evaldo Luis Pauly e Dr. Miguel Alfredo Orth_____

**APÊNDICE 2 - FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA: EQUIPE DIRETIVA E
PROFESSORES**



UNILASALLE



CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE
Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação

**Gestão Democrática e Serviço Social: Limites e Possibilidades de atuação do
Assistente Social na Escola Pública – Limeira/SP**

Mestrando: André Michel dos Santos

Orientador: Dr. Evaldo Luis Pauly

Co-orientador: Dr. Miguel Alfredo Orth

Instruções

A presente entrevista tem como propósito investigar os limites e as possibilidades de atuação do Serviço Social e suas possíveis correlações no processo de gestão democrática em escolas públicas municipais.

Por favor, responda com objetividade e sinceridade

Suas respostas, opiniões e sugestões são de extrema relevância para esta pesquisa e para se conhecer a realidade do Serviço Social Escolar, no que diz respeito as suas interfaces com a Gestão Democrática na escola pública brasileira.

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

Entrevista nº: _____.

Data de realização da entrevista: _____ / _____ / _____. Horário: _____.

Local de realização da entrevista: _____.

1. Qual sua concepção de gestão democrática? Comente.
2. Você percebe práticas de gestão democrática em sua escola? Comente. Quais?.
3. Qual sua concepção sobre Serviço Social Escolar? Comente.
4. Em sua opinião, como se constitui e como deveria se constituir a atuação do Assistente Social em sua escola? Comente.
5. Que relações você percebe que se estabeleceram e que se estabelecem entre o Serviço Social e as escolas e que qualificam a educação e a formação do cidadão.
6. Você considera que a atuação do Assistente Social na escola, contribui para o fortalecimento da Gestão Democrática? Comente.
7. Em sua opinião, quais são os limites e possibilidades de atuação do Serviço Social na escola?
8. Você percebe se existem correlações entre Gestão Democrática e Serviço Social na sua escola? Comente.
9. Descreva uma situação vivida com o máximo de detalhes.

APÊNDICE 3 - FORMULÁRIO PARA A ENTREVISTA: ASSISTENTE SOCIAL



UNILASALLE



CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE

Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação

Gestão Democrática e Serviço Social: Limites e Possibilidades de atuação do Assistente Social na Escola Pública – Limeira/SP

Mestrando: André Michel dos Santos

Orientador: Dr. Evaldo Luis Pauly

Co-orientador: Dr. Miguel Alfredo Orth

Instruções

A presente entrevista tem como propósito investigar os limites e as possibilidades de atuação do Serviço Social e suas possíveis correlações no processo de gestão democrática em escolas públicas municipais.

Por favor, responda com objetividade e sinceridade

Suas respostas, opiniões e sugestões são de extrema relevância para esta pesquisa e para se conhecer a realidade do Serviço Social Escolar, no que diz respeito as suas interfaces com a Gestão Democrática na escola pública brasileira.

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

Entrevista nº: _____.

Data de realização da entrevista: _____ / _____ / _____. Horário: _____.

Local de realização da entrevista: _____.

1. Nome da Escola que trabalha:
2. Estimativa do nº. de alunos e famílias atendidas pelo Serviço Social mensalmente:
3. Possui formação complementar?Especialização, dentre outros.
4. Há quanto tempo está na escola?
5. Antes deste trabalho, possuía experiência em Serviço Social na Educação? Se sim. Quanto tempo? Comente.
6. Qual sua concepção de gestão democrática?Comente.
7. Você percebe práticas de gestão democrática em sua escola? Comente
8. Qual sua concepção sobre Serviço Social Escolar? Comente.
9. Como se constitui a sua intervenção na escola, enquanto Assistente Social? Comente.
- 10.Você considera que a sua atuação, enquanto Assistente Social Escolar, contribui para o fortalecimento da Gestão Democrática? Comente.
11. Que relações você percebe que se estabeleceram e que se estabelecem entre o Serviço Social e as escolas e que qualificam a educação e a formação do cidadão.
12. Em sua opinião, quais são os limites e possibilidades de atuação do Serviço Social na escola?
13. Você percebe se existem correlações entre Gestão Democrática e Serviço Social na sua escola? Comente.
14. Que relações você percebe que se estabeleceram e que se estabelecem entre o Serviço Social e as escolas e que qualificam a educação e a formação do cidadão.
15. Descreva uma situação vivida com o máximo de detalhes.

APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO: EQUIPE DIRETIVA E PROFESSORES



Gestão Democrática e Serviço Social: Limites e Possibilidades de atuação do Assistente Social na Escola Pública – Limeira/SP

Mestrando: André Michel dos Santos

Orientador: Dr. Evaldo Luis Pauly

Co-orientador: Dr. Miguel Alfredo Orth

Instruções

O presente questionário tem como propósito investigar os limites e as possibilidades de atuação do Serviço Social e suas possíveis correlações no processo de gestão democrática em escolas públicas municipais.

Por favor, responda com objetividade e sinceridade

Suas respostas, opiniões e sugestões são de extrema relevância para esta pesquisa e para se conhecer a realidade do Serviço Social Escolar, no que diz respeito as suas interfaces com a Gestão Democrática na escola pública brasileira.

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

Questionário nº: _____.

Data de realização do preenchimento do Questionário: _____ / _____ / _____.

Horário: _____.

1. Nome da Escola que trabalha:
2. Número de alunos atendidos pela escola:
3. Qual a sua formação? Graduação, Especialização, dentre outros?
4. Qual a função que exerce na escola? Há quanto tempo está nesta?
5. Qual o seu entendimento sobre **gestão democrática**?
6. A **gestão** de sua escola é **democrática**?
 Sim. Por quê? Não. Por quê? Em Parte. Explique?
7. A escola desenvolve **práticas de gestão democrática**?
 Sim. Quais? Não. Por quê? Em Parte. Explique?
8. Na sua escola, qual é o papel atribuído e como funciona **Serviço Social Escolar**?
9. Você considera a possibilidade de correlações entre **Gestão Democrática e Serviço Social**? Sim. Quais? Não. Quais? Em Parte. Quais?. Por quê?
10. Você considera que o **Serviço Social Escolar** contribui para o fortalecimento da Gestão Democrática? Sim. Como? Não. Por quê? Em Parte. Por quê?
11. Em sua opinião, como se constitui e como deveria se constituir a **atuação do Assistente Social em sua escola**? Comente.
12. Que **relações** você percebe que se estabeleceram e que se estabelecem entre o Serviço Social e as escolas e que **qualificam** a educação e a formação do cidadão.
13. Em sua opinião, quais são os **limites e possibilidades** de atuação do Serviço Social na escola?
14. Descreva uma situação vivida com o máximo de detalhes.

APÊNDICE 5 – QUESTIONÁRIO: ASSISTENTE SOCIAL



UNILASALLE



CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE

Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação

Gestão Democrática e Serviço Social: Limites e Possibilidades de atuação do Assistente Social na Escola Pública – Limeira/SP

Mestrando: André Michel dos Santos

Orientador: Dr. Evaldo Luis Pauly

Co-orientador: Dr. Miguel Alfredo Orth

Instruções

O presente questionário tem como propósito investigar os limites e as possibilidades de atuação do Serviço Social e suas possíveis correlações no processo de gestão democrática em escolas públicas municipais.

Por favor, responda com objetividade e sinceridade

Suas respostas, opiniões e sugestões são de extrema relevância para esta pesquisa e para se conhecer a realidade do Serviço Social Escolar, no que diz respeito as suas interfaces com a Gestão Democrática na escola pública brasileira.

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

Questionário nº: _____.

Data de realização do preenchimento do Questionário: _____ / _____ / _____

Horário: _____.

1. Nome da Escola que trabalha:
2. Número de alunos atendidos pela escola:
3. Qual a sua formação? Graduação, Especialização, dentre outros?
4. Qual a função que exerce na escola? Há quanto tempo está nesta?
5. Qual o seu entendimento sobre **gestão democrática**?
6. Você acredita que existem **práticas de gestão democrática** em sua escola?
 Sim. Cite algumas? Não. Por quê? Em Parte. Explique?
7. Na sua escola, existe uma relação entre **Serviço Social e Gestão Pedagógica e ou escolar**?
 Sim. Como ela acontece? Não. Por quê? Em Parte. Explique?
8. Cite as principais atribuições do **Serviço Social Escolar** no seu cotidiano escolar?
9. Que **relações** você percebe que se estabeleceram e que se estabelecem entre o Serviço Social e as escolas e que **qualificam a** educação e a formação do cidadão.
10. Em sua opinião, quais são os **limites e possibilidades** de atuação do Serviço Social na escola?
11. Como **Assistente Social Escolar**, você considera que sua atuação profissional incide sobre os processos de Gestão Democrática?
 Sim. Por quê? Não. Por quê? Em Parte. Explique?
12. Pode-se afirmar que a atuação do **Assistente Social na escola**, contribui para o **fortalecimento da Gestão Democrática**?
 Sim. Como? Não. Por quê? Em Parte. Explique?
13. Descreva uma situação vivida com o máximo de detalhes.